

SESSÕES DO PLENÁRIO

71ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de agosto de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, por acompanhar, como Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, a votação do FUNRURAL na Comissão de Constituição e Justiça, no Senado Federal, esteve ausente na Sessão do dia 23/08/2017.

Do Deputado Sidelvan Nóbrega comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão

do dia 21/08/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a verificasse as assinaturas do pedido de prorrogação da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

Foi entregue à Mesa uma relação dos deputados contando essas assinaturas e irei conferir a mesma com o painel. Não estando presente no painel, a assinatura é inválida.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho. São 25 Srs. Deputados presentes. Então, o requerimento é válido. Há número.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao deputado Luciano Ribeiro por 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Assembleia, não bastam os problemas corriqueiros que a Bahia enfrenta como a falta de estradas para trafegar, a educação está sofrendo os diversos males, seja na estrutura física de suas escolas, seja na falta de professores e funcionários, de uma estrutura mínima para a educação funcionar.

Se não bastasse a saúde pública ser um caos absoluto na Bahia, nós somos, dia após dia, convocados e solicitados para trazer conforto àquelas famílias que vivem na dependência do tratamento de saúde e na dependência da regulação que não funciona.

O familiar fica desesperado ao ver o seu ente querido em hospital a precisar de transferência e de procedimentos dos mais complexos. Os pacientes são tratados de forma desumana, melhor, na verdade, não são tratados, pois são deixados como se fossem números, como se fossem, apenas, estatísticas e não seres humanos e não cidadãos que possuem a proteção do Estado.

Assistimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na quinta-feira passada, ao desastre marítimo em Mar Grande. Há de se apurar a responsabilidade do Estado.

Aqui, queremos lamentar pelas vidas das pessoas que se foram.

Mas não podemos permitir que o debate deixe de acontecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa tarde, amigos.

Amiga e deputada Luiza Maia, quanto ao pronunciamento, feito, agora, no Horário do Pequeno Expediente, faço coro com o deputado Luciano Ribeiro ao deixar

claro que não haverá, aqui, na minha manifestação, um aproveitamento político dessa tragédia que assolou a Bahia na semana passada.

Hoje, foi descoberto mais um corpo. Ao total, são 19 mortos no naufrágio da travessia Mar Grande – Salvador.

Eu gostaria de tecer algumas considerações importantes.

Outrossim, lembro o falado, hoje, na reunião da Bancada de Oposição. No ano passado, o nosso colega Hildécio Meireles convocou uma audiência pública para tratar justamente desta travessia. Hildécio é muito conhecer da travessia, pois ele já foi prefeito de Cairu por mais de dois mandatos. Ele trouxe, para a Assembleia Legislativa, a discussão desse tema. Sobre isso, há uma matéria publicada hoje no maior jornal do país, a *Folha de São Paulo*, e resume muito bem o assunto debatido nessa audiência pública durante o ano passado que foi presidida pelo deputado Hildécio Meireles.

Gostaria de destacar alguns pontos. Mesmo transportando, em média, 5 mil pessoas por dia para Salvador, o sistema hidroviário não tinha estrutura para responder, rapidamente, ao trágico naufrágio. Alguns sobreviventes relataram a demora quanto ao atendimento do socorro. As concessionárias do sistema não tinham embarcações e equipes para o resgate.

Em toda a Ilha de Itaparica, com cerca de 70 mil habitantes, não há uma unidade de corpo de bombeiros. O quartel mais próximo fica em terra e no município de Santo Antônio de Jesus, distante 91 quilômetros de Mar Grande. Também, não existe um heliponto para receber as aeronaves do grupamento aéreo da Polícia Militar.

Durante as operações de resgate, os helicópteros tiveram de pousar na área da praia e ir até Valença que fica a 68 quilômetros, também, de Mar Grande. (Lê) “Quanto à situação das embarcações, algumas estão com mais de 40 anos de idade e de trabalho; e as mesmas são alvos de reclamações” constantes do povo da Bahia que utiliza esse tipo de transporte.” – por sinal, constante do povo da Bahia que utiliza esse modal de transporte –.

(Lê) *“Em funcionamento desde os anos 60, o sistema de lanchas foi licitado apenas em 2012. Duas empresas que já operavam venceram para uma concessão de dez anos. Porém nenhuma cláusula determinava a compra de embarcações mais modernas.”*

Agora, pasmem. *“Mesmo se quisessem, as concessionárias dificilmente colocariam um barco novo. Isso porque no canal de saída das lanchas em Vera Cruz a profundidade pode chegar a só meio metro de maré baixa.*

A fiscalização do sistema de lanchas é feita pela Agerba, agência reguladora do Estado, que informa que a segurança das embarcações é responsabilidade da Marinha. Contudo, o contrato de concessão e uma lei estadual apontam que a agência possui poder de polícia e pode tomar medidas administrativas contra os concessionários.

O órgão...” – no caso, a Agerba – “(...) que não tem posto de fiscalização na ilha de Itaparica, tem 169 funcionários. Entre fiscais, há contratados em regime temporário.”

Meus amigos, concluindo, existem vários outros fatores, não só o tempo, mas a chuva, a grande onda, a má gestão e a má licitação que foi feita pela Agerba contribuíram para esse terrível acidente; contribuíram, efetivamente, para as 19 mortes que aconteceram, infelizmente, na nossa Bahia.

Clamo a atenção do governo do Estado para essa causa, que é nobre, e para essas 19 mortes que, infelizmente, não terão volta.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, ontem, deputados, eu já havia feito aqui um registro e um apelo, inclusive, para o chefe dos senhores, o prefeito da capital, que ultimamente está sendo denominado de prefeito da picuinha, que não fizesse politicagem em cima de uma tragédia como foi essa de Vera Cruz.

Todo mundo sabe da responsabilidade de quem é, qual a responsabilidade da Agerba, da Marinha, da Capitania dos Portos. Mas o que queria dizer é que o prefeito fez essa postagem no seu *twitter* logo que aconteceu a tragédia, depois ficou envergonhado e retirou. Mas agora bota os seus apoiadores para subir a esta tribuna para fazer acusações infundadas, tentando fazer exploração, numa política que não é correta.

Acho que neste momento o que temos que fazer é nos solidarizarmos com os familiares que perderam os seus entes queridos, o que não tem retorno. A situação é muito complicada. Acho que utilizar um momento desses para fazer esse tipo de política não contribui, não ajuda em nada.

Mas quero também, Sr. Presidente, voltar à discussão da história desse quadro que foi colocado aqui, aprovado pela Mesa Diretora, porque estamos recebendo solicitações de outras igrejas, de outras religiões, para também colocar os seus símbolos aqui. Quero ver o que a Mesa Diretora, o presidente da Casa, que ontem falou no BATV, o que é que vão dizer, porque não discutiram com este Plenário, e acho que isso não é democrático.

Entendemos que o Estado é laico, disse ontem e volto a repetir. Temos pedido dos budistas, dos materialistas, para botar o quadro de Marx, também dos messiânicos, do candomblé e de tantas outras religiões, solicitando que também sejam colocados seus símbolos nesta Casa.

Acho que isso foi um equívoco, e precisa ser corrigido! A Mesa Diretora errou e precisa ter coragem de reparar o seu erro. Não tem cabimento, aqui é um Poder político, não é um templo religioso, e acho que esse tipo de afronta à democracia não

ajuda em nada. A religião é uma questão individual de cada um, precisa ser respeitada por todos. Mas não cabe, não comporta botar um quadro, e ainda dizendo que é o Deus de Israel! Se fosse pelo menos um deus do Brasil, ainda é de Israel, um país que tem suas ligações lá com o capitalismo norte-americano e que tem praticado muita coisa ruim na sua região, com seus ataques e sua postura belicista, como tem sido também a postura dos americanos!

Então, queria fazer um apelo a Presidência desta Casa para que reveja essa posição. Peço aos autores do pleito que também revejam, que abram essa discussão no Plenário, para que, realmente, a gente veja como sair desta situação.

Se todas as igrejas estão agora solicitando que também os seus símbolos sejam colocados aqui no Plenário, eu acho que não vai comportar, porque temos espíritas, evangélicos, católicos e tantas outras religiões, como a messiânica e a budista. E aí, vai ficar como? Um Poder político vai ser transformado num templo religioso?

Então, queria pedir esse apoio à Mesa Diretora para que a gente reabra essa discussão e reveja essa posição.

Mas, Sr. Presidente, queria ainda, mais uma vez, registrar a nossa solidariedade, o nosso apoio aos professores de Camaçari, meus colegas – sou professora concursada daquele município –, pela postura arbitrária, agressiva, grosseira e incompreensível do prefeito de Camaçari. Além de cortar o ponto dos trabalhadores, dos professores, dos funcionários, que estão em greve há 18 dias, ameaça agora substituí-los com contratações pelo REDA. Para mim, não é nenhuma novidade, mas acho que o prefeito de Camaçari precisa tomar juízo, assumir o seu papel de gestor, porque hoje, além dele, tem o Waldeck Ornelas, o Helder, o Tude, que mandam mais do que ele, numa postura de isolá-lo e desgastá-lo politicamente. Ele que pense: quando era vereador e oposição, era tão parceiro dos professores, tão parceiro do povo, e só tem criado o mal para o nosso município e para aquele povo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Heber Santana por até 5 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é uma satisfação usar esta tribuna depois desse período que tivemos de recesso, de reformas na Casa. É a primeira vez que faço uso desta tribuna, participando ativamente das comissões, e é sempre uma alegria.

Não quero entrar na discussão que foi aqui colocada, sei que o dia de ontem foi dominado por esse debate, o dia de hoje também, deputado José de Arimatéia, sobre a colocação desse novo painel, da referência à Palavra, à Bíblia. Mas quero chamar a atenção, deputado Marcell Moraes, do aspecto histórico que tem. Estamos falando de símbolos que fazem referência, inclusive, à história da nossa cidade.

E vejam como a ignorância, às vezes, atrapalha. A pomba, por exemplo, faz parte do símbolo de Salvador. A bandeira de Salvador tem uma pomba com uma frase em latim dizendo que “a pomba retorna à arca”.

Ora, se essa referência faz parte do maior símbolo que Salvador tem, de sua representação, de sua bandeira, por que não pode estar neste Plenário?

Por que a Bíblia, que é o primeiro livro impresso da história da humanidade, que tem todo um aspecto histórico por trás de si, não pode estar neste Plenário?

Até mesmo a Arca da Aliança, fruto da pesquisa de grandes arqueólogos, que tentam localizá-la pelo patrimônio cultural que seria, por que ela não pode estar neste Plenário?

O fato é que a distorção do conceito de Estado laico só aparece para símbolos que remontem ao cristianismo e, de uma maneira ainda mais especial, ao segmento evangélico, porque o Estado não era laico quando as salas do Centro de Convenções receberam, todas, nomes de orixás. O Estado não era laico quando se colocaram no Dique de Tororó as estátuas dos orixás. O Estado também não era laico quando ali, nos Correios, foram colocadas mais duas estátuas de orixás.

Portanto, nós vemos que esse conceito de Estado laico é um conceito seletivo e, pior, distorcido da realidade, porque o Estado é laico, ele não é ateu. O Estado é laico justamente para que haja liberdade de culto. Todos podem professar sua fé de maneira livre, e o Estado não tem religião oficial. Esse é o conceito de Estado laico.

Até mesmo a separação tão propagada entre Estado e Igreja aconteceu não como uma forma de preservar o Estado, pelo contrário, preservar a Igreja da influência do Estado.

Aqui na Casa, outras religiões estão muito bem representadas neste painel, que proporcionalmente é muito maior, mas tenho certeza de que mais de 30% da população, que nós somos, em todo o País, seguramente, mais de 30% de evangélicos, fora o número de cristãos, se sentem muito bem representados. Não estavam incluídos nesse quadro, agora, sim, estão fazendo parte do painel.

Talvez eu não tivesse tal iniciativa individualmente, mas, a partir do momento em que ela foi colocada, tem, também, todo o meu apoio, minha manifestação por sua continuidade, respeitando, justamente, os princípios democráticos.

Mas eu quero, Sr. Presidente, também elogiar a atuação da Bancada da Oposição, o deputado Leur Lomanto, como Líder da Oposição. Em meio a essa situação que aconteceu, que tomou conta do noticiário de todo o País, desse desastre, dessa tragédia que aconteceu em Mar Grande, a Oposição tem procurado ter uma atitude muito responsável, não querendo, de maneira nenhuma, utilizar politicamente o fato, em memória das vidas que foram perdidas com esse desastre.

Mas nós também não podemos, com isso, ser negligentes a ponto de não pensar sobre o acontecido, sobre as motivações que contribuíram para que esse desastre tivesse ocorrido e sobre o que nós precisamos fazer para que haja mudanças e situações como essa não mais aconteçam.

E há compreensão de que esse processo é muito mais complexo, porque o problema não está só nas lanchas. Eu mesmo já presenciei no *Ferry*, deputado Fábio Souto, uma travessia em que nós ficamos mais de uma hora parados porque foi identificado um corpo no mar – inicialmente pensamos que era um corpo na água –, não havia nenhuma estrutura, nenhum equipamento adequado, não havia treinamento

adequado Depois de uma hora, percebeu-se que não era um corpo, era uma pessoa, um homem, que ainda estava vivo, e quando se tentou fazer o resgate, agiu-se de forma completamente improvisada. Retornamos ao cais e, infelizmente, aquele homem que, se tivesse sido socorrido a tempo poderia ter sido salvo, perdeu a sua vida.

Portanto, é algo muito mais complexo, e o trabalho desta Casa... Os deputados da Oposição estão atentos para responsabilizar aqueles que precisam ser responsabilizados, no intuito de mudarmos essa realidade e não sofrermos mais, como sofremos desta vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo por até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Colegas deputados e deputadas, imprensa, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, que felicidade ver este Plenário cheio no início de tarde de uma terça-feira, não é, Adolfo? Não é algo tão comum no nosso dia a dia.

Vamos aproveitar isso. O nosso querido colega deputado Hildécio Meireles irá usar do Grande Expediente para falar, principalmente, das medidas que a Oposição pretende tomar a respeito do acidente que aconteceu na travessia Mar Grande – Salvador. E, deputada Luiza Maia, gostaria, com muita lucidez e respeito, inclusive às famílias das vítimas, de dizer que a Oposição está tendo todo o cuidado para não politizar o assunto.

Mas a Oposição, diferentemente do governo do Estado, não se omite da discussão de assuntos importantes e inerentes à sociedade baiana. Nós temos responsabilidade! A Agerba é um órgão regulador do Estado da Bahia. O governador da Bahia precisa ser fiscalizado por esta Casa, nós temos a obrigação de checar e de cobrar da Agerba e do governador posicionamentos com o que vai fazer.

O que aconteceu é algo que precisa ser investigado. Não temos como fazer agora juízo de valor. O que nós sabemos é o que todo baiano sabe, que frequenta o Recôncavo, o Litoral, que faz essa travessia, que é amante ou precisa conviver com a Baía de Todos-os-Santos. Todo baiano sabe que essa travessia é uma falta de respeito e de vergonha com o ser humano, pode ser através do *Ferry*, através das filas imensas, da desordem, da desorganização que é gerida pelo governo do Estado, fiscalizada pela Agerba, seja através das lanchas rápidas, seja através das pequenas embarcações.

Algumas vezes eu fiz essa travessia e parecia, realmente, que era uma travessia que nós estávamos lá como boias-frias, que respeitadamente trabalham, mas são transportados em condições subumanas. Há relatos, inclusive, de falta de higiene nos barcos e nos terminais, há relatos de falta de segurança que nós vimos e ouvimos aqui, deputado Bira, há anos, e alguém tem que ser responsável.

Eu imagino que o governador que gosta de dar uma de porreta, se omite em relação a esse assunto. Ele gosta de propaganda, geralmente propaganda enganosa, no horário do Fantástico, mais caro, pagando com o dinheiro da gente, dizendo que fez o Hospital do Subúrbio, e passa anos e anos fazendo propaganda, de dois em dois anos prometendo que faz e o que não vai fazer, irresponsavelmente.

Ah, se a ponte Salvador – Itaparica estivesse pronta! Já se afundou naquela Baía de Todos-os-Santos, além dos 19 corpos, mais de 100 milhões de reais, e nós não sabemos para onde vai. Então, o governador tem que aparecer, tem que mostrar a cara, tem que cobrar das pessoas, tem que mostrar respeito pela população baiana. Enquanto isso nós vamos ver o descaso acontecer.

Estaremos aqui a cobrar soluções, responsabilidades, mas nós iremos ver o descaso acontecer, porque não há esperança num governo mentiroso. Nós temos a BA-351, que liga o município de Mansidão, Buritirama e Santa Rita de Cássia. Hoje teve um protesto lá, Adolfo, com mais de 5 mil pessoas, fechando a BA. Você sabe porquê? Porque o governador Jaques Wagner prometeu que iria cumprir, que iria fazer aquela BA, para se reeleger prometeu de novo que cumpriria, para reeleger seu sucessor foi lá com o governador Rui Costa e prometeu que faria a BA. O deputado Antônio Henrique Júnior, o deputado Alex Lima, o deputado Pedro Tavares, representantes de municípios lá, deputado Augusto Castro, dos três municípios, são testemunhas que o governo do Estado prometeu a BA-351.

Eu, agora, exijo do governador: governador, tenha respeito. Apareça para dizer se vai cumprir ou se vai aparecer às vésperas de outubro do ano que vem para dizer que fará essa BA. Enquanto V.Ex^a não faz e não cumpre com sua palavra, tentando ganhar as eleições e brincando com a população da Bahia, achando que ela é ignorante, desinstruída, as pessoas morrem. Como morreram em Mar Grande, em Salvador, pessoas morrem toda as semanas na BA-351, porque é uma vergonha.

A população de Santa Rita, de Mansidão e de Buritirama saberá, governador, dar a resposta a V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por até 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas aqui presentes, o que me traz aqui é um tema recorrente no governo do PT na Bahia, que é a regulação. Perguntaria a V.Ex^{as}: o que acham da regulação da saúde no Estado da Bahia?

Eu tenho certeza de que se fosse para dar uma nota, o nobre deputado José Raimundo daria nota 2. Essa é a visão que eu tenho. O deputado Adolfo Viana já diz que seria muito. Talvez um e meio.

Mas, deixando essas conversas de lado, não é possível que depois de 11 anos de governo, a regulação da saúde do Estado da Bahia não traga uma solução definitiva. Quando eu digo isso, é porque dezenas de pacientes necessitam, neste momento, nos hospitais da Bahia, nos postos de saúde, nas UPAs, ser transferidos.

Mas a falta de planejamento da Sesab, junto com o governo que representa, não consegue. Eu me lembro nos discursos do governador eleito para este mandato, o Sr. Rui Costa, em que dizia, com o seu secretário, que – tão importante era a regulação da saúde – a traria para a mesma unidade, o mesmo prédio da Sesab. Não trouxe, não conseguiu fazer isso, porque não tem planejamento. Não sabendo ele que não é a proximidade física que vai fazer com que a regulação seja resolvida, mas um planejamento de coordenação dos leitos, que não existe ainda.

Digo mais a V.Ex^{as}, trouxe esse tema aqui, algumas vezes, deputado Sandro Régis, e dou exemplos práticos, como já o fiz, mas o secretário da Saúde não escuta o pleito da nossa sociedade, ele se faz de surdo. Uma pessoa que tem uma fratura de antebraço não tem necessidade de ficar internado, ele é colocado em mobilização provisória e vai para casa para posteriormente marcar a cirurgia. Onde ele marcará essa cirurgia? Deputado Sandro, não há esse caminho, porque os leitos da cirurgia são regulados pelo Estado e não pelo município. E as pessoas não conseguem ficar internadas. Neste momento não precisariam, mas não há regulação desses pacientes.

Bati aqui, diversas vezes, na regulação das cirurgias eletivas. O Ministério da Saúde, há 4 meses, disse que agora a lista será única. Há um projeto de lei que há mais de 3 anos tramita, nesta Casa, para que acabe com o pedido, deputado Targino Machado, de a, b ou c. É uma lista única para que todas pessoas tenham a mesma oportunidade.

Mas é um governo que não consegue escutar e não apresenta o seu planejamento. Por isso já com 11 anos, findando o governo, continua a regulação da morte. Isso não é admissível, deputado Marcelo Nilo. Não podemos admitir que a regulação continue desse jeito, sem coordenação de leito, sem permitir que os pacientes que precisam ser operados sejam operados. Não tenho dúvidas e tenho certeza que no ano que vem este governo será banido da Bahia e ACM Neto será o nosso governador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, o Brasil assiste mais uma vez o governo Temer fazer o desmonte das empresas brasileiras. Não vamos aqui discutir a situação da Eletrobras, da Petrobras e outras empresas. É claro que são cabides de emprego mal administradas, como sempre foram. Tem que fazer mudanças? Tem. Mas a situação do Brasil, deputado Targino, trazendo para uma situação particular, é como se uma família ganhasse 20 mil por mês e estivessem gastando 100 mil. A família tem alguns imóveis e começam a vender um apartamento, estão abatendo a dívida, mas continuam gastando errado, continuam gastando o que não podem, continuam gastando 100 mil. Então, ficarão sem os imóveis e continuarão no rombo.

Trazendo para a realidade brasileira, a população ficará sem as suas empresas. Se estivessem tapando os buracos, deputado Zé Raimundo, que entende muito bem o que estou falando, e parassem a sangria de tanta coisa errada que existe neste País, de tanto dinheiro jogado fora, tudo bem. O pior é que irão vender a Eletrobras, irão vender a Vale do Rio Doce, a Infraero que, realmente, precisa de outro tipo de administração, e o dinheiro será jogado fora. Porque o Brasil vai continuar com a administração que temos, onde os políticos só pensam em se eleger, não estão preocupados com o povo.

Estamos vendo a vergonha que está em Brasília, 45 dias para vencer o prazo para se fazer um remendo eleitoral, porque não é reforma. Todo mundo sabe que essa esculhambação de mais de 40 partidos só existe no Brasil. Acredito que nenhum país no mundo tenha essa quantidade de partidos. Todo mundo sabe que não pode continuar, mas continua. Todo mundo sabe que não pode continuar essa política como é feita hoje. Ela será a mais cara do que as outras campanhas. O resto é conversa fiada, é demagogia. Essa eleição será a mais cara de todas. E quem não tiver dinheiro não vai voltar para cá, não vai voltar para a Câmara Federal, com raríssimas exceções. Um cantor, um Jean Wyllys, um Tiririca, é isso mesmo, deputado Marcelo Nilo, não estou dizendo quem vai comprar voto, não, só estou dizendo que será mais caro, o resto é demagogia. O Judiciário sabe, todo mundo sabe. Aí fica essa palhaçada, desculpem o termo, não estudei, deputado Targino Machado, no Instituto Rio Branco, não sou diplomata, é uma palhaçada este País. Exigem que se coloque 30% de mulheres, o cara inventa candidata que tem zero voto. Então, se formos analisar o Brasil veremos que é uma piada em tudo.

O presidente Temer quer vender tudo, vai diminuir o *deficit* temporariamente e continuar aumentando. Tem que fazer a reforma, mas ninguém quer a reforma porque vai atingir os interesses próprios. Então, continua essa bagunça que leva a essa situação de descalabro e não tem perspectiva de melhora. O povo, deputado Targino Machado, que vê as imagens, como o Brasil assistiu ontem no Mato Grosso, e ocorre em outros estados, pelo menos aqui na Bahia não temos conhecimento, deputados colocando centenas de milhares de reais nos bolsos porque nas malas não cabiam.

A operação Lava Jato está aí envolvendo todos os políticos como se todos estivessem envolvidos, e isso não é verdade. Apenas os poderosos estão envolvidos. Mas, para o povo, para os eleitores, todos estão envolvidos, todos os deputados, todos os políticos estão cheios de milhões nos bolsos.

Estamos vendo o que está acontecendo quando se chega no interior. Lava Jato no interior é só na televisão, só em Brasília; no interior, para muita gente não está acontecendo nada. Então, a eleição de 2018 será muito mais cara que as outras, e se cometerem a loucura de aprovar os 3 bilhões e 600, a imprensa vai fazer um carnaval. Aí é que vai ser pedido de dinheiro!. Essa é a verdade, infelizmente alguns não admitem.

Concluo, Sr. Presidente, obedecendo a sua determinação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana por todo o tempo restante. Informamos a visita dos estudantes do Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira, bairro Portão, Lauro de Freitas, que todos sejam bem-vindos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Imprensa, estudantes da Escola Kleber Oliveira, sejam bem-vindos.

Srs. Deputados, percebo que alguns parlamentares sobem à tribuna e fazem críticas ao governo federal e a outros estados, mas nós precisamos ter a capacidade de fazer uma autocrítica, afinal de contas fomos eleitos pelo povo da Bahia para legislar e, principalmente, para fiscalizar o Poder Executivo.

Na semana passada aconteceu uma tragédia que chocou a todos os brasileiros, não só daqui, do Estado da Bahia. O acidente que aconteceu na travessia Mar Grande – Salvador, realmente, deixou todos nós muito abalados, justamente porque houve diversas vítimas fatais. É óbvio que não iríamos politizar um assunto tão grave como esse, mas, uma semana depois do acontecido, nós precisamos tomar algumas medidas.

Eu tive a curiosidade de colher alguns relatos de pessoas que estavam na embarcação e gostaria de dividir com os nobres colegas. Vejam o que diz Helen Amorim, uma das vítimas do acidente: houve dificuldade para os passageiros conseguirem ter acesso aos coletes, pois estavam amarrados. Mas não foi só ela que deu esse depoimento. Outros idênticos a este, e, aqui, eu posso ler alguns, constam nas matérias dos jornais.

Mas não devemos fazer nenhum prejulgamento e nem apontar culpados. Acho que o que precisamos, devemos e temos a obrigação de fazer é tomar medidas para que isso não volte a acontecer, para que outras embarcações não cometam o mesmo equívoco que possivelmente tenha sido cometido naquele triste dia na Baía de Todos-os-Santos.

Imaginem V.Ex^{as} que a Agerba, que tem a obrigação e o dever de fiscalizar, penso eu que tenha cometido um equívoco ao cumprir essa missão. Vejam, não são uma, nem duas, são algumas vítimas do acidente que relatam que os coletes estavam amarrados. Se isso realmente aconteceu, imagino eu que outras embarcações também estejam navegando nessas condições. Acho que o governo tem o dever...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) e a obrigação de apurar se houve ou não omissão por parte de membros...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluo, Sr. Presidente, fazendo uma provocação a esta Casa: ela tem o dever e a obrigação de cobrar do Governo do Estado explicações sobre o ocorrido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido, deputado Adolfo Viana.

Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a desse o tempo regulamentar de 15 minutos, para seguir, naturalmente, a solicitação do nobre deputado Adolfo Viana. E que a verificação seja nominal. O tempo, 15 minutos, é que interessa, sobretudo eu quero o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Muito bem, agora V.Ex^a está pedindo a questão de ordem corretamente, para não haver o mesmo problema da sessão passada.

V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Raimundo:- E, aproveitando, gostaria de cumprimentar os alunos aqui presentes, e dizer que, é verdade, estamos vivendo um momento político muito delicado na história deste País. Mas é através da política que nós encontramos as grandes soluções para este País.

Não adianta a *Rede Globo* criminalizar a política e, ao mesmo tempo, passar novelas, passar, enfim, toda uma Dramaturgia elogiando, por exemplo, o tráfico, elogiando os marginais. A *Rede Globo* só elogia quem ganha dinheiro e os grandes personagens, enquanto as pessoas simples não são louvadas pela mídia brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de, indiretamente, dizer que, apesar desta crise política, é através da política – da Câmara de Vereadores, do Parlamento, das prefeituras, do governo do Estado, da presidência e do Congresso Nacional –, vivemos numa democracia, que devemos debater e encontrar soluções para o nosso País. Não adianta querer desqualificar a política quando na vida real existem pessoas erradas em todos os lugares: há aluno que pesca, há professor que ensina mal, há policial, pastores, padres, comerciantes, industriais... a sociedade, em todos os grupos humanos, tem boas e más pessoas, Sr. Presidente, por isso gostaria de deixar, aqui, também esta mensagem para os alunos.

Era o que gostaria de dizer e, naturalmente, pedir a V.Ex^a 15 minutos...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a também será atendido, deputado Luciano.

Deputado, Zé Raimundo já encerrou sua questão de ordem?

V.Ex^a será...

O Sr. Zé Raimundo:- Pode acatar, pode acatar.

O Sr. Adolfo Viana:- Não é o deputado Zé Raimundo que diz o que pode.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Estou perguntando a ele se já concluiu a sua questão de ordem.

Por favor, deputado Adolfo Viana, questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Zé Raimundo, apesar de ser um grande professor, não é quem diz o que pode ou não aqui, nesta Casa.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- O presidente é quem tem o dever de conduzir os trabalhos, com todo o respeito que tenho...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Perfeito.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) ao nobre deputado Zé Raimundo.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero concordar com o professor Zé Raimundo, é através da política que as transformações podem acontecer, mas de uma política séria, de uma política que, realmente, tenha compromisso com resultados que traduzam a vontade da nossa população.

E quando fui à tribuna foi, justamente, para cobrar do Governo do Estado uma fiscalização maior nessas lanchas que fazem linhas entre a ilha e Salvador. V.Ex^a, no entanto, já foi apontando toda a sua artilharia contra a *Rede Globo*. Ora, a imprensa é livre, temos que respeitá-la, não ficar atacando a imprensa. Temos que cumprir o nosso papel para que a imprensa possa nos elogiar. Não vamos culpar a Rede Globo, nem a *Record*, nem o *SBT*, nem a *Bandeirantes*.

O que aconteceu na travessia, não quero, aqui, apontar o dedo nem culpar ninguém, queremos que seja apurado. Se houve equívocos, que sejam apreciados, averiguados. O que não dá é nós, enquanto Poder Legislativo, que temos o dever, a obrigação de fiscalizar, simplesmente, ficarmos, aqui, de braços cruzados, aguardando um possível posicionamento por parte do governo do Estado.

Acho que a Agerba deve esclarecimentos, e gostaria de sugerir à Comissão de Infraestrutura desta Assembleia Legislativa que faça um ofício, solicitando esclarecimentos para esta Casa Legislativa e para toda a Bahia sobre se houve ou não equívocos. Afinal de contas, os relatos que chegam através dos jornais é que as vítimas dizem que os coletes estavam amarrados, que tentaram buscar os coletes, mas não conseguiram.

De quem é a culpa? Ora, se isso realmente aconteceu, a culpa é da Agerba, que não fez a fiscalização que deveria ter feito.

Portanto, agradeço pela questão de ordem concedida pelo presidente Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um pedido de verificação de quórum nominal para a continuidade da sessão. Por favor, marquem o tempo regimental.

Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram na sala do cafezinho, nos seus gabinetes...

O Sr. Adolfo Viana:- O painel está atrasado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já pedi para colocarem o tempo regimental no painel.

O deputado Zé Raimundo pediu uma questão de ordem, V.Ex^a também pediu uma, e eu concedi ambas. A sua questão de ordem não foi sobre o tempo da verificação de quórum.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu solicitei a minha questão de ordem...

(Um deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Estou com a palavra, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O deputado Adolfo Viana está com a palavra.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem, solicitando a verificação de quórum. O colega Zé Raimundo pediu que se marcasse os 15 minutos. Depois, eu falei por 5 minutos, mas o painel marca 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Verdade. Eu deferi a questão de ordem do deputado Zé Raimundo, e deferi a questão de ordem de V.Ex^a. Então, já era para estar contando o tempo regimental na questão de ordem. O tempo tem que ser revisto no painel.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

Deputado Bira, 1 minutinho.

Ninguém está desrespeitando ninguém aqui. Estamos discutindo o problema do painel. Estou conversando com seu Líder para chegarmos a um consenso. A Presidência não está desrespeitando ninguém.

Zerem o painel, botem os 15 minutos a partir de agora, deputado Bira Corôa com a questão de ordem.

Eu estou aqui discutindo com Zé Neto... o presidente não está desrespeitando ninguém, rapaz!!

O Sr. Bira Corôa:- Calma, Sr. Presidente! Calma!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ninguém está desrespeitando ninguém, Bira! Eu fiz aqui sob consenso com Zé Neto.

O Sr. Bira Corôa:- Estou no meu tempo, posso falar?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pode, questão de ordem do deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Bira Corôa:- Eu considero um desrespeito, presidente, quando estou aqui aguardando por uma solicitação, e de novo é repassada a palavra para Adolfo, para ficar nesse bate-rebate. Aí é um desrespeito, aí é um desrespeito! Aí eu vou fazer a exigência porque respeito todos.

Então, Sr. Presidente, queria, no tempo que me permite, simplesmente dizer que a condição da Mesa, sem dúvida nenhuma, é para a Casa, não é para interesses de

grupo ou pessoais, e eu a respeito dessa forma. Qualquer um dos senhores ou das senhoras que se sentar nessa Mesa tem de ter a responsabilidade de preservar a instituição, essa é a minha defesa e sempre foi. Essa é a minha grande preocupação, porque se nós não fizermos por essa via, nós estaremos, de fato, criando a condição sobre a qual a sociedade está formando opinião, que é a de que todos nós somos iguais e que o Poder não representa os interesses da sociedade.

Mas, Sr. Presidente, a nível de esclarecimento, muitos estão provocando o governo do Estado em decorrência do acidente. É bom esclarecer, Sr. Presidente, que a responsabilidade pela fiscalização e liberação não é da Agerba. Todo o transporte náutico é com a Marinha, então a responsabilidade... Tanto é que o laudo de fiscalização foi feito uma semana antes do acidente, uma semana antes do acidente o laudo de fiscalização foi feito pela Marinha, inclusive a partir de uma inspeção feita sem aviso no barco. O preposto da Marinha foi ao barco, acompanhou, verificou todos os requisitos de EPI, inclusive os coletes salva-vidas, e, conseqüentemente, atestou a validade de funcionamento da lancha. O que cabe à Agerba, só para esclarecimento, é a fiscalização do contrato e a licitação.

É muito fácil tentar jogar pedras aleatoriamente. Agora, a responsabilidade desta Casa, e dos senhores e senhoras representantes dela, é ter conhecimento para não apenas jogar pedras em telhados alheios.

Quero aqui mais uma vez dizer que a responsabilidade não é da Agerba, que cumpre e cumpriu o seu papel. Se querem condenar, condene o 2º Distrito Naval instalado na Bahia, que é ele, inclusive, quem dá o laudo de validade de funcionamento do barco. Então essa é uma questão.

Querer transformar um acidente em um discurso cotidiano barato, sem respeitar sequer o sofrimento humano das famílias e das pessoas que foram vitimadas por esse processo, é muito simples, muito fácil, mas é, acima de tudo, desumano, além de inconsequente e irresponsável. Nós temos a obrigação, aqui, de exigir uma melhor fiscalização, melhor sistema de transporte, melhor estabilidade e garantia para os usuários. Sobre isso, sim, eu me disponho a abrir qualquer debate. Agora, não vou entrar nesse discurso barato, inconsequente, quero repetir, que é o de acusar ou deixar de acusar.

Quero chamar a atenção é para a outra discussão e, inclusive, discutir o sistema de transporte urbano de Salvador, que é o pior. O pior sistema de transporte coletivo do País está em Salvador, os ônibus mais precários, com idades superavanzadas, sem ter sequer um estepe. Eu desafio aqui qualquer um dos senhores, meus pares, a irem a Paralela parar um ônibus qualquer e exigir um macaco, um estepe, porque nenhum tem, e são transportes liberados pelo município de Salvador.

Aliás, falar do município de Salvador é muito simples, um município que não responde nem pela sua responsabilidade com educação. Enquanto o Estado mantém 100 escolas de nível inicial, o município mantém apenas 25 porque é a sua responsabilidade. Se olharmos os PSFs, nem sequer isso ele mantém. Mas eu não vou abrir essa discussão porque ela não é a principal.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, no pouco tempo que ainda me resta, para convidar os senhores e senhoras, deputados e deputadas, para uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, para virem do cafezinho, das suas salas, dos corredores, para garantir a presença e assegurar a continuidade desta presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu só quero comunicar o que eu já havia dito antes: enquanto eu estiver presidindo a sessão, questão de ordem só será concedida com apresentação do artigo do Regimento. Porque está se usando a questão de ordem aqui para fazer discurso político, e eu, como presidente, não vou admitir. Questão de ordem, artigo na frente! Senão é indeferido automaticamente, para que lado seja!

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Artigo na frente!

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Artigo na frente!!

Não dá para ficar banalizando, aqui na Casa, a questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria convocar... Art. 225.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deixa eu dizer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria convocar...

(Algum orador questiona qual o teor do art. 225)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele vai citar o artigo e vai dizer, a gente vai saber o que ele disse, ou não.

Pois não, Líder.

O Sr. Zé Neto:- (...) Sr. Presidente, durante os 15 minutos fica definido... Isso aqui é utilizado há décadas, eu estou aqui há 16 anos... Durante o período de organização dos deputados, quem pediu vai num lado e no outro...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- De um lado e do outro.

O Sr. Zé Neto:- (...) Não vamos fazer cavalo de batalha onde não precisa...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- De jeito nenhum. Agora, deputado...

O Sr. Zé Neto:- (...) Já basta o cotidiano que nos impõe determinadas posições que...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- (...) Líder, V.Ex^a há de convir que não custa nada a gente pedir a questão de ordem e citar o artigo, o argumento. Claro, porque senão banaliza.

O Sr. Zé Neto:- (...) Sr. Presidente, estou querendo convocar os deputados e deputadas que estão na Casa, ainda restam 8 minutos, eu queria que fossem se deslocando para o Plenário para que possamos restabelecer o quórum de permanência da presente sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- O art. 225, convidar deputados.

O Sr. Zé Neto:- (...) Aproveitar, Sr. Presidente, para apenas ressaltar uma coisa importante que acho fundamental. Aqui nesta Casa, no dia 22 de dezembro de 2010, fim de mandato de muitos deputados, nós tínhamos na Casa quase a totalidade dos deputados e votamos, por unanimidade, unanimidade, o projeto de lei que “Dispõe sobre o sistema de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e veículos do Estado da Bahia, e dá outras providências”.

Esta Casa, por unanimidade, depois de diversas audiências públicas, sem alterar uma linha, aprovou um projeto de lei regulamentando as lanchas que hoje fazem o percurso de Mar Grande a Salvador.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- (...) Nesse projeto de lei consta, inclusive, no que tange à navegabilidade, a fiscalização e responsabilidade de fiscalização direta do órgão competente que seria a Marinha.

Inclusive, quero colocar isso para não parecer que há um desleixo ou um desinteresse ou havia uma situação totalmente irregular. Ao contrário, houve uma tragédia, nós temos que aqui – até gostei em parte da colocação do deputado Adolfo Viana, acho que em parte, deputado, V.Ex^a teve uma posição que achei muito lúcida – nos debruçar, primeiro para que as investigações transcorram com transparência, mas, principalmente, para saber em que podemos melhorar a fiscalização, não apenas da Agerba, não, porque a Agerba na parte de navegabilidade tem limitações, inclusive limitações legais, de ordem federalizada.

Não podemos, inclusive, tomar para a Agerba a responsabilidade de investigar navegabilidade que é da Marinha. E tem lá o órgão próprio para fazer isso e vinha fazendo. Essa lancha foi dezenas de vezes fiscalizada do ponto de vista da navegabilidade.

Aqui nesta Casa, Sr. Presidente, para que se faça jus, nós tivemos um debate de seis audiências pelo menos. A Associação Comercial da Ilha, à época, participou. A CDL, enfim, as organizações. Inclusive tivemos aqui o movimento estudantil, que participou do debate. Quero dizer a V.Ex^a que não houve nada às escondidas, não foi um projeto que caiu do céu, chegou à Assembleia e foi votado. Ao contrário. Havia um debate sobre se era possível fazer ou não a travessia de catamarã. E nesse sentido esse debate foi esquecido no processo porque o catamarã seria mais caro, não teria a cultura de preservação, além de outras situações diversas.

Portanto, temos de nos debruçar, primeiro, para que haja uma investigação limpa e transparente que possa nos trazer, evidentemente, alternativas que ajudem daqui pra frente a dar mais segurança em situações até mais modernas, mais novas, pois nós temos condições de usar mais tecnologia, previsão, enfim. Mas não acho que seja o momento de ninguém fazer política nessa agressão, tentando tirar algum proveito político numa situação que para mim é muito mais de solidariedade humana ...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Neto: (...) e respeito ao trágico acidente. Eu sou frequentador da Ilha desde os meus 12 anos de idade. Tenho inclusive lá um *villagezinho* no Arauá, estou

sempre presente e posso dizer a V.Ex^a que eu, minhas filhas e minha mulher sempre frequentamos Salvador/Ilha indo de lanchinha!

Então, temos de ter calma agora - estou encerrando - para não acharmos que isso é um tema que pode gerar uma piora no sistema, pois, se tirar as lanchinhas, vai ficar o quê? Vamos voltar para o debate, à estaca zero?! Vai ter o catamarã, vai ter o que no lugar? O *Ferry* vai dar conta?

Então, vamos ponderar, equilibrar e ter razoabilidade nesse debate para que aqui nesta Casa, que votou por unanimidade a lei que hoje vigora, não tenha essa coisa da incoerência, de ter feito um debate tão profundo e votado por unanimidade, mas depois achar que isso não valeu de nada.

O Sr. Adolfo Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana pelo tempo regimental.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, queria...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Adolfo, se V.Ex^a quer uma questão de ordem, vai ter de dar a presença.

(Os deputados Zé Raimundo e Zó falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Qual é o artigo, deputado Adolfo Viana?

O Sr. Adolfo Viana:- O 225.

O deputado Zé Neto foi muito feliz. Em momento algum, deputado, acusamos aqui ou apontamos o dedo. Acho que V.Ex^a está correto. Agora, quem anda apontando o dedo aqui é o senhor e a Bancada do governo, culpando a Marinha do Brasil pelo acidente. E o que nós estamos cobrando é exatamente que os coletes não estivessem amarrados. Não sou eu, o deputado Adolfo Viana, que estou fazendo essa cobrança, não, deputado Zé Neto. Quem está fazendo é justamente a população. Está aqui nos jornais, as pessoas que estavam na embarcação estão dizendo que os coletes estavam amarrados!

Eu realmente achei que a Agerba deveria, sim, fiscalizar. V.Ex^a está dizendo que é uma obrigação da Marinha, mas não acho que cabe a nós aqui estar discutindo quem é o culpado. Precisamos é tomar medidas para que isso não volte a acontecer. É mesmo um absurdo grande o que aconteceu na Baía de Todos-os-Santos! Espero que não volte a acontecer, mas o senhor agora decide acusar a Marinha. Bom, espero que V.Ex^a cumpra aí com as suas obrigações.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há número para a continuidade da presente sessão.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Hildécio Meireles por até 25 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meus caros amigos aqui presentes, funcionários, pessoal da imprensa, venho à tribuna pela primeira vez depois do trágico e anunciado naufrágio que houve na travessia Mar Grande – Salvador na quinta-feira da semana passada.

Venho inicialmente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, me solidarizar com as famílias das vítimas. Foram 18 mortes, 18 vidas ceifadas, uma adolescente desaparecida - dezenove mortes. E 89 passageiros foram atendidos nos hospitais, principalmente de Salvador.

Mas venho também, Sr. Presidente, como presidente da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa e deputado estadual que tem o dever, a responsabilidade de fiscalizar os atos do Poder Executivo. Mas por que fiscalizar, presidente, os atos do Poder Executivo numa travessia marítima? Ora, o deputado Zé Neto há pouco nos trouxe a lei que fora aprovada em dezembro de 2010, exatamente atestando que o governo do Estado, através da sua agência reguladora, tem responsabilidade, sim, sobre o fato.

E venho igualmente, presidente, como um usuário eventual daquela travessia, eu que vez por outra também uso aquele sistema de transporte para me deslocar na Baía de Todos-os-Santos, principalmente de Mar Grande pra Salvador, e com um razoável ou pouco conhecimento sobre navegação marítima.

Aqui se discute muito quanto à responsabilidade. De quem é a responsabilidade? A responsabilidade, eu concordo que não é só da Agerba. A responsabilidade é da Capitania dos Portos, mas a agência reguladora estadual também é responsável solidária pelo sistema de transporte, até porque é responsabilidade do governo do Estado, através dessa mesma agência, não só regular como conceder aquela linha de transporte.

Ali, aquelas empresas que prestam serviço estão em substituição ao poder público estadual, como se o estivessem representando naquela necessidade importante para a população da Ilha de Itaparica, sobretudo de Vera Cruz. E eu, presidente, como disse aqui há pouco, como eventual usuário posso falar talvez com um pouco mais de conhecimento de causa.

E nós, meu caro deputado Pablo Barrozo, nos assustamos quando descemos de um veículo terrestre e nos dirigimos à estação para comprar a passagem e fazer aquela travessia. A condição é a mínima possível, um estado de precariedade completo! Você paga sua passagem e uma tarifa de embarque, que é estabelecida pela agência reguladora do Estado. Você paga uma tarifa de embarque para usufruir dos mínimos serviços, a exemplo do uso de banheiro e de um mínimo de conforto possível para o cidadão usuário daquele sistema.

O que nós presenciamos ali, meus caros deputados e deputadas, é exatamente o contrário: um serviço precário, e da mesma forma o Terminal Marítimo de Mar Grande. Ele no ano passado sofreu uma pequena intervenção, pois apenas alargaram um pouco a ponte, o atracadouro. Mas para as pessoas é de se ressaltar aqui, presidente, que quem mais usa aquele sistema são as mais necessitadas, trabalhadores, gente que vem para a capital do Estado vender os produtos da sua

pesca, estudantes que vêm em busca da faculdade, de uma escola melhor, uma educação melhor. Há também doentes que vêm em busca de um melhor atendimento médico, de fato - como muito bem se queixou o prefeito de Vera Cruz -, porque na Ilha ainda não existem esses serviços. E essas pessoas, na verdade, são tratadas como ninguém! Essa é que é a pura verdade! Quando você embarca num transporte daqueles, numa embarcação daquelas, viaja em embarcações que foram usadas no século passado. Essa é que é a grande verdade!

Nós não podemos mais conviver com essa travessia em embarcações de madeira. Não há investimento do governo do Estado! Ele licitou, fez um contrato e deu as costas àquela população de Mar Grande, à de toda a Ilha de Itaparica no que diz respeito ao sistema de travessia.

Mas, já prevendo os problemas que poderiam advir, meu caro presidente, daquele serviço de transporte, no dia 24 de maio de 2016 a nossa Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo realizou uma audiência pública para discutir as questões provenientes daquela travessia.

Naquela oportunidade nós discutimos a qualidade e acessibilidade dos sistemas hidroviários dos *FerryBoats* e das lanchas operadoras da linha Salvador – Mar Grande, (Lê) *“a política de gratuidade de passagem para idosos, a Dragagem do canal de saída para, longas filas de espera em datas comemorativas e feriados prolongados e falta de higiene e condição de uso dos banheiros nas embarcações;”*

Aqui estiveram presentes, naquela audiência pública, o Dr. Eduardo Harold Mesquita Pessoa, diretor-executivo da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicação; o Dr. Marco Viana Freire, procurador do Estado, neste ato representando a Procuradoria Geral do Estado; Dr. Jefferson Alves de Assis, desembargador do Tribunal de Justiça, neste ato representando a presidência do Tribunal de Justiça da Bahia; Dr. Luiz Augusto Lima Barreto, representante da Socicam, empresa que tem a concessão do uso dos terminais de Mar Grande e Salvador; Dr^a Rossana Lima, gerente-administrativa da Internacional Travessias.

E naquela oportunidade, meu caro presidente, na conclusão daquela audiência pública ficou determinado:

(Lê) *“1 - A criação de um Conselho Estadual de Transporte Público Marítimo, com a participação de representantes da sociedade civil organizada;*

2 - Determinação de um estudo para isentar da tarifa de utilização do terminal de embarque/desembarque, o cidadão que fizer uso diário daquele transporte, na mesma modalidade como o que se aplica aos usuários do sistema de transporte terrestre;

3 - Solicitar da Diretoria-Executiva da Agerba que encaminhe à Comissão de Infraestrutura a cópia de todos os contratos de concessão das linhas marítimas e das administrações de terminais de passageiros.”

Infelizmente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, até a presente data nenhum documento foi entregue a nossa comissão por parte da diretoria da Agerba.

Ou seja, mais uma vez o Poder Executivo dando provas cabais que desconsidera qualquer decisão e qualquer ação desta Casa Legislativa.

Enquanto isso, enquanto a população de toda a Ilha de Itaparica sofre com esse serviço precário e inseguro de travessia marítima, o governo do Estado continua gastando dezenas e dezenas de milhões de reais em um projeto de uma suposta ponte, mais uma vez para querer enganar a população da Bahia.

Se aproxima uma outra eleição e, de novo, a mesma ladainha da imaginária ponte Salvador – Itaparica.

E veja, meu caro deputado Pablo Barrozo, o *Jornal Bahia Negócios*, em sua edição de dezembro de 2009, trouxe, na sua primeira página, a seguinte manchete: “Ponte Salvador – Itaparica ficará pronta em 2013”. E será que, de novo, os baianos serão enganados por essa falsa promessa? Será que esse governo vai continuar gastando dezenas de milhões de reais em um projeto imaginário?

Não é possível que esta Casa vai continuar muda e omissa diante de tamanha irresponsabilidade deste governo que se diz governo popular do povo da Bahia. Não é possível...

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Só 1 minuto, deputado. Não é possível que esta Casa, que nós deputados estaduais, que temos o dever e a responsabilidade de fiscalizar os atos do Poder Executivo, vamos nos omitir de agir em um momento de tanta dor para tantas famílias que têm sido prejudicadas, quando se diz respeito ao sistema hidroviário do Estado.

E vejam que o problema não reside somente na travessia Mar Grande – Salvador. A Bahia tem a maior costa litorânea do Brasil. Temos vários e vários sistemas de transportes marítimos que correm risco no seu dia a dia. Eu quero agora ceder um aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Hildécio, eu quero parabenizá-lo. Não é surpresa nenhuma a responsabilidade com que V.Ex^a trata os assuntos da sociedade baiana, sobretudo dessa região metropolitana, da Costa do Dendê, que V.Ex^a representa tão bem. Tem o meu testemunho de que, no exercício do seu mandato, V.Ex^a sempre tratou deste assunto. Inclusive, ano passado, pude participar de uma sessão, aqui, onde foram convocados os prefeitos, as lideranças, a sociedade civil, os órgãos do Estado, inclusive a Agerba. E estivemos no auditório, salvo engano, no Auditório Jutahy, para tratar e debater esse assunto, com relação ao transporte e à segurança dos baianos na Baía de Todos-os-Santos.

Só fico a me perguntar, se o governo do Estado, e aí nós temos que fazer uma grande distinção: uma coisa é o acidente que aconteceu, que precisamos saber se houve crime de responsabilidade, para isso há o Ministério Público e os órgãos responsáveis... Mas eu quero saber quem será o responsável, daí em diante, para governar o Estado da Bahia, para se responsabilizar pelo transporte urbano, pelas estradas, pelas vias e hidrovias.

Quando eu vejo os problemas acontecerem em nosso Estado, vejo um governo omissor. Começa pelo governador, que agora está passeando pela terceira vez na

China, volta com o oba oba, mas de factível não traz nada. A Agerba, até agora, não mostrou para que veio. Eu quero saber... se, até agora, não fizemos certo e queremos esconder a sujeira embaixo do tapete, temos que, pelo menos, nos responsabilizar em fazer certo daqui por diante.

V.Ex^a mostra com muita propriedade, teve a preocupação – hoje, pela manhã, na Comissão de Infraestrutura – de convocar uma reunião para trazer todos os responsáveis e as pessoas que precisam tomar a frente dessa discussão, para que não haja essa falta de respeito com os baianos. Se o acidente é culposo, doloso ou algo parecido, então, é caso de polícia.

De uma coisa nós sabemos, o governo do Estado é omissos. Todo baiano sabe – seja ele filiado a qualquer partido político ou de qualquer lado, com qualquer interesse – que é uma falta de respeito com a população baiana, a forma como funciona o transporte público na Baía de Todos-os-Santos. Não adianta esconder, não adianta patrocinar, não adianta fazer propaganda bonita. Temos que parar com essa pequenice do discurso político. Vou citar outro fato aqui, o prefeito ACM Neto investe muito mais em saúde do que é obrigado pela responsabilidade constitucional. Em educação também.

Eu vi o meu colega Bira Corôa dizer há pouco que o prefeito ACM Neto investe pouco em educação. É um discurso, mas vamos trazer os números que são oficiais e que tem responsabilidade junto ao Tribunal de Contas do Município e do Estado. Vamos comparar o Município com o Estado, deputado Zé Neto, para ver se V.Ex^a acompanha a política de Salvador. V.Ex^a só se interessou pela política de Salvador depois que o prefeito ACM Neto virou prefeito, porque, até então, o governador Jaques Wagner e o governador Rui Costa viram as costas para a capital da Bahia, assim como viram para o interior do Estado. Agora, V.Ex^{as} não conhecem a história de Salvador e querem discutir sobre ela. Me poupem, me façam uma garapa!

Parabéns, deputado Hildécio.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Pablo.

Como disse o deputado Zé Neto, em dezembro de 2010, foi aprovada uma lei por esta Casa. Em seguida, o governo do Estado, através da Agerba, promoveu um processo licitatório e cedeu as linhas marítimas de Mar Grande para Salvador. Nós solicitamos da Agerba os contratos de cessão daquelas linhas. Através desses contratos, nós que temos o dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, poderíamos verificar quais foram os critérios, quais foram as condições para que o governo do Estado cedesse aquela linha. E, vejam, é nosso dever.

Não posso concordar com o colega, deputado Bira Corôa, que disse aqui que nós, deputados da Oposição, estaríamos fazendo o discurso fácil, proselitismo, não respeitando a dor daquelas famílias. Acho que é exatamente o contrário. Se nós, que temos o dever de apurar fatos como esses, nos omitirmos, não avançarmos na investigação, aí, sim, estaremos desrespeitando o que é de interesse da população baiana e, no caso específico, daquelas famílias e de toda população da Ilha de Itaparica.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Hildécio Meireles, V.Ex^a aborda um assunto da mais alta gravidade, um assunto que chocou o povo baiano e o povo brasileiro. O desastre ocorrido no último final de semana, na travessia Mar Grande – Salvador, quando 19 pessoas morreram naquele trágico acidente, sem sombra de dúvida chamou a atenção e causou uma comoção muito grande em todo o povo brasileiro. V.Ex^a chama a atenção de uns assuntos que já teve a oportunidade de discutir no âmbito da Comissão de Infraestrutura desta Casa, há alguns anos.

E mais grave, toda a população que utiliza aquele serviço da travessia Mar Grande – Salvador, há muito tempo vem cobrando da empresa concessionária, do órgão que tem a responsabilidade de fiscalizar e regular as ações e aquela concessão que foi dada. Há muito tempo, todos sabiam que essa tragédia poderia acontecer em algum momento.

O mais grave, e o que a gente vêm chamando a atenção neste parlamento, há algum tempo, é a omissão por parte do governo do Estado. Ora, o governo insiste em propagar, através dos meios de comunicação e da sua verba milionária que vem utilizando em publicidade, gastos exorbitantes em planejamento, em estudos da ponte Salvador – Itaparica. Agora, mais uma vez, o governador viaja para a China dizendo, como foi dito em todas as outras vezes que ele foi, não só ele, mas também o ex-governador Jaques Wagner, que eles propagam que vão viajar para a China e irão voltar com a questão da ponte Salvador – Itaparica resolvida.

Já gastaram quase R\$ 200 milhões em estudos de viabilidade, mas esquecem de ter um olhar adequado para a situação das travessias, como V.Ex^a falou: não só a de Mar Grande – Salvador, mas as outras travessias – como a de Camamu – Barra Grande, de Valença/Morro de São Paulo – estão completamente abandonadas pela Agerba, que é responsável pela regulação e fiscalização. E pelo que podemos observar, deixou-se acontecer uma tragédia dessa grandeza e desse tamanho para começar a se tomar uma posição. Ora, o acontecimento dessa tragédia é de responsabilidade, sim, do atual governo e do governador. Nem sequer um posto de fiscalização existe na cidade de Vera Cruz.

Agora, querer enganar a população baiana, gastando milhões e milhões em estudos de viabilidade para a construção de uma ponte que não existe absolutamente nada de concreto, gastando o dinheiro do povo da Bahia, viajando a passeio. Por que a passeio? Porque não tem absolutamente nada de concreto nessas viagens.

Inclusive, nós da Oposição fizemos hoje um requerimento de informação ao Sr. Secretário Bruno Dauster, solicitando todos os esclarecimentos com relação a essas viagens à China: quanto foi gasto, quem foi, quem está acompanhando e o que veio de concreto para a Bahia? Não veio absolutamente nada. O que não pode é gastar fortunas nessas viagens e deixar acontecer acidentes dessa grandeza. O povo da Bahia não pode concordar com isso, devendo saber tudo o que vem ocorrendo no Estado.

Eu parablenizo V.Ex^a pela atitude de estar, mais uma vez, denunciando e mostrando que essa vem sendo uma preocupação da Bancada da Oposição nesta Casa há muito tempo. V.Ex^a, como presidente da Comissão de Infraestrutura,

Desenvolvimento Econômico e Turismo, já teve a oportunidade de cobrar os esclarecimentos e cobrar que enviassem a esta Casa os contratos das concessões do sistema hidroviário da Bahia. Nem sequer uma resposta V.Ex^a teve.

Eu espero que na próxima semana, na Comissão de Infraestrutura, com essa audiência pública solicitada por V.Ex^a e pelos demais membros, possam ser esclarecidas todas essas questões envolvendo não só a concessionária responsável pelo trajeto Mar Grande – Salvador, como também as dos outros sistemas hidroviários dos municípios. Todos esses assuntos precisam ser esclarecidos aqui nesta Casa.

Parabéns!

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Leur.

Eu quero adiantar para todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que nós aprovamos hoje, na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, mais uma audiência pública, para terça-feira da próxima semana, para a qual iremos convidar o diretor da Agerba, representantes da Capitania dos Portos, do Ministério Público Estadual e de todos aqueles órgãos que tenham algum tipo de vinculação com a travessia – prefeitos de Vera Cruz e Itaparica, Câmara de Vereadores e sociedade organizada, principalmente, da Ilha de Itaparica.

Tem sido prática aqui na Casa se boicotar as Comissões Parlamentares de Inquérito, mas eu espero que não tentem boicotar as audiências públicas aprovadas pelas comissões. No caso específico, a audiência pública proposta por nossa comissão, que foi aprovada hoje de manhã.

O Sr. Soldado Prisco:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com um aparte o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Meu amigo Hildécio, presidente da Comissão de Infraestrutura, parabéns por sua postura, parabéns pela sua colocação... Eu gostaria de pedir educação ao deputado do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para finalizar, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- (...) Quero explicar que, como morador da cidade de Santo Antônio de Jesus, faço aquela travessia ali, praticamente, semanalmente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Prisco, o tempo está encerrado.

O Sr. Soldado Prisco:- Presidente...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Só para concluir, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deixe o deputado Hildécio concluir, aí V.Ex^a fala.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- A minha conclusão eu deixo com o aparte do deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Prisco, 10 segundos.

O Sr. Soldado Prisco:- Pois bem, como morador daquela região de Santo Antônio de Jesus, eu sabia que era uma tragédia anunciada; todo mundo sabe que

aquele cais e toda aquela obra dali é de 1950. Nunca houve uma reforma durante os 8 anos de governo Wagner, durante os 8 anos de governo Lula, durante os 4 anos de governo Dilma. É um abandono total em relação àquela situação.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem, art.86, parágrafo único.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, Líder.

O Sr. Joseildo Ramos:- Peço a chamada nominal e a marcação do tempo regulamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Zerem o painel. Por favor, 15 minutos para a verificação do quórum para a continuidade da presente sessão.

Existe uma verificação de quórum nominal pedida pelo Soldado Prisco e contraditada pelo deputado Joseildo Ramos. Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, na Sala de Imprensa, na Biblioteca, em seus gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Queria pedir para o deputado Prisco marcar presença.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O deputado Prisco tem 25 minutos para marcar...

O Sr. Alex Lima:- Não, Excelência, se não marcar, a questão de ordem dele cai. Se ele não está presente, ele não pode fazer questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O deputado Alex Lima “correria” tem toda a razão.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pedi que me inscrevesse.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, Líder.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero convidar os deputados e deputadas que estão na Casa a se deslocarem para o Plenário. Agora há pouco, por causa da espera, por pouco a sessão não caiu, mesmo com os deputados na Casa. Então, peço aos deputados que se encontram em seus gabinetes, por favor, que venham para o Plenário. Depois podem até retornar aos gabinetes, mas não deixemos que a sessão caia. Peço a V.Ex^{as} que compareçam o mais rapidamente possível.

Quero esclarecer ao deputado Hildécio dois motivos... Deputado Hildécio, eu lhe tenho muito respeito, não vou nem discutir o mérito da convocação que V.Ex^a fez hoje pela manhã. Independente do mérito, não vou entrar no mérito. Mas quero dizer duas coisas: uma, quando há a convocação de quatro comissões, para Comissão Conjunta, essa comissão... É o princípio da primazia, a convocação feita pelo

presidente, as quatro comissões vão se reunir na Comissão Conjunta. Não pode haver outra reunião em nenhuma das comissões convidadas pelo presidente para a realização da Comissão Conjunta. Agindo assim, criaríamos um paralelismo que, inclusive, vai de encontro ao próprio Regimento, que diz que nenhuma comissão pode funcionar com o Plenário funcionando. E também, é óbvio, em se tratando de Comissão Conjunta, porque esta é uma plenária de três comissões convocada pelo presidente da Casa. Então, ela é a primazia.

O outro aspecto que quero chamar a atenção, é que o quórum de votação nas comissões é presencial. Tem de ter a presença; se V.Ex^{as} aceitarem que seja assim, vão abrir um precedente que, se valer, será até bom para o governo. Mas peço a V.Ex^a que não abra esse precedente, até porque, além de não ter a presença dos deputados que não estavam na sala...

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. Zé Neto:- (...) tem um outro aspecto: V.Ex^a contabilizou dois números de uma só cadeira. V.Ex^a tem a cadeira e o suplente...

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- (...) V.Ex^a computou quatro votos, três titulares e o suplente do titular. Quer dizer, são dois votos que não podem ser computados.

Então são três aspectos: o da convocação, pois a primazia é a convocação conjunta; o relacionado à não presença do quórum dentro do Plenário, que tem de ocorrer – inclusive, V.Ex^{as} da Oposição foram os que mais lutaram para que isso fosse obedecido. Digo a V.Ex^a, passou a ser obedecido nos anos do primeiro governo Wagner, porque antes não tinha isso, era um absurdo se votar nesta Casa sem haver a presença, inclusive –; e o terceiro aspecto é que V.Ex^a computou dois votos em um só. Ou seja, três votos da Oposição mais o voto contabilizado também do suplente. Esse voto do suplente, estando os três titulares presentes, não pode ser computado.

Portanto, peço a V.Ex^a que se retrate nesse aspecto para que não levantemos situações que possam gerar problemas futuros. Independentemente de qual seja o mérito, o objetivo, mas está errado.

Quero dizer a V.Ex^a que vou entrar com um requerimento junto à Presidência da Casa para que ela, evidentemente, possa trazer à luz essa situação de nulidade dessa sessão de hoje pela manhã, pela gravidade do precedente aberto, que, a meu ver, é muito mais grave para os interesses da Oposição, do seu ponto de vista estratégico.

Então, com todo o respeito que tenho por V.Ex^a, estou colocando situações técnicas e tenho, evidentemente, o propósito de colaborar. Não discutirei o mérito, porque não se trata disso, ou seja, do que foi aprovado ou não. Trata-se da discussão de aspectos conceituais e regimentais que devem ser observados nesta Casa.

Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram nos seus gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário para darmos início à votação do projeto que está sobrestando a pauta. Peço a V.Ex^{as} que compareçam.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já restabelecido o quórum.

Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos. Cite o artigo, deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Eu fui citado pelo deputado Zé Neto com relação a uma decisão que a Comissão de Infraestrutura tomou pela manhã, que ele está questionando como irregular...

Se o deputado Targino vai impedir de eu responder... Se o Regimento não permite, não respondo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Hildécio Meireles, calma. O artigo, deputado Hildécio Meireles, por favor.

O Sr. Hildécio Meireles:- É o art. 205 do Regimento, presidente. Fui citado pelo deputado Zé Neto, por isso tenho direito de responder.

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A palavra está assegurada a V.Ex^a.

O Sr. Hildécio Meireles:- Estava convocada uma reunião conjunta das comissões envolvidas no projeto de lei que seria apreciado – dentre elas, estava a Comissão de Infraestrutura – para as 10h30min.

Às 9h30min da manhã, depois de obter quórum – além de mim, estavam presentes os deputados Pedro Tavares, Sidelvan Nóbrega, Maria del Carmen, Angela Sousa, Mirela Macedo e Robinho –, iniciamos a reunião ordinária, quando foi aprovada a audiência pública para tratar do assunto que aflige a população da Ilha de Itaparica e tem sensibilizado a população da Bahia e de todo Brasil, que foi o naufrágio que ocorreu na semana passada.

Ora, presidente, se esse assunto de tamanha importância é inferior a qualquer ordenamento regimental, é irresponsabilidade dessa Casa não querer discutir esse tema.

Portanto, quero dizer ao deputado Zé Neto que mesmo que o Regimento não permitisse que trabalhássemos a mais do que deveríamos – porque nos reunimos às 9h30min, portanto, trabalhamos a mais –, não é possível que um assunto de tamanha importância não possamos debater com aquelas pessoas que são responsáveis por essa travessia Salvador – Mar Grande.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Hildécio Meireles:- Repito, já convidamos a Agerba, a Capitania dos Portos, o Ministério Público, os prefeitos de Vera Cruz/Itaparica, as Câmaras de Vereadores e a sociedade civil organizada e vamos debater esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, o nobre Líder deputado Joseildo Ramos, por até 5 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, artigo nº 225 até 228. Sr. Presidente, até para mantermos a recomendação regimental da Casa, a fala do companheiro deputado, no que pese todo o respeito que lhe tenho, não a vejo inserida como questão de ordem pela citação simplesmente que foi.

Então peço a V.Ex^a – é só esse o tempo que vou usar –para que, se for o caso, nos traga essa informação e evite que isso ocorra novamente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Joseildo Ramos, o artigo citado pelo nobre deputado Hildécio Meireles foi o artigo 227: “Formulada a questão de ordem...”

O Sr. Joseildo Ramos:- Ele falou 215.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis): - Duzentos e vinte e sete: “*Formulada a questão de ordem só se admitirá a manifestação de outro Deputado, por 5 (cinco) minutos, que pretenda falar...*”, se for citado na fala. E o deputado Hildécio contraditou

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O.k. Está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Pelo tempo de 7 minutos, deputado Dr. Alan Castro.

O Sr. ALAN CASTRO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal do Plenário. Hoje, venho me manifestar sobre a declaração da deputada Fabíola Mansur, que mencionou o secretário de Saúde de Cachoeira, Mamede Dayube, que por acaso é meu tio, por ter recebido o valor de R\$ 10 mil em sua residência, dinheiro este que seria de propina vinda da Secretaria de Saúde.

Primeiramente, eu quero deixar claro que tudo que eu falar aqui está documentado, e será apresentada, deputada Fabíola, a documentação. Assim que soube do ocorrido, entrei em contato com Mamede Dayube, que é o meu tio, para que o mesmo explicasse o que aconteceu. Ele, prontamente, me informou que o dinheiro que recebeu na Santa Casa foi referente ao pagamento dos motoristas. Por que motoristas? O provedor da Santa Casa estava doente e morreu há pouco tempo de câncer de próstata e não estava podendo pagar os motoristas. Pela amizade que ele tem com o meu tio Mamede e por não confiar no vice-provedor, que é o Lu Bicudo, de Cachoeira, deixou o dinheiro para que meu tio, o secretário Mamede, pagasse os motoristas. Tenho aqui documentados por minha repórter todos os recibos dos R\$ 10 mil, deputada Fabíola, pagos aos motoristas. A senhora fez uma acusação leviana. É uma deputada que eu respeito, foi minha colega vereadora na Câmara de Salvador e tenho o maior apreço. E não poderia, como deputada, fazer uma declaração leviana sem checar realmente os fatos.

Mamede Dayube é meu tio, secretário de Saúde do PSDB, está do lado oposto ao de Rui, mas tem que ser respeitado. São 25 anos de política, sem nenhum processo. Então, eu chequei todos os documentos. Estão lá os 10 mil, para a senhora ver, de recibo assinado pelos motoristas.

Fui informado que o Sr. Juraci Rocha, que é o provedor da Santa Casa de Misericórdia, disponibilizava mensalmente o recurso de R\$ 10 mil para o pagamento dos motoristas, deputada Fabíola, na Secretaria, devido ao seu estado de saúde. Ele

estava em Salvador fazendo o tratamento de câncer de próstata, fazendo quimioterapia – que Deus o tenha, era meu amigo e já faleceu, brigou 5 anos contra o câncer, mas infelizmente não venceu a batalha –, o que o impossibilitava naquele momento de realizar o pagamento dos proventos. E porque o mesmo confiava em Mamede Dayube, que é o meu tio, e não confiava no vice, que é Lu Bicudo, da Santa Casa, deixou para ele pagar. Estão lá os recibos para a senhora ver. São 10 mil de verba paga todo mês com recibo. Está aqui documentado para a senhora ver: assinados os recibos pelos motoristas.

Ainda falando sobre a Santa Casa de Misericórdia, eu, que sou cachoeirano, pedi aos vereadores de Cachoeira para fazerem uma CPI, porque a senhora lá tem um grupo de oposição. São 5 vereadores. Eu estou com o prefeito, sou cachoeirano. Briguei lá 10 anos contra Tato, na oposição. Hoje estou aliado a Tato, porque o grupo que a senhora apoia hoje em Cachoeira deixou o município na lama. Inclusive, mandei 100 mil de emendas para o São João. Emenda parlamentar minha. E não pôde devido à dívida de um milhão e meio na Embasa que o grupo da senhora, do prefeito Carlos, deixou lá.

Então, não pude beneficiar a minha comunidade – porque sou cachoeirano – com o São João. Eu sou de Cachoeira, deputado Zé Neto. Então, a senhora é minha amiga, por quem tenho o maior apreço. Está na oposição, estamos em grupos opostos, mas vamos fazer uma oposição consciente.

Não podemos fazer uma acusação dessa leviana contra o meu tio Mamede Dayube, que tem 25 anos de serviço público, sem termos uma prova, deputada Fabíola. Estão aqui os recibos para a senhora ver. Vou tirar cópia e entregar a todo o Plenário, porque a imagem da minha família, do meu tio... são 25 anos de política. E outra: em 25 anos de política dele, é o primeiro ano que estou em seu grupo. Eu sempre fui oposição ao governo Tato.

Tato hoje é PSDB, mas ele não faz oposição ao governo do Estado. Tato quer o bem de Cachoeira. A gente sabe que Rui tem feito grandes investimentos no município. Inclusive ele foi o mais votado lá. Eu vou estar lá com Rui. Acho que tenho voz em Cachoeira, o meu governador é Rui Costa, voto nele e respeito a posição de Tato, que está na oposição. É uma coisa salutar da política termos oposição e situação, mas tem que ser uma oposição responsável.

A gente não pode acusar um secretário de saúde com 25 anos de história de ser ladrão, de receber verba em casa, sem nenhuma prova. Estão aqui os recibos para os meus companheiros dos PSDB e da oposição verem, para V.Ex^a, para os meus companheiros da situação, comprovando, realmente, que ele só fez um papel de cidadão. O provedor da Santa Casa com câncer de próstata, fazendo quimioterapia em Salvador, não podia realmente pagar os funcionários e não confiava no vice.

A Sr^a Dr^a. Fabíola Mansur:- Questão de ordem.

O Sr. ALAN CASTRO:- Em momento oportuno. Inclusive eu pedi aos vereadores lá de Tato para abriremos uma CPI naquela Santa Casa. Porque lá, deputados, colegas e colegas, o Lu Bicudo, o nome é esse, que é o provedor hoje, era

o vice. Assumiu a Santa Casa, recebe 20% a mais de renda do SUS por ser 100% SUS.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO:- Com sua benevolência, Sr. Presidente. E ele hoje bota o dinheiro todo no bolso, o dinheiro do particular, o que não pode. Sou médico e eu sei: uma Santa Casa que é 100% SUS recebe 20% a mais de recursos por ser 100% SUS. E está lá atendendo particular e botando dinheiro no bolso. E outra, a Santa Casa está numa grave crise financeira. Estive com o secretário Fábio Vilas-Boas...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, V.Ex^a já extrapolou o limite.

O Sr. ALAN CASTRO:- Com sua benevolência, Sr. Presidente! Sr. Presidente, para concluir.

A Sr^a Dr^a. Fabíola Mansur:- Não tem benevolência. Questão de ordem, Sr. Presidente: art. 227. Fui citada.

O Sr. ALAN CASTRO:- Sr. Presidente, para concluir, com sua benevolência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho, deputada.

Pois não, deputado. Para concluir.

O Sr. ALAN CASTRO:- Então, deputada Fabíola, estou solicitando uma CPI naquele hospital de Cachoeira. Vamos passar um pente fino ali, porque a Santa Casa tem dinheiro do cemitério, várias casas alugadas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, por favor...

A Sr^a Dr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente: art. 227.

O Sr. ALAN CASTRO:- Para concluir. Então, deputada Fabíola, peço à senhora, que é minha colega, que é da Base do Governo Rui, responsabilidade nas suas ações. A senhora é uma deputada da Base, amiga minha, foi colega vereadora e que eu confiava. Não pode acusar um secretário de saúde de desvio de verba sem prova, deputada.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur. Gostaria apenas que V.Ex^a citasse o artigo do Regimento.

A Sr^a Dr^a. Fabíola Mansur:- Art. 227. Fui citada pelo nobre colega deputado Alan.

Deputado Alan Castro, aqui não se trata de ser amigo, sobrinho ou parente de quem quer que seja. Como médica e sua colega lhe respeito e achava que V.Ex^a iria querer a apuração dos fatos. E quais são os fatos? O secretário – e foi feito uma denúncia no nosso gabinete –, por entender....

(O Sr. Targino Machado fala ao mesmo tempo fora dos microfones.)

A Sr^a Dr^a. Fabíola Mansur:- Garanta a minha fala, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Está garantida.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, vai virar bagunça isso aqui? Sr. Presidente, a deputada Fabíola está querendo falar em sentido contrário, cita o art. 227 e não cabe. Ela vá para a tribuna e de lá responda ao deputado.

A Srª Drª. Fabíola Mansur:- Eu fui citada. O presidente me concedeu a questão de ordem. Deputado Targino, o presidente me concedeu a questão de ordem.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Targino Machado:- Eu estou fazendo uma questão de ordem correta e quero, exijo de V.Exª que se posicione contra essa questão de ordem. Eu me contrapus a Hildécio e não vou me contrapor a ela por quê? V.Exª não é fantoche aqui.

A Srª Drª. Fabíola Mansur:- Então se contraponha, mas garanta minha fala. Olhe, deputado Targino, eu não sou mulher de...

O Sr. Targino Machado:- Aqui está virando o quê? É casa de prima, de comadre?

A Srª Drª Fabíola Mansur:- Não está virando nada. O presidente garantiu minha fala.

O Sr. Targino Machado:- V.Exª, isto aqui está virando o quê?

A Srª Drª Fabíola Mansur:- Deputado Targino, vá tomar um Rivotril ou coisa assim para poder se acalmar. Agora, garanta a minha fala, Sr. Presidente. Eu pedi a questão de ordem, V.Exª me concedeu. Estou no meio do meu raciocínio. Por favor, retome o meu tempo, que foi interrompido.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Exª tem 5 minutos.

A Srª Drª Fabíola Mansur:- Fui citada, deputado Leur. Sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Santas Casas. O dinheiro da Santa Casa é federal, e jamais poderia ter sido celebrado um convênio onde reza – e o deputado Alan deve ter tido conhecimento – que, por R\$ 30 mil, a Santa Casa se obrigava a ceder motoristas de ambulâncias. Hora nenhuma, além de ser isso irregular, era previsto a entrega em espécie, ao Secretário de Saúde, de R\$ 10 mil.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, vou sugerir a V.Exª suspender a sessão, não há clima mais para continuidade. Não há clima.

(Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, sugiro suspender a sessão por 10 minutos até se resolver esse impasse.

A Srª Drª Fabíola Mansur:- Foi concedida a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A sessão está suspensa por 5 minutos.

(A sessão permanece suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A sessão está retomada. Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Pelo tempo de 6 minutos, o deputado malhador, que já perdeu 4 quilos, meu querido amigo Alex Lima. Em seguida, pelo tempo de 7 minutos, o deputado Zé Neto. Depois falará Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o deputado Alex Lima pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, eu confesso que não esperava o posicionamento...

(Alguns deputados falam, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a zerasse meu tempo e pedisse silêncio. Queria que V.Ex^a fizesse contar o tempo e pedisse silêncio, porque os colegas não estão deixando.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a, é sua bancada.

O Sr. ALEX LIMA:- Queria pedir a V.Ex^a, como presidente da Casa...

O Sr. PRESIDENTE(Sandro Régis):- Por favor, há um orador na tribuna. V.Ex^a está com a palavra assegurada. Por favor, comecem a contar o tempo do deputado Alex Lima a partir de agora.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, com muito respeito a V.Ex^a, é impossível continuar, com esse barulho.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Raimundo, deputado Alan Castro, seu colega está na tribuna, está pedindo silêncio, por favor.

O Sr. ALEX LIMA:- Obrigado, presidente. Como ia dizendo, confesso que fiquei, assim como todos os baianos, consternado com a tragédia ocorrida na última quinta-feira. Ao mesmo tempo, fiquei surpreso – e confesso que negativamente surpreso – com a posição de alguns políticos, inclusive de deputados, de colegas daqui deste Parlamento.

Eu acho que na vida nós devemos separar o campo político, a disputa política de algumas questões, principalmente, Sr. Presidente, quando envolvem vidas, quando envolvem o sentimento das famílias que ainda estão sendo consoladas e tentando, pedindo a Deus forças para continuarem a seguir depois da grave tragédia da última quinta-feira.

Confesso, Sr. Presidente, que eu não esperava a atitude desta Casa, por orientação do prefeito de Salvador, o prefeito ACM Neto, por orientação do prefeito que não teve a coragem e por isso pediu para que deputados integrantes da Oposição fizessem um pronunciamento, politizando aquilo que não deveria ser politizado.

Eu confesso, Sr. Presidente, que, mesmo sendo adversário político do prefeito, mesmo não concordando com a sua maneira de fazer política, eu confesso que ainda me surpreendo com tamanha mesquinhez e malvadeza. Eu me surpreendo porque a nova geração de políticos deste País não pode repetir os erros do passado. A nova geração política deste País tem que ter compromisso com o futuro e com a nova forma de fazer política. Nós não podemos, presidente, para nos promover, para rezar pelo quanto pior melhor...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- (...) e para torcer, fazer essa política mesquinha e miúda que o prefeito de Salvador faz.

Sabe por que, presidente? Porque quando, em 2015, morreram 12 pessoas soterradas na nossa capital, por negligência – sim! – dos órgãos da Prefeitura, essa Bancada nunca veio aqui para acusar o prefeito ou o secretário! A gente entendeu, naquele momento, que as famílias e as vítimas mereciam respeito e que esse problema em Salvador é crônico, que esse problema não dizia respeito apenas à gestão do prefeito ACM Neto.

Vocês não ouviram da boca do governador uma única acusação ou politização da tragédia que se abateu sobre nossa capital. Muito pelo contrário, Sr. Presidente, o governador colocou o governo do Estado de portas abertas para a Prefeitura e para a Cidade do Salvador. O governador foi, pessoalmente, sobrevoou os locais atingidos, mobilizou a Defesa Civil e os diversos órgãos do município, porque como digo, não é digno fazer política em cima de corpos. Nós não podemos esquecer que se trata de vidas, de sentimentos, de pessoas, e 2018 deve ser tratado no ano de 2018 e não na miudeza, na mesquinhhez e na malvadeza de se politizar um tema como esse.

Eu não estou aqui, presidente, para passar a mão na cabeça nem aprovar quem quer que tenha cometido erros, mas, no mínimo, é irresponsável esta Casa se posicionar antes de sabermos quais foram os verdadeiros motivos dessa tragédia.

Esta Casa não tem capacidade técnica para dizer, se a embarcação tinha ou não tinha condições de uso.

O Sr. Leur Lomanto:- Um aparte, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- Esta Casa não pode e não tem mais autoridade do que a Marinha do Brasil de reconhecer, se o mar tinha ou não condição de navegação.

Então, Sr. Presidente, o apelo que eu faço nesta tarde é que qualquer questão que seja levantada nesse momento, além de ser irresponsável, além de ser mesquinho, é uma demonstração de que 2018 está sendo colocado pela Oposição na frente das vidas das pessoas e das famílias envolvidas nessa tragédia. Se houver culpados, que eles paguem, mas no mínimo, como disse, vamos esperar que os órgãos técnicos façam suas avaliações, para, a partir daí, deixarmos a política de lado e olharmos, simplesmente, a questão técnica.

Jamais este parlamentar utilizará esta Tribuna para fazer política, enquanto as pessoas choram a ausência dos seus familiares. O meu protesto ao prefeito da Cidade do Salvador pela mesquinhhez e pela malvadeza de politizar um tema que deveria ser encarado de outra forma.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, pelo tempo restante, o Líder do Governo, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sr^{as} Deputadas, primeiro eu quero responder ao meu amigo dileto, Leur, para dizer que o governador Rui Costa

vai, sim, à China, e vai buscar recursos. Já passou na Ucrânia, já assinou lá um projeto importante, inclusive, para a Bahia, que é a produção de insulina, já assinou, inclusive, todos os protocolos para termos aqui a fabricação de insulina com tecnologia da Ucrânia.

E dizer a V.Ex^a que nós já temos, hoje, muito o que dizer na Bahia, especialmente com relação ao metrô, que passou 12 anos na mão de V.Ex^{as}, o que haverá de ser investigado, inclusive, no momento próprio porque, diga-se de passagem, lá no TCU está caminhando a passos largos a investigação que bate de frente com algumas figuras que são do campo de vocês.

Eu não vou ficar aqui dizendo nada senão aguardem, porque nós já somos mestres neste Estado em dizer que vamos fazer e fazemos. Agora, é evidente que enfrentamos, nos últimos 6 anos, uma crise difícil a nível mundial, e a crise agora, a nível de Brasil, acirrou-se nos últimos 2 anos, inclusive por conta de V.Ex^{as}, que são responsáveis pelo pior governo em todos os aspectos da história do Brasil: o governo mais entreguista, o governo que colocou o Brasil nos piores índices de recessão, um governo que colocou o Brasil nos piores índices de desemprego.

Então V.Ex^{as} vão fazer oposição sempre na espuma, porque não têm argumento e não têm conteúdo para fazer o debate. Com relação ao que aconteceu hoje pela manhã, não estamos impedindo em nada que V.Ex^a, o deputado que presidiu pela manhã, o nosso deputado Hildécio, faça sua reunião, convide quem V.Ex^a quiser. Agora, não oficialize porque não estou colocando mérito, estou colocando a questão central do debate, que é regimental.

V.Ex^a não pode contar cinco votos tendo contado um titular e o suplente como dois votos. Está errado, V.Ex^a! Eu não vou admitir isso, nós estamos aqui preservando o Regimento.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a não pode votar dentro da reunião das comissões porque a Oposição foi quem mais denunciou isso. Quem mais denunciou, não, quem mais reivindicou. E nós acatamos, só podemos votar com presença, e está correto. E V.Ex^a sabe que não tinham cinco pessoas lá. E outra: na convocação feita pelo presidente da Casa, a supremacia é do presidente. As quatro comissões faziam parte de uma comissão conjunta, esta era a comissão que iria funcionar hoje pela manhã.

Não tem sentido, que precedente absurdo, que precedente esdrúxulo, que precedente não só ilegal, mas totalmente descabido. Isso chega a ser algo absurdo. É fazer política de qualquer jeito. Aliás, é por isso, nobres deputados da Oposição, que V.Ex^{as} haverão de passar muito, mas muito tempo na Oposição. Porque o mesmo tipo de conduta, V.Ex^{as} têm com relação a esse acidente de Mar Grande. A hora é de dor, a hora é de sentimento profundo. Quando eu soube, fiquei paralisado, entristecido, lembrando das tantas vezes que viajei e viajarei com minha família, minhas filhas e minha mulher nessa mesma lancha. Inclusive até brinquei um período com uma das meninas sobre o nome Cavalão Marinho.

Essa trágica situação só pode-nos remeter a colaborar para que tenhamos, daqui para a frente, mais segurança ainda. Que tenhamos condição de saber da Marinha e

da Agerba como a tecnologia poderá ajudar no sentido de prever as situações. Isso necessita de mais *feedback*. Agora há pouco recebemos a informação de que algo não estava preso lá, se não me engano que os salva vidas não estavam amarados. Não vamos antecipar julgamentos e crucificações de ninguém. Isso é a política pior que possa existir, a mais baixa, mais rasteira ...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- (...) e esta Casa principalmente. Porque esta Casa aprovou por unanimidade um projeto de lei que regulamenta e debate. E aqui ninguém se levantou, a Associação Comercial lá da ilha não pode dizer nada a não ser que tentasse ajudar a resolver daqui para a frente como dar mais segurança. A Associação esteve aqui presente, as representações da ilha estiveram aqui presentes. Não nos podemos esquivar do debate propositivo. O debate de acusação, de criminalização, não. Gente, a Agerba, neste momento, precisa ser ouvida, assim como a Marinha. O próprio Ministério Público participou de todo o debate, nesta Casa. Ele vai trabalhar agora para ver onde acrescentar, aí acho que é o correto. Mas peço a V.Ex^as que aprendam a fazer política debatendo e apresentando propostas, proposições, tenham conteúdo nas inserções. Fomos oposição neste Estado e a nossa grande vitória se deu por conta de que tínhamos um projeto para os baianos, tínhamos o que dizer aos baianos. E não ficamos apenas na crítica exacerbada, que perde o tom neste momento de dor para a Bahia, de dor para Mar Grande, de dor para o Brasil, de dor para essas famílias. E de responsabilidade desta Casa que aprovou, por unanimidade, a regulamentação de um sistema que ninguém se levantou contra, porque não se fala em acabar com as lanchinhas, fala-se em como aprimorar, melhorar e, inclusive, aprender com essa tragédia. Infelizmente, se de um lado deixou uma dor profunda, deve-nos deixar algum indício para que possamos melhorar ainda mais, no que for possível, a segurança e a qualidade desse serviço.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Esse deve ser o nosso objetivo. Se o deputado Hildécio quisesse ir, realmente, para o debate, podia me chamar para conversar. E, não, aprovar, hoje pela manhã, de forma arbitrária, me desculpem, fora da lei e desconexa, totalmente desconexa. E ainda vem defender que isso vá adiante. Deputado Hildécio, tenho muito respeito por V.Ex^a, mas não proponha algo fora do Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, o tempo de V.Ex^a está encerrado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, falará o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, estou aqui assombrado com o que acabei de ouvir do Líder Zé Neto. O deputado Zé Neto ataca o deputado Hildécio, quando o deputado é apenas o presidente da Comissão de Infraestrutura que quer discutir o assunto.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um orador na tribuna, Srs. Deputados. Suspende o tempo do deputado. Há um orador na tribuna, enquanto não houver silêncio, o deputado Adolfo Viana não fala.

Há um orador na tribuna, Srs. Deputados. Retomem o tempo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Solicito, Sr. Presidente, que V.Ex^a retome o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Seu tempo será retomado a partir do momento em que encerramos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, estou assustado com o discurso do deputado Zé Neto. O deputado Zé Neto está repreendendo o deputado Hildécio Meireles que cumpre com suas obrigações, como presidente da Comissão de Infraestrutura convoca algumas pessoas justamente para que possamos esclarecer o que aconteceu e evoluir nesse sentido. Fica claro para mim que o deputado Zé Neto está desesperado com esse assunto. Agora, deputado Zé Neto, V.Ex^a que fala desta tribuna que estamos politizando o assunto, V.Ex^a devia ouvir as famílias das vítimas que estão nos jornais dizendo que tentaram encontrar os coletes e não encontraram, pois estavam amarrados. Se a Comissão de Infraestrutura não deve se reunir para poder entender o que aconteceu e tomar as devidas providências, realmente não sei qual é o papel desta Casa. Se esta Casa não deve fiscalizar o Poder Executivo e as suas empresas, realmente o deputado Targino Machado está certo quando ele sobe a esta tribuna e diz que esta Casa tem que ser fechada. Deputado Zé Neto está aqui a repreender o presidente da Comissão de Infraestrutura que tomou a medida correta, deputado Hildécio Meireles. Parabenizo V.Ex^a que saiu da sua cadeira e tomou as providências necessárias para que possamos compreender o que de fato aconteceu. Se tem culpado, que eles paguem pela culpa deles. Ninguém aqui está apontando o dedo nem dizendo que o culpado é o presidente da Agerba ou o superintendente, ninguém aqui fez isso em momento nenhum.

Deputado Targino Machado, as comissões temáticas da Assembleia Legislativa precisam funcionar. Elas não funcionam muitas vezes porque o Líder Zé Neto, junto com a sua Bancada, só permite que ela funcione dentro da sua conveniência. Por exemplo, hoje, eles queriam colocar um projeto para votar. Convoca uma comissão mista, uma comissão conjunta para poder dar um parecer rápido e o projeto vir ao Plenário. Quando o deputado Hildécio Meireles procura cumprir com suas obrigações e fazer com que a Comissão de Infraestrutura funcione, o Líder do Governo vem para cá esculhambar o trabalho da Oposição. Ou seja, eles não querem que a Oposição trabalhe. A Oposição agora tem que ficar de braços cruzados.

Morre uma enorme quantidade de pessoas na Baía de Todos-os-Santos e o deputado Zé Neto acha que isso é uma coisa que não deve ser debatida nesta Casa.

Vocês sabem quantas lanchas estão trafegando hoje na Baía de Todos-os-Santos? Se esta Casa não tiver que fiscalizar para que não ocorra outro acidente gravíssimo, como aconteceu, o que nós vamos fazer nesta Assembleia Legislativa?

O deputado Zé Neto, ao não querer que o deputado Hildécio debata isso na Comissão de Infraestrutura, está chamando para si uma responsabilidade que não cabe a ele, até porque, se outros acidentes vierem a acontecer, o presidente da Comissão está buscando cumprir com o seu papel. Já o Líder do Governo quer proibir que a Comissão de Infraestrutura apure os fatos, tome as providências, peça que o governo reveja a sua posição em relação à Agerba.

E aí, deputado Zé Neto, eu fico aqui a me perguntar qual é o verdadeiro papel do Líder do Governo? Qual é o verdadeiro papel dos parlamentares que compõem esta Assembleia Legislativa? É o papel de defender o governo do Estado ou o papel de população baiana? O deputado Zé Neto não queira saber o que as famílias das vítimas estão passando neste momento, as mesmas que vêm, através de vários jornais, dizer que não conseguiram buscar os coletes porque se encontravam amarrados.

Deputado Hildécio, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente da Comissão de Infraestrutura, e eu espero que essa mesma Comissão tenha a capacidade de compreender o que aconteceu, tomando as medidas cabíveis, responsabilizando os responsáveis. Parabenizo V.Ex^a. Continue com essa forma de trabalhar e conte sempre com o apoio de toda a Oposição. Já o deputado Zé Neto faz o papel dele: defende o governador mesmo quando o governo está totalmente equivocado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Apenas para informar a permuta da fala. Em vez de falar o deputado Hildécio, falará o deputado Heber Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Heber Santana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia* e os que acompanham aqui, das Galerias, os trabalhos desta Casa nesta tarde.

Eu fico pensando, Sr. Presidente, como podemos refletir, deputado Adolfo, que acabou de discursar aqui, sobre os rumos da política brasileira e como devemos interagir com ela, já que o sonho de qualquer homem, de qualquer mulher, de qualquer jovem que entende que deve seguir o caminho da política partidária, de se

filiar, de disputar as eleições, é que através do seu trabalho, através de suas ações possa promover mudanças que venham melhorar a qualidade de vida da população.

Mas quando a Oposição, de uma maneira muito equilibrada, coloca-se ao lado da sociedade, ao lado do povo, querendo entender melhor o que aconteceu, querendo que os responsáveis pelos erros sejam, então, imputados da culpa que lhes é cabida e mudar a realidade para que esses mesmos problemas não venham a acontecer novamente, todo aquele espírito ditatorial, todo processo eleitoral que se avizinha, aparece e brota de maneira muito espontânea, por que é peculiar desse grupo político que está no governo, não querendo permitir a ideia contrária. Nós vivemos, então, a ditadura ideológica, você pode pensar o que quiser, falar o que quiser, desde que seja o que eu quero.

Isso mostra, inclusive, deputado Luciano, a falta de sintonia com a realidade do povo desses que aqui criticam a Oposição pelo seu trabalho de fiscalização ao governo. Porque foi dito aqui, neste Plenário, que as famílias não querem saber disso agora. É um ledor engano. As famílias estão organizadas, o povo de Mar Grande está, justamente, organizado, procurando entender melhor o que aconteceu. Inclusive, impediu por um bom tempo o funcionamento da travessia.

E o que resume esse sentimento das famílias, que deve ser, sim, o norte dos trabalhos desta Casa, dos deputados da Oposição e dos deputados do Governo, é a grande faixa que foi estendida com o desejo, como assim estava escrito, de transformar o momento de luto em um momento de luta. E essa deve ser a perspectiva, afinal foram vidas que foram ceifadas.

Nós não queremos, aqui, sair fazendo uma caça às bruxas, não é isso. Mas está aí todo um histórico sobre o problema que era essa travessia. Ações do Ministério Público...

Eu já presenciei a falta de preparo da equipe do *Ferry Boat* para socorrer uma pessoa que caíra ao mar e veio a óbito, foram mais de uma hora e meia. No final das contas, teve que descer um passageiro para segurar o cidadão que estava no mar enquanto o *Ferry* voltava devagar para o atracadouro na expectativa do SAMU receber aquele cidadão que, infelizmente, veio a óbito.

Portanto, o problema é muito mais grave, e o sentimento, deputado Hildécio, deve ser realmente o do trabalho. Aqui a gente não pode ter medo da crítica que não seja construtiva, da crítica feita por causa do medo do projeto eleitoral. Cada vez que os deputados de governo sobem aqui, até parecem que são Oposição, porque o nome do prefeito ACM Neto é doce em suas bocas. Toda vez que eles sobem aqui têm que falar alguma coisa do prefeito ACM Neto, senão eles não se realizam.

Eu não sei se é só assim que eles vão receber as suas emendas impositivas, emendas que deveriam ser regra, assim como o governador ser homem o suficiente para cumprir sua palavra com esta Casa e pagar. Eu não sei se essa é a senha para que as emendas impositivas sejam liberadas, talvez seja, se for assim, de fato, nós não vamos receber porque falaremos do nome do prefeito ACM Neto, mas falaremos do excelente trabalho que faz com que ele tenha a aprovação que tem em nossa cidade, a perspectiva de ser o próximo governador do Estado com...

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. HEBER SANTANA:- (...) com o desejo da população de...

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado.

O Sr. HEBER SANTANA:- (...) de transformar a realidade do Estado da Bahia, de deixar de ser um governo medíocre que se contenta em apenas pagar o salário dos funcionários, ainda que sem aumento, sem perspectiva alguma...

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado Heber.

O Sr. HEBER SANTANA:- Oportunamente.

(...) Contenta-se em ser um governo medíocre, a população não quer mais isso, a população quer algo mais, quer uma Oposição que trabalhe, que pense no futuro, que construa soluções que venham melhorar a qualidade de vida da população baiana, esse é o nosso desejo.

Primeiramente, o vereador Alan Sanches, que pediu o aparte, eu o considerei.

É porque foi meu colega vereador, agora é colega deputado.

O Sr. Alan Sanches:- É um cargo que me estima muito. Nobre deputado, V.Ex^a, como sempre, bastante equilibrado nesta tribuna e... Deputado Alex Lima, V.Ex^a não é desse jeito, se quiser pode usar.

Deputado Heber, na verdade eu venho aqui apartear V.Ex^a no intuito de não ter entendido o discurso do deputado Zé Neto quando o que nós queremos aqui é trazer as soluções, como V.Ex^a bem disse, sobre um fato lastimável e lamentável que ocorreu. Não podemos aqui dizer que não há culpados, existem, era uma tragédia anunciada, e esta Casa, com a responsabilidade que tem, não vejo problema algum em ela promover, fazer a audiência pública do deputado Hildécio Meireles, que é necessária para esta Casa, para que a gente possa discutir. Que fatos lamentáveis não aconteçam mais.

Muito obrigado.

O Sr. HEBER SANTANA:- Muito obrigado, deputado Alan Sanches, incorporo o pronunciamento de V.Ex^a e agradeço a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado.

O Sr. Soldado Prisco:- Art. 86, parágrafo único. Solicito verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, eu vou pedir, para que a gente possa garantir a presença na sessão, a verificação de quórum nominal, soando a campainha e convidando os nobres deputados para que se façam presentes.

Eu quero aproveitar este tempo da questão de ordem, Sr. Presidente, para falar sobre esse tema que está em debate com relação ao acidente que aconteceu na Baía de Todos-os-Santos.

Acho que é lamentável para todos nós, acho extremamente equivocado o tratamento que está sendo dado a esse tema aqui na Casa, acho que envolve o sofrimento de muitas famílias, que todos nós, deputados, independentemente de que lado esteja, temos que procurar acompanhar todas as investigações, verificar a verdadeira causa do problema que levou a esse trágico episódio, criar todas as condições para que novos acidentes como esse não venham acontecer na Baía de Todos-os-Santos.

E quero lamentar algumas colocações. Eu vi ainda ontem meu querido amigo e vereador da cidade de Salvador, Carballal, falar que o governador Rui Costa estava aqui, não mudou sua agenda montada para receber o ex-presidente Lula e viajou numa situação dessa.

Acho que isso não é da... O governador Rui Costa colocou, no dia do episódio, toda sua equipe para ajudar, manifestou-se com solidariedade; o prefeito de Salvador, uma vez que se tratou de um acidente em Salvador, fez da mesma maneira; o prefeito de Vera Cruz também fez da mesma forma. Ou seja, eu acho que nós temos é que pegar esse tema, em vez de ficarmos aqui acusando a, b, ou c, temos é que verificar exatamente as causas do acidente, criar as condições - se a Assembleia Legislativa da Bahia tiver necessidade de estabelecer regramento pra isso - para que não voltem a ocorrer situações como essa e cobrar rapidez nas investigações. Todos nós lamentamos esse acidente! Não podemos é utilizar algo que vitimou diversas pessoas, deixando em luto várias famílias, e tratar desse assunto fazendo aqui uma disputa política desnecessária.

Acho que todos nós devemos nos juntar. É um episódio que cria uma consternação para a sociedade baiana, deputado Joseildo, e temos de utilizá-lo para evitar que aconteçam novos incidentes. E aqui neste momento todas as lideranças da Bahia, independentemente se da Oposição ou do governo, seja o que for, estão envolvidas no sentido de buscar uma solução. Acho que precisaremos zerar essa questão, e não transformar a tristeza das pessoas que tiveram em suas famílias vítimas naquele acidente numa disputa política. Esse não deve ser o tema. Por isso, Sr. Presidente, acho extemporâneo esse debate da forma que tratamos.

Solicito a V.Ex^a que marque o tempo regimental e convoque todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, em seus gabinetes ou em qualquer outro lugar desta Casa a se fazer presentes para que deem quórum de continuidade da sessão, atendendo ao pedido do nosso querido deputado Soldado Prisco, que solicitou a verificação. É preciso nós votarmos um projeto que, na minha opinião, é extremamente importante para a Bahia, o Bahiainveste.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

Há uma verificação de quórum nominal pedida pelo deputado Prisco e contraditada pelo deputado Rosemberg Pinto.

Srs. Deputados que se encontram na sala do cafezinho, em seus gabinetes, na Biblioteca, por favor, compareçam ao Plenário para dar presença e continuidade à presente sessão.

O tempo regimental de 15 minutos já está sendo marcado.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, o art. é o 225 até o 228.

Mas gostaria de esclarecer uma coisa e fazer jus. Eu faço a crítica. Só que a informação que me foi passada não acrescentava o deputado Robinho dentro da Comissão. Portanto, quero me refazer com o deputado Hildécio neste sentido de que ele tinha o quórum em função da presença do deputado Robinho. Porém continuo com a mesma convicção regimental de que aquela sessão de hoje não poderia ter ocorrido, pois tem essa situação que acabo agora de reportar ao dizer a ele que a informação que me chegou foi uma. O deputado Pedro me chamou agora e disse que ele estava na sala e tinha mais uma pessoa. Quando fui ver, realmente tinha. Então, quero me refazer com V.Ex^a nesse aspecto. Acho que devemos jogar limpo. Não precisa estar aqui com invenção. E quando acontecer o equívoco, deixar claro. Estou dizendo-lhe que a informação que chegou até a minha pessoa tinha esse equívoco, que agora corrijo aqui.

Quero dizer também que continuo com a convicção regimental de que V.Ex^a não poderia ter realizado a sessão hoje, porque não tem como acontecerem duas reuniões na mesma manhã e na mesma Comissão, sendo que já estava sendo convocada a Conjunta e a de Infraestrutura dela fazia parte. Até porque os deputados todos estavam todos direcionados para a Comissão Conjunta, que, aliás, foi o que acarretou toda essa polêmica, a dinâmica de não estar em sala, estar, não estar. Até a própria assessoria estava toda voltada para dar quórum na Comissão Conjunta.

Tem uma coisa, deputado Hildécio: tenho realizado um esforço para que possamos ter a Comissão Conjunta. Por quê? V.Ex^{as} reclamavam muito de que nós vínhamos para o Plenário, votávamos a urgência e na outra semana estávamos votando sem ninguém discutir. Isso quando for possível, porque às vezes pode ser uma situação de extrema urgência. E para não fazer utilização da urgência urgentíssima em Plenário já fizemos algumas comissões conjuntas deste semestre para cá em respeito estritamente à Oposição, porque acho que V.Ex^{as}, quando reclamavam, diziam que queriam debater.

Hoje achei que foi uma atitude um pouco incoerente. Nós tínhamos de botar 20 deputados em quatro comissões. Estavam lá os 19 deputados. A deputada Ivana estava presa no trânsito porque houve um acidente perto do Extra, o deputado Euclides tinha ido ao médico, estava retornando e pediu para segurar um pouquinho porque o médico atrasou para fazer um exame que ele não esperava. E tinha o deputado Alan, que estava chegando também. Às 10h30min, rigorosamente, V.Ex^{as} fizeram o pedido para encerrar por causa de um nome na Comissão de Justiça. E aí acho que nós ficamos desestimulados a ter essa atitude que temos tido, porque a atitude de levar para a Comissão Conjunta é uma atitude de enlargar o caminho do debate, dar mais dimensão ao debate.

Acho que esse é um assunto sobre o qual a Oposição deve refletir. O que estávamos tentando aqui, e eu digo de coração: não foi para... O que impedia de botar no Plenário e votar? Nós temos feito um esforço para que a Comissão Conjunta pelo menos equilibre mais o debate com V.Ex^{as}, que, aliás, diga-se de passagem, em alguns momentos, têm sido ouvidos por nós, do governo. Inclusive V.Ex^a já alterou até o PPA. No nosso governo, foi alterado por uma ação vinda de uma emenda de V.Ex^a.

Então, estou dizendo que temos boa vontade para fazer o debate fluir, boa vontade para ver esta Casa fomentando esse debate. Agora, hoje pela manhã, derrubar a sessão conjunta por causa de uma assinatura, sendo que a Comissão Conjunta é solicitada por V.Ex^{as} – acho que deveríamos repensar um pouquinho essa conversa para não fazermos um discurso e fazer outra coisa na prática.

No mais, é me recompor com relação a essa situação de Robinho, porque eu não sabia que ele estava na sala, mas quero dizer a V.Ex^a que permaneço com essa orientação e acho, sim, que o debate deve ser feito com a Agerba, com o Ministério Público, com comerciantes, com quem for. Agora, só acho que devemos esperar um pouquinho a poeira assentar para ter indícios mais concretos, inclusive investigatórios, para termos elementos.

Eu gostei da fala do deputado Rosemberg, porque acho que temos que balizar isso. Vou continuar frequentando a Ilha. A minha filha me disse: “Meu pai, daqui para a frente só vou entrar lá e botar o colete, eu não vou mais sem colete”. Acho que é uma coisa para você ouvir.

O deputado Targino me disse que não entra num negócio desses sem colete nunca. Aí, pergunta-se: seria interessante pensarmos numa formulação, deputado Sandro Régis, em que tenhamos aí a obrigatoriedade de entrar na embarcação de colete?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis): - Já há número, Excelência.

O Sr. Zé Neto:- (...) É isso sobre que devemos conversar e tentar aprimorar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Antes de retornar o quórum, concedo a palavra ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Agradeço, presidente. Questão de ordem, invocando o art. 227 do Regimento para, exatamente, contrapor-me ao que o deputado

Rosemberg teria colocado na sua questão de ordem, e em parte da questão de ordem, também, do deputado Zé Neto.

Eu quero deixar bem claro que eu seria incapaz, deputado Zé Neto, de formular qualquer ilegalidade no intuito de tirar algum tipo de proveito político. Quando tivemos o quórum correto na nossa comissão, com cinco titulares – inclusive, as Sr^{as} Deputadas Maria del Carmen e Angela Sousa, que deram frequência e saíram –, nós aprovamos o convite, porque sabíamos, como sabemos, que não poderíamos convocar a não ser que fosse com 2/3 dos presentes.

Quanto ao que falou o deputado Rosenberg Pinto, quero deixar muito claro...

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, estou com a questão de ordem.

Sr. Presidente, quero deixar muito claro que não é a nossa intenção, em hipótese nenhuma, apontar o dedo nem condenar antecipadamente ninguém. O que queremos é exatamente apurar o que aconteceu para que fatos como esses não venham mais a ocorrer. Se os membros desta Casa, que têm a missão precípua de fiscalizar os atos do Poder Executivo, se omitirem e não fizerem o que devem, é melhor, de fato, fechar as portas da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PSD ou ao do Governo e da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. Joseildo Ramos:- Vão falar as deputadas Neusa Cadore e Fabíola Mansur, respectivamente, por 5 e 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore por 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, servidores da Casa, (Lê) “foi com muita alegria que recebemos, na manhã de hoje, o anúncio pelo governador Rui Costa do segundo edital do Programa Partiu Estágio, que vai oferecer 3.105 vagas para universitários oriundos de instituições de ensino estaduais, federais e privadas no Estado da Bahia. Lembrando que no primeiro edital já foram contemplados 2.410 estudantes. As oportunidades são para 60 órgãos da administração pública estadual na capital e em 42 municípios do interior.

Enquanto o governo ilegítimo de Michel Temer destruiu uma série de políticas públicas voltadas para a juventude, como o Ciências sem Fronteiras, congelou por 20 anos os recursos para a educação e corta bolsas de estudantes universitários, o governo da Bahia vai na contramão, reafirma o seu compromisso com a educação dos nossos jovens.

Quero destacar outras iniciativas já em curso, como o Primeiro Emprego, lançado em novembro do ano passado com o objetivo de inserir egressos e estudantes da Educação Profissional no mercado de trabalho. A meta é preencher 9 mil vagas até 2018.

Outro programa é o Mais Futuro, direcionado para estudantes das universidades estaduais. Trata-se de um auxílio financeiro para 4 mil jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica, participantes do CadÚnico, além de oportunidades de estágio no setor público.

Sem dúvida, são políticas públicas como essas que contribuem para a permanência dos nossos jovens nas universidades e para ampliar as oportunidades profissionais, sobretudo daqueles que mais precisam.

Iniciativas dessa natureza despertam talentos, ampliam as competências e preparam jovens muito mais comprometidos com os desafios do nosso desenvolvimento...”

Porque têm a oportunidade de ter vivências e experiências importantes para consolidar a formação profissional, mas também colaboram para a inclusão social e para a construção de uma nova perspectiva de vida para essa nossa juventude.

(Lê) “(...) Portanto, eu gostaria de parabenizar a atuação do governador Rui Costa pelo conjunto de iniciativas voltadas aos nossos jovens, lembrando ainda das Escolas Culturais e das Escolas Tecnológicas, já anunciadas. Ações como essas geram impactos positivos para toda a sociedade, para o jovem e para a família, e demonstram o esforço e compromisso do governo da Bahia para preparar melhor estes que são o futuro da nossa Bahia e do nosso Brasil.”

Aproveito também para lembrar, deputada Fabíola, que o governador Rui Costa fecha o primeiro semestre sendo um destaque nacional, porque a Bahia é o segundo Estado do Brasil com o maior volume de investimentos, são mais de R\$ 1 bilhão em investimentos com ações estruturantes. À nossa frente só está o Estado de São Paulo, e até o final do ano o nosso governador vai entregar dois novos hospitais, um na Região do Cacau, no Sul da Bahia, e outro na Chapada, no município de Seabra.

Serão entregues, também, quatro novas policlínicas, sem contar a obra do metrô, que em breve chegará até o Aeroporto.

Portanto, na capital e no interior, é a correria e o trabalho que não param.

Parabéns, governador Rui Costa.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, a nobre deputada do PSB, que representa muito bem a saúde da Bahia e do Brasil, deputada Fabíola Mansur. Terei toda a boa vontade com V.Ex^a.

A Sr^a Dr^a FABÍOLA MANSUR:- Obrigada, Sr. Presidente, até porque citei o art. 227, que diz exatamente que, na questão de ordem, é garantido 5 minutos a um deputado que discorde do deputado que o antecedeu.

Como a gente tem argumento, às vezes tem deputados que tumultuam para cassar o direito, garantido no Regimento, de fala. Mas a gente espera a nossa vez, até porque dizem, deputada Luiza, que as mulheres são histéricas, num estereótipo absurdo. Mas o que gente tem visto aqui é que as deputadas têm vindo com argumentos, e que os homens, sem argumentos, tentam cassar essas palavras.

Mas o que me traz aqui, Sr. Presidente, é exatamente a reafirmação da minha posição quando aqui denunciei o que aconteceu em Cachoeira. Não compactuo com ilícitos, não defendo o indefensável, não faço política de forma familiar, nem consigo quando defendo interesses de um município. No caso de Cachoeira, não nasci lá, mas tenho laços, deputado Joseildo, muito fortes com aquela cidade, defendo o Município. Tanto é verdade que muitas obras que o governador Rui Costa lá garantiu foram a

nosso pedido, como a pavimentação de Capoeiruçu, a atual licitação da Estrada de Belém, as viaturas, a elevação da comarca. E não têm os deputados aqui o direito de questionar uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi aprovada pelos vereadores diante dos fatos que causam estranheza.

E vou repetir os fatos: uma Santa Casa, que tem pela Lei Federal o objetivo de prestar serviço à população, serviços de assistência à saúde, foi... E aí quaro dizer, como presidente da Frente das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, como médica que defende a saúde, como médica que defende a ética, a transparência, a honestidade do serviço público: foi primeiro um equívoco obrigar uma Santa Casa a ter um contrato, deputado Zé Raimundo, coagida, na premência de prestar serviço à população. O prefeito demora 4 meses para firmar esse contrato e, quando firma, a obriga a cumprir uma cláusula abusiva e absolutamente ilegal, dizendo que a Santa Casa se obriga a ceder nove motoristas de ambulância, sem caracterizar vínculo empregatício com o município.

Ora, um prefeito que gasta centenas e milhares de milhões no São João para contratar as bandas a preços, inclusive, diferentes dos que são praticados não tem dinheiro para contratar motoristas de ambulância. Pede a uma Santa Casa – o que é uma ilegalidade – para firmar um contrato de R\$30 mil; coloca uma cláusula segundo a qual o provedor, falecido, coagido provavelmente, tem que voltar ao secretário de Saúde e devolver R\$10 mil, em espécie, em sua casa e ainda assinar um recibo: primeira parcela, segunda parcela, terceira parcela. Quando nós sabemos que é uma ilegalidade, porque as Santas Casas hoje padecem do subfinanciamento das tabelas do SUS, da coação de muitas prefeituras e vivem amargando para funcionar.

Em vez de a prefeitura ajudar a Santa Casa, como faz o governo do Estado, que tem lá quase 300 mil contratualizações – esta mesma deputada esteve inúmeras vezes com o secretário de Saúde, pedindo para aumentar essa contratualização, para aumentar os serviços de saúde –, a prefeitura, além de passar 4 meses sem contratualizar, quando contratualiza R\$30 mil, coloca uma obrigatoriedade de cessão de motoristas que a Santa Casa não tem. Ainda por cima, não são motoristas que ali foram cedidos, isto é, foram devolvidos R\$10 mil.

O prefeito, no afã de defender o indefensável, numa CPI colocada por vereadores de muita qualidade, vai a rádio e ainda confessa, deputado Paulo Rangel, que o limite prudencial dele estava muito alto e que tinha, então, que contratar motoristas pela Santa Casa. Santa Casa agora, deputado Alan, virou uma terceirizada de prefeitura para contratar pessoas que devem ser parte do seu quadro integrante. O motorista de ambulância – o qual a zona rural, que padece, quando precisa, não pode ter – ainda tinha o seu vínculo de trabalho precarizado, recebia em dinheiro e dava recibo. O prefeito assume que pagava de forma ilegal para o limite além de responsabilidade fiscal. Ele, para burlar essa lei, terá que responder ao TCM para isso.

Então, eu quero uma resposta muito simples. Primeiro, o contrato não regia que o provedor tinha que dar R\$ 10 mil em dinheiro, em espécie, para o secretário da Saúde. Isso é indefensável. Segundo, não é possível o prefeito querer burlar a Lei de

Responsabilidade Fiscal. Aliás, teve, recentemente, uma condenação da Justiça Federal por contratação sem licitação ou alegando inelegibilidade.

Eu tenho uma característica, não subo a esta tribuna para fazer ilações, levandades ou acusações sem provas. O que pedi aqui e peço como membro titular da Comissão de Saúde, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas, é que parem de fazer contratos abusivos, parem de pedir para a Santa Casa retornar verba para contratação.

E outra coisa, e mais grave, e aí com a sua vênia, presidente, a partir do momento que o atual provedor não compactua com a devolução na Santa Casa em dinheiro para a prefeitura, simplesmente o prefeito, numa canetada, através de notificação extrajudicial, corta o contrato com a Santa Casa. Quer dizer, houve uma ilegalidade, o atual provedor não compactuou, não se sentiu coagido, e o prefeito corta.

É isso que está sendo defendido aqui? É isto que é alegado, se é que tem relação familiar? Não importa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

A Sr^a Dr^a FABÍOLA MANSUR:- Vamos defender Cachoeira. Não tenho nenhum bandido de estimação – Sr. Presidente, com o tempo que V.Ex^a me concedeu por ter cassado a minha questão de ordem regimental –, tenho aqui a tranquilidade de dizer que qualquer CPI possa ser aberta. Estaremos encaminhando ao TCM, ao Ministério Público para que seja avaliado. O que pedi aqui e peço é que seja apurado, que esta Casa acompanhe, porque se trata de desvio de recursos da Saúde para contratar condutor de veículos, ambulância, que é missão precípua de uma prefeitura que se respeite e que respeite a saúde da população.

Portanto, alto lá quando aqui se fala que esta deputada faz oposição mesquinha ou uma política com “p” minúsculo, de prejudicar uma cidade em função de qualquer outra coisa. Defendo e defenderei a transparência, a ética e a honestidade e não compactuarei com ilícitos, nem defenderei o indefensável.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

A Sr^a Dr^a FABÍOLA MANSUR:- Concluindo, Sr. Presidente. Quero aqui... com todo o apreço que tenho ao deputado que me antecedeu, colega médico, lamento que seja qualquer pessoa ligada a ele. Mas, na política, não existe parentesco. Na política, o parentesco é com a Constituição do nosso Estado, é com a ética, é com a licitude. E é isso que me pauta aqui.

Portanto, acompanharemos a CPI. Fica aqui o pedido ao secretário Municipal de Saúde para que explique porque recebeu R\$ 10 mil em espécie para pagar motoristas por fora, num caixa 2.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do bloco parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Falarão, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Prisco e, por 5 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, demais deputados, na semana passada fizemos a denúncia aqui do grampo telefônico pelo secretário de Segurança Pública, e vi aqui parlamentares, inclusive o próprio presidente estadual do PT, irem a um site, falar inverdades, que o fato não ocorreu.

O fato ocorreu, a investigação ocorreu, a apuração está ocorrendo. Foi repassada à procuradora do Ministério Público do Estado, e a mesma não deu prosseguimento à investigação. Mas tem a assinatura de quatro promotores do Gaeco que fizeram a investigação. Como não compete aos mesmos, foi repassado à procuradora.

Já peticionamos ao Ministério Público Federal. Vamos peticionar, inclusive, hoje – decisão do líder de toda a Bancada –, à própria procuradora do Estado, para que explique porque não deu encaminhamento à situação do grampo ilegal, onde o próprio secretário de Segurança Pública admitiu na imprensa.

O secretário veio à imprensa dizer que apenas deu um gravador ao cidadão, porque o mesmo estava sendo extorquido, na visão dele. Não é esse o procedimento que o secretário deveria fazer e arredondou: disse que daria o gravador a qualquer cidadão. A polícia do governo, a polícia do bolso dele...

Parabenizo o Sindicato dos Delegados, o Sindicato dos Policiais Civis, que, inclusive, lançou uma nota informando que não é esse o procedimento. Já que o próprio Ministério Público informou que não havia a investigação – o próprio secretário disse que havia investigação e que vai apurar seu vazamento –, se não há investigação, vai apurar vazamento para quê?

Essa é a prática desse governo da mentira, da operação abafa. Nós vamos em busca da verdade. O grampo existe, foi ilegal e vamos buscar essa verdade, vamos mostrar. Já houve a busca e apreensão na casa do superintendente de inteligência, que é o Sr. Magno. Todos sabem disso, a Bahia sabe disso, apesar da operação abafa. É gasto muito dinheiro com a propaganda e a imprensa para tentar abafar. Já peticionamos o Ministério Público Federal na Polícia Federal e acreditamos nos órgãos que, com certeza, trarão a verdade e mostrarão o que está acontecendo na Segurança Pública na Bahia.

A violência aumenta a cada dia e o governo só tenta grampear os seus opositores e fazer a política que quer. Uma polícia de governo e não uma polícia de Estado, como deveria. Ontem mais um ônibus foi incendiado em Salvador no bairro do IAPI, mais um bairro teve toque de recolher. Qual a providência? Cadê a nota do governo sobre isso? Cadê a providência tomada sobre isso? Nenhuma. A violência aumenta a cada dia e o governo da propaganda tamanho G, de mentiras e da vergonha, continua tratando a população de Salvador e da Bahia desse jeito.

Aos servidores públicos só mentira e enganação. Na campanha, no debate com o candidato Paulo Souto, que deixou os servidores com o salário abaixo do salário mínimo, por um ano, disse que isso não iria acontecer na campanha e no governo dele. Já está há três anos com o salário abaixo do mínimo. Não tem vergonha na cara de dizer uma coisa na campanha e agora dizer outra. A propaganda tamanho G e a correria é de mentira.

Estivemos na cidade de Várzea Nova, estrada acabada, o governo esteve lá e disse que faria a estrada, por duas vezes. Aliás, esteve lá na data certa, no dia 1º de abril, o dia da mentira. Esteve na cidade de Amargosa, onde a base do governo, a prefeitura do PT, assim como Santo Antônio de Jesus, e prometeu que em três meses faria a estrada e acabaria aquele serviço. Acabou, acabou de vez com a estrada que está lá destruída.

Esse é o governo que só prega mentira e quando vem aqui um deputado fazer denúncia querem fazer uma operação abafa, dizendo que o Ministério Público disse. Não, quem disse foi a procuradora que não houve a investigação. A denúncia existe, quatro promotores assinaram, está lá declarado que existe o grampo telefônico, sim. O próprio secretário afirmou que existe. Não adianta vir operação abafa ou ameaça. Nós vamos continuar fazendo o nosso papel de fiscalizador do Executivo e exercer o nosso papel como deputado. Vamos fiscalizar e cobrar.

Decidimos em reunião da Bancada que toda a Bancada vai peticionar o Ministério Público Federal e também no Ministério Público Estadual, solicitando informação sobre o que ocorreu com o processo, o que ocorreu com a investigação. Por que essa investigação não foi à frente? Por que quatro promotores assinaram e não houve avanço na investigação. Essa é a pergunta que todos os baianos querem saber.

Que o grampo existiu é fato, está lá comprovado. O próprio secretário admitiu que concedeu. Só concedeu gravadorzinho. É esse o procedimento correto. Então está provado que houve. Não adianta vir para cá falar que estamos mentindo, não. Está lá provado. Se, realmente, quiser a clareza, convoque os promotores na Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos, através da minha pessoa e do presidente, para que eles falem. Faço esse desafio ao próprio presidente e aos demais deputados que fazem parte da comissão, para que os promotores digam se houve ou não investigação, se existe ou não o áudio e o vídeo do grampo.

Essa verdade existiu e não adianta abafar, não adianta contar mentira, porque o povo está acordando e vendo. Isso vai acabar, essa mentira vai cair, porque a denúncia está chegando. Já houve busca e apreensão, e o resultado virá. Não adianta abafar essa operação, porque vou continuar falando e cobrando em relação a essa situação. Vidas baianas estão sendo sacrificadas, vários homicídios estão acontecendo. Sete cidades da Bahia estão entre as mais violentas do Brasil. E qual a providência que esse governo toma? Investir em propaganda, enganação e mentira para todo o povo baiano.

Então, vamos mostrar a verdadeira propaganda, tamanho G. É uma vergonha para esse governo pagar R\$ 9,00 de auxílio alimentação para todo servidor público. Até hoje, o governo paga esse valor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, pelo resto do tempo, o nosso querido amigo pastor José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para parabenizar o presidente desta Casa, deputado Angelo Coronel, por ter colocado essa brilhante obra aqui no Plenário desta Casa. A Bíblia é um livro universal, a Bíblia Sagrada, ali está a Palavra de Deus. Por mais que digam que vivemos num Brasil laico, entre aspas, isso não é verdade. Não existe, deputada Luiza Maia, sabe por quê? Cada município da Bahia e do Brasil tem o seu feriado municipal de acordo com a padroeira da cidade. Diga-me em qual município do Brasil seria determinado feriado municipal, se o Dia da Bíblia fosse comemorado? Não existe, eles não consideram, sem contar o que está no calendário nacional, a própria padroeira do Brasil. Então, que país é esse que diz ser laico? Onde é que está a laicidade nisso? Um peso e duas medidas. Aqui temos esse painel, uma estrutura de arte, respeitamos o profissional que fez. Mas se formos olhar os argumentos, os símbolos que estão aí, percebemos que correspondem a todas as religiões da nossa querida Bahia, atende à necessidade disso. Então, não existe, o painel não toma partido de nenhuma religião, ali é a Bíblia, o Salmo 91. Quem é que não lê o Salmo 91? O Salmo 91 está em todas as Bíblias, peguem aí qualquer Bíblia e vejam se não existe o Salmo 91.

Está de parabéns o presidente, está de parabéns o meu amigo o deputado Pastor Sargento Isidório, que também teve essa brilhante iniciativa, está de parabéns toda a Mesa desta Casa.

A segunda fala, Sr. Presidente, apesar de que hoje vamos entrar pela madrugada nesta Casa, temos muito o que falar nesta tarde, noite e madrugada. Ontem, dia 28 de agosto, foi comemorado o Dia Nacional do Voluntariado. Quero parabenizar aqui a secretária municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, que realizou com os empresários a apresentação do programa Salvador Capital Voluntária. A ideia é promover a cultura do voluntariado na nossa capital baiana.

Quero parabenizar o prefeito ACM Neto, que dentro desse projeto, Sr. Presidente, existe o cumprimento de atender os idosos da nossa querida Salvador, onde serão contemplados com as ações sociais da secretaria, através do Fundo Municipal do Idoso. Fundo esse que já recebeu uma doação da Ambev de R\$ 250 mil, que serão investidos em ações para os idosos da cidade de Salvador.

Falando nisso, Sr. Presidente, onde está a criação do Fundo Estadual do Idoso? O governo do Estado ainda não acordou para regulamentar essa lei, que foi aprovada – eu fui o relator – ainda no governo Jaques Wagner. Esperamos que agora, com essa

iniciativa do prefeito ACM Neto, o governo do Estado possa tirar da gaveta e mandar o Fundo Estadual...

O Sr. Fábio Souto:- Deputado, por favor, me conceda um aparte.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- (...) do Idoso. E assim seja aplicado, Sr. Presidente, o investimento de ação social e o cumprimento da Lei do Estatuto do Idoso.

Concluo, Sr. Presidente. Durante esta madrugada teremos muito mais coisas para falarmos em benefício do povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, vai falar o deputado Sargento Isidório, por 7 minutos. Logo depois, por 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presentes às Galerias, Srs. da Imprensa, aqueles que nos ouvem pela *TV Assembleia*, estou sempre com o exemplar da Bíblia Sagrada nas mãos e de joelhos dobrados quando chego a este Plenário, orando por todos os meus companheiros e companheiras de Parlamento, por Salvador, pela Bahia e pelo Brasil.

Repito o Salmo 133, que diz: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união”. Esse é um salmo que, inclusive, dentro da própria Maçonaria os trabalhos são iniciados com ele. Esse é um salmo que agrada ao arquiteto do universo.

Eu quero dizer a V.Ex^{as}...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pastor Sargento Isidório, 1 minuto só.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”*

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Então, Sr. Presidente, venho lamentar os atos e gestos de intolerância, de discriminação sofridos aqui pelo nosso povo cristão. E não cito só o povo cristão evangélico, mas estou falando, aqui, do povo cristão evangélico, do católico, dos cristãos da matriz africana, dos cristãos do espiritismo, enfim, de todos os homens e mulheres que reconhecem o Deus criador do céu e da terra, o Deus que criou tudo no céu, tudo na terra, no mar, no ar. O Deus que criou todos os seres vivos e que a tudo formou para lhe adorar é o Deus criador.

Lamentavelmente, costume dizer que se ali estivesse, talvez, uma foto, uma escultura, quem sabe, de um jegue nu, possivelmente em posições ruins, seria cultura. Se ali estivessem nossas crianças brasileiras, curvando-se, agachando-se, dançando *funk*, ralando-se em homens, talvez fosse cultura para esta Nação que a cada minuto que passa se está prostituindo, está com a sua imagem denegrida, envolvida em lama, com filhos desrespeitando pai, mãe, e as famílias sendo destruídas a cada momento que passa, sendo fragilizadas.

A “corruptolândia” instalada em Brasília... um dos seus, lá de São Paulo, decide pegar homens e mulheres vitimados pelo *crack* para resolver a questão na bala, na porrada, jogando escombros em cima deles, e esquece da Cracolândia, com algumas exceções.

Se tivesse ali, talvez, dois homens agarrados um ao outro, talvez uma mulher agarrada na outra, possivelmente fosse dito: que coisa bela, isso representa o Brasil. Não, senhor, o Brasil é uma Nação com homens e mulheres honrados, que ainda tem políticos e políticas que se respeitam e que não são intolerantes.

Aquele quadro que ali está, com a Bíblia representando a palavra de Deus, com a pomba representando a paz e, portanto, o Santo Espírito de Deus, aquela arca que está ali representada, nos primórdios dos tempos mais antigos, representa a presença do Deus vivo onde ela está. E o que incomoda a um, dois ou três parlamentares desta Casa é que, quer queira, quer não, o Deus de Israel, a presença de Deus, está neste Plenário para abençoar tantos quantos n’Ele creiam. É Pai, é Filho, é Espírito Santo, é a Santíssima Trindade que está representada nesta Casa.

Não temos Estado laico – isso é conversa, hipocrisia de três pessoas – num Estado como o nosso, numa Nação que tem padroeiras, municípios com padroeiros, onde você chega e existe lá, praticamente, imagens, e temos que respeitar.

Este quadro que aqui está, a sua Galeota, a procissão do Bom Jesus dos Navegantes, é cultura, sim, é arte baiana, e respeitamos porque é tradição de um povo, mas ao redor, para além desta procissão, há outros assuntos ali tocados, como inspiração, estímulo à pedofilia. Vocês vêm claramente um homem nu com a criança nua no colo. Ali tem o estímulo a adoração a demônios, ali tem um dos demônios com um tridente, que representa a arma de Satanás.

Venho também da seita, também era para ser pai de santo, manifestava com Oxum, que é Nossa Senhora da Conceição, com Logun Edé, que é São Cipriano. Então, respeito as pessoas que deixei dentro do candomblé.

Ainda nesta semana estava aqui a segunda da hierarquia afrodescendente, awo minise, que olhou para esse quadro lacrimejando e aplaudindo, padres olharam aplaudindo. O que nós temos é a intolerância de uma, duas ou três pessoas, no máximo, que são os mesmos que querem cassar meu mandato, porque não permiti passar projeto aqui para ensinar sexo a crianças de 6 anos de idade, meninos e meninas. Esta é a verdade.

Eu tenho um lado: o meu lado é o lado da família; o meu lado é o lado do Deus, que é de todos e a ninguém despreza. Não estamos aqui, em momento algum, pregando religião. Estamos apenas fazendo justiça ao povo cristão. Agradeço ao

presidente Angelo Coronel, a toda a Mesa Diretora, pela dignidade que tiveram em bem representar, no Plenário desta Casa, os cristãos evangélicos, os cristãos católicos, os cristãos da matriz africana e os cristãos espíritas.

Deus nos abençoe! Deus é grande e a ninguém despreza!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo restante.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero fazer um registro de aplausos para minha cidade Ruy Barbosa, que completou 95 anos de emancipação política hoje. E que nos últimos anos, a partir de 2012, sofreu e ficou marcada pela violência contra a mulher naquele município.

Graças a Deus, foi mantida a condenação da banda New Hit, que praticou aquele estupro coletivo na cidade de Ruy Barbosa. Apesar de que, o Tribunal de Justiça da Bahia absolveu dois membros: o segurança e outro membro da banda. Não sei ainda os motivos.

De qualquer forma, a condenação do restante da banda é um exemplo, é um alento para nós, porque o crime de estupro é um crime hediondo. E não podemos banalizá-lo, nem aceitá-lo de forma normal ou natural, como a sociedade às vezes tenta impor para as mulheres que são vítimas desse absurdo crime.

Sr. Presidente, quero deixar registrado os meus aplausos, estendidos ao prefeito, que teve uma postura muito firme, quando encaminhou para a Câmara de Vereadores de Ruy Barbosa um projeto de lei impedindo que pessoas condenadas ou que estão sendo processadas pela Lei Maria da Penha possam assumir cargos na gestão pública.

Ainda nessa pegada da violência contra a mulher, contra o segmento LGBT, quero deixar também registrado uma Moção de Pesar pela militante Lili, de Cachoeira, que é uma militante da causa LGBT, que foi assassinada no domingo. Pedi ao professor Felipe Fernando, da UFBA, que entregue e registre lá junto à sua família os nossos sentimentos. E que a morte de Lili sirva de exemplo, pela luta que essa comunidade tem travado, pela justiça. Que sirva de exemplo para que realmente nós demos fim a esse tipo de violência. Para que a violência contra a mulher, homofobia e tantos outros tipos de violência que temos visto aí no dia a dia do nosso País não sejam tidos ou aceitos como normal ou como uma coisa comum.

Quero ainda, Sr. Presidente, falar sobre essa questão da violência contra a mulher. Assistimos à *Rede Globo*, uma emissora de TV que faz muita apologia e banalização da violência contra a mulher e, hipocritamente, hoje, desenvolve uma campanha pelo fim da violência contra a mulher, inclusive, colocando lá uma das suas funcionárias dizendo que pare a violência contra a mulher. Que parem também com a violência e outras ações que ela tem evidenciado nos seus programas de humor, nas suas novelas, na maioria da sua programação, porque realmente é uma

coisa inaceitável, é uma hipocrisia da *Rede Globo*! No momento em que fazem a campanha pelo fim da violência, a forma como eles tratam e como retratam as mulheres na sua programação é uma coisa que nos deixa indignadas, deputado Bira Corôa. Então acho que não podemos tolerar isso, pois é um deboche com a sociedade. Você faz um tipo de apelo e na prática o que você faz é o contrário, na contramão do que está falando.

E quero ainda deixar registrado – não sei se ele ainda está presente aqui – que o deputado Prisco precisa ter cuidado com as suas denúncias, com as suas falas, porque a gente viu aí a resposta do Ministério Público para aquele absurdo, para aquelas declarações que ele fez aqui na sessão passada, que eu não vou ter tempo de destrinchá-las detalhadamente.

Quero dizer também que, sobre o nosso governador correria, a deputada Neusa Cadore leu aqui uma série de ações praticadas por ele, está hoje em viagem à China, tentando trazer mais investimentos para o nosso Estado.

E ele está de parabéns por seu trabalho, porque o que temos assistido é ao desespero da Oposição, mas sabemos que o que o povo pensa do nosso governador não tem nada a ver com os discursos aqui, um pouco desesperados, um pouco sem argumento, porque quem não tem argumento...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada, o tempo de V.Ex^a está encerrado.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Um momento, Sr. Presidente, porque V.Ex^a deu tempo para todos os homens e precisa também ter consideração com as mulheres.

Estou encerrando, dizendo à Bancada da Oposição, neste momento, que não siga o mau exemplo do prefeito de Salvador, que está sendo chamado de “prefeito da futrica e da fofoca”, porque a única coisa que sabe fazer é ficar batendo boca, procurando confusão, tentando pongar nas obras que o governador Rui tem feito.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada. O tempo de V.Ex^a está expirado.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Calma, presidente. Só 1 minuto.

O que eu queria era registrar a nossa alegria, a nossa satisfação porque, mesmo em um País em que está em uma crise tão profunda, o nosso Estado, o governador tem dado o seu recado, tem feito a sua lição de casa, pagando aos funcionários e trazendo mais investimentos, quando vemos estados dividindo salário de funcionários e numa crise pior, como temos assistido.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Heber Santana.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido também.

Com a palavra o deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Eu peço a V.Ex^a a verificação de quórum, com o tempo de tolerância de 15 minutos, para que possa ser feita a chamada nominal.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu vou dispensar, porque ele fez a questão de ordem nossa também.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Marquem no painel os 15 minutos.

Existe um pedido de verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão. Os Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, no refeitório, na biblioteca, por favor, venham ao Plenário para dar presença, para a sessão continuar. Segue Suzana

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem no tempo dos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, sem adentrar na questão de mérito, quero colocar-me em relação a esse monumento que foi exposto aqui nesta Casa, que no meu entendimento, Sr. Presidente, não tem nada a ver com aquilo que deve estar explícito como painel em uma Casa Legislativa.

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não sou contra qualquer religião, mas ao tempo que faço esse protesto, eu o faço também reivindicando aqui que todas as religiões sejam representadas. Vamos colocar aqui Buda, e os materialistas tenham aqui a imagem de Karl Marx, de Lênin, e esta Casa ficará enfeitadíssima.

Agora, não é justo que sejamos pegos de surpresa com a colocação desse monumento, que deveria ser melhor discutido, Sr. Presidente. Até tenho medo de passar ali por perto e o Jesus, o Deus de Nazaré me castigar e cair na minha cabeça.

Acho que esse tema está sendo debatido, inclusive, nacionalmente. Não foi bom para a Casa, não é bom para a política na Bahia. Tenho divergências também com esse outro painel, até porque ele não retratou naquela época a realidade da política baiana, mas se trata de uma obra de arte, ao contrário do monumento que ali estou vendo.

Então, eu não poderia deixar de me colocar em relação a isso e acho que devemos aqui abrir um debate para que a arquitetura desta Casa, inclusive, não fique comprometida, Sr. Presidente. Acho que esse monumento compromete. E aí, eu queria chamar a atenção de V.Ex^a, que hoje é presidente interino, que participa da Mesa Diretora, para que esse tema seja debatido, até porque qualquer Casa legislativa tem que ser laica, e é isso que nos rege. Então eu acho que foi uma atitude, não diria, impensada, mas precipitada por parte daqueles que chegaram a esse ponto. Não sei o que nós podemos encontrar qualquer dia nesta Casa.

Então eu gostaria que todas as religiões aqui e também aqueles que fazem política dentro de uma visão onde a *Bíblia* é *O Capital*, de Karl Marx, fossem respeitadas, até porque esta é uma Casa política. Nós podíamos, inclusive, abrir uma

sala, a exemplo dos times de futebol, que têm sala de troféu, de medalhas, para que façamos exposições as mais variadas possíveis. Agora não posso concordar, deputado Luciano, com esse monumento que aqui está.

Gostaria também de aproveitar para convidar todos os deputados a comparecerem a este Plenário já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Portanto, gostaria aqui de pedir a presença de todos os Srs. Deputados, principalmente da Base do Governo, para que possamos votar esse projeto tão importante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Fátima Nunes:- Eu pedi primeiro!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Presidente, eu já utilizei a palavra aqui neste Plenário falando um pouco acerca do conteúdo do painel que nós temos agora nesta Casa, além de repetir que falta conhecimento para alguns falarem acerca daquilo que está ali exposto. Digo isso porque nós moramos na cidade do Salvador. Ao que faz referência o nome da cidade do Salvador? A Jesus Cristo. Vamos, então, mudar o nome da cidade porque o Estado é laico e Salvador não poderá mais ser chamado de Salvador, fazer referência a Jesus Cristo?

Agora é a hora de nós termos a compreensão, Sr. Presidente... Eu concluirei, Sr. Presidente, eu nem estenderei todo o tempo da fala, mas só quero deixar claro a observação de como são sutis a intolerância e o preconceito de alguns, porque sempre começam uma fala dizendo que deve se respeitar, mas não respeitam, sempre começam uma fala dizendo que deve se respeitar todos, que deve ser plural, mas atacam de forma sistemática os cristãos e de uma maneira ainda mais específica o segmento evangélico.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o registro da minha indignação para dizer que quem quer respeito respeita.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- O deputado Heber Santana irá falar por 6 minutos; e o deputado Alan Sanches, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, por 6 minutos; são 12 minutos: 6 mais 6.

Por 6 minutos, concedo a palavra ao deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nós já tratamos aqui de assuntos dos mais diversos, eu quero aproveitar este tempo que tenho agora para falar um pouco sobre o momento que estamos vivendo no Brasil. E falar também da expectativa que toda população vive para que possamos ter uma reforma política que venha a contemplar o desejo da sociedade de tornar o

sistema eleitoral mais transparente, mais participativo e com uma sintonia entre aquilo que a sociedade almeja e aquilo que os políticos devem realizar.

Vivemos o grande desafio de ter um Congresso com seus 513 deputados, seus 81 senadores discutindo esse tema sem encontrar uma solução equilibrada que traga, então, uma nova perspectiva para o sistema político do nosso País, sem encontrar uma solução que lhes dê a segurança, a tranquilidade de que o sistema eleitoral será justo o suficiente para a disputa de todos.

Assim sendo, surgem diversas propostas, diversas opiniões sobre o tema e nos fica realmente a sensação de que existe uma parte, entre aqueles que discutem sobre os rumos que o Brasil deve tomar, que não tem interesse em rumo nenhum, não tem interesse em solução nenhuma. Por que digo isso? Porque quando a proposta é o da manutenção do sistema como ele está, há críticas – e críticas coerentes. Quando a proposta é o distritão na perspectiva de que se venha, no segundo momento, ter o distritão misto, também sofrem críticas, e aí vale a pena registrar, apesar da minha pouca idade, que, como se diz no popular, nessa brincadeira já se vão quatro eleições, e uma das coisas que mais percebo como anseio da população em relação ao sistema eleitoral é o entendimento de que ele seja mais claro, ou seja, os mais votados ganham. Nunca houve uma compreensão depois que passa o dia da eleição. Vêm os resultados, e muitos ficam a se perguntar por que aquele candidato que teve mais votos não ganhou, enquanto outros candidatos que, às vezes, tiveram a metade dos votos dele acabaram ganhando.

Portanto, o Distritão, mesmo com problemas na conjuntura e na construção do discurso ideológico, já que se tornaria cada vez mais pessoal o voto, ainda assim ele contempla uma série de outros fatores que são importantes igualmente na disputa eleitoral.

Mas esse sistema também tem sido duramente criticado, e o fato é que estamos a poucos dias de se encerrar o prazo legal, respeitando o limite de um ano antes da eleição, para que as mudanças possam se tornar leis e como tal valerem para o ano que vem. Tudo indica que teremos o mesmo sistema atuando em 2018, deputado Luciano, com pequenas mudanças que vão dificultar ainda mais: apenas o fim das coligações, quem sabe com a criação ou não da federação, da confederação dos partidos? Porém, embora a sociedade tanto deseje uma mudança que possa trazer a participação popular para o processo e resgatar a credibilidade do sistema político, além da própria credibilidade do País, nós não temos visto isso. E o mais importante nisso tudo, deputado Gika, é que assim diz o ditado: Quem não sabe para onde está indo, qualquer lugar lhe parece bom.

No final das contas, o que a gente percebe é que falta um projeto de nação para o nosso País. Até mesmo os projetos que aparecem e são sucesso de mídia nas redes sociais são projetos pessoais, de colocação das próprias ideias, sem nenhuma coerência ou nenhum conteúdo ideológico, muitas vezes não respeitando nem o partido a que se é filiado.

E justamente a falta desse projeto de nação é que nos deixa um tanto quanto tontos, sem rumo, perplexos! E, ao invés de caminharmos para a frente, muitas vezes

damos passos para trás, regredindo e fazendo com que a nossa jovem democracia, que deveria estar amadurecendo, não dê os passos necessários para que o nosso País reencontre o seu caminho. E quem mais sofre com tudo isso é a nossa juventude, que perde realmente a referência, perde a possibilidade de sonhar com um Brasil melhor.

Eu já disse no Plenário desta Casa o maior crime que o Partido dos Trabalhadores cometeu. E não vou ficar falando aqui se avançou, se não avançou. É claro que houve avanços! Não quero fazer uma crítica sem observar isso. Mas a expectativa era muito grande em torno do governo do PT e o maior crime que ele cometeu foi frustrar os sonhos de uma Nação e dessa juventude, que precisa, sim, de nosso empenho na construção de um projeto político que dê um norte para o nosso Brasil e resgate a esperança para que, através do trabalho conjunto de um pacto social, nós possamos resgatar este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputados e deputadas, demais pessoas que nos acompanham, a discussão nesta semana que se inicia e na passada foi sobre a tragédia que se abateu na nossa cidade, no nosso Estado. Notícia nacional, uma tragédia anunciada. Difícil aqui alguém tomar como surpresa, porque sabia que aquilo poderia acontecer a qualquer momento. Eu, juntamente com o deputado Hildécio, sou usuário esporádico daquelas barcas. Aquilo que aconteceu era uma tragédia anunciada. E a obrigação desta Casa não é criminalizar quem quer que seja. O que nós devemos e precisamos é apurar as responsabilidades. Temos de usar esse episódio triste e lamentável que acaba com diversas famílias para que não aconteça novamente. Não é possível que algumas embarcações vão continuar daquele jeito que nós sabemos que estão, sem uma devida fiscalização.

Então, o que esta Assembleia precisa não é, deputado Zé Neto, criminalizar Governo, Oposição nem dizer que um está usando como palanque. Não! Está na hora de a gente parar com isso, mas precisamos, sim, apurar as responsabilidades e evitar isso para que essa situação jamais aconteça em Mar Grande – Salvador, jamais aconteça nos outros cantos, jamais aconteça em Valença/Morro de São Paulo e aí por diante.

Eu queria dar continuidade aqui no meu tempo, chamando a atenção de V.Ex^{as} para um tema que falei aqui no início da tarde, que é a Regulação. Não é possível que esta Casa feche os olhos para a falta de planejamento da Regulação. O secretário Fábio Vilas Boas, no início do seu mandato, disse que dava tanta importância – no caso era Suregs, não sei nem se continua, hoje, essa Superintendência de Regulação – à Regulação da cidade, pois tinham muitas queixas. O secretário disse que iria trazer para a sua unidade, no seu prédio, porque queria ficar próximo. Ele não sabia que não precisava da presença física, mas que precisava da presença de planejamento.

O que a Sesab precisa entender é que a rede credenciada é dela, é ela que contrata todos os leitos no Estado da Bahia. O que ela precisa é de planejamento para gerenciar esses leitos. Como sou médico, e V.Ex^{as} têm esse conhecimento, consigo saber, primeiro do que a Regulação, se existe uma vaga em um determinado hospital. Isso não tem cabimento. Com apenas uma ligação minha, digo:

-“Dr. Fábio Souto, o senhor que está aí no hospital, me diga uma coisa: tem vaga aí, está precisando transferir?”.

-“Tem, Alan, tem vaga aqui. Tem duas vagas aqui”.

E a Regulação não faz.

O Sr. Marquinho Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Já, já darei.

O paciente fica à mercê, gente. As notícias aí são uma atrás da outra. Uma senhora – esses dias eu estava lendo num site de notícias – estava há 20 dias precisando de uma Regulação, mas não conseguiu. Isso não tem cabimento!

Falou-se tanto na eleição passada. Quando o governador Rui estava combatendo o governador Paulo Souto, disse: “ Não, é Regulação da morte. É isso e aquilo.” Eu pergunto a V.Ex^{as}: o que foi feito com essa “Regulação da morte” nesse tempo todo? Piorou, gente. A Regulação piorou e piorou muito.

Se nós fizermos uma avaliação nessa área, a queixa principal será a Regulação. Não falo só de UTI, porque UTI, às vezes, não tem beliche; não dá para botar um em cima e um embaixo; falta leito, tudo bem, mas cirurgias?!

Os leitos disponíveis, mas não se faz o planejamento, não se faz a gestão desses leitos. Isso é uma coisa simples, mas precisa de uma atenção diferenciada.

Com o aparte o deputado Marquinhos.

O Sr. Marquinho Viana:- Obrigado, colega deputado.

Olhe bem, essa parte da Regulação, realmente, é muito técnica, e V.Ex^a, que é médico, sabe; eu não sou. Às vezes, quem está do outro lado da tela é outro médico colega seu, e, às vezes, V.Ex^a liga e ele diz que tem a vaga. Mas o médico que está do outro lado da tela não pode errar. Em muitas situações existem pacientes que estão em situação pior, e ele tem de olhar minunciosamente aquele relatório para não cometer erros. Às vezes, pode ficar 30, 40, 50 minutos para localizar esse leito e colocar aquele paciente que precisa mais.

Eu sei disso porque vou à Secretaria e vejo isso lá com Ana Paula. Muitas vezes, há alguns médicos – como em todas as áreas, tem gente boa e gente ruim – que não escrevem corretamente, não preenchem o relatório dizendo o que o paciente tem naquele momento, e assim outro passa à frente porque está em situação pior.

Por isso, V.Ex^a liga e naquele momento tem a vaga, mas realmente será preenchida, porque a Regulação tem dado uma atenção especial nessa área.

O Sr. ALAN SANCHES:- V.Ex^a tenta, realmente, trazer seus argumentos. De fato, seus argumentos têm algum sentido, vou concordar em parte. Mas o que não dá, deputado Marquinho, é esperar dias e dias com aquele leito vazio. A questão não é dar prioridade a quem mais precisa, isso é lógico. Mas o leito vazio, com uma

demanda reprimida enorme em vários hospitais, em UPAs, várias pessoas precisando ser transferidas, e não se transfere?!

Se for a questão da prioridade, joia. Mas estou falando da vaga de leito. Falta o gerenciamento de leito. E discordo de V.Ex^a quanto à grafia do médico. Isso não cabe mais, porque é digitalizado na tela do computador.

O Sr. Marquinho Viana:- Mas é o conteúdo do relatório. Porque muitas vezes o médico coloca: “Avaliação cardiológica”, “avaliação ortopédica”...

O Sr. ALAN SANCHES:- Mas o conteúdo, deputado, é básico, porque ele vai colocar os dados e os laboratórios. Tem uma fratura de fêmur? Então informa se é cirúrgico ou não e está determinado. O que será feito depois com essa fratura de fêmur vai ser determinado de acordo com o médico que for operar. Isso é claro.

Quando é cirúrgico o caso, ou quando aquela unidade hospitalar em Vitória da Conquista, por exemplo, ou lá em Senhor do Bonfim, com o nosso deputado Bobô, quando está lá não tem, às vezes, a condição de resolver aquele problema que talvez aqui seja de média complexidade. Mas ela não tem e precisa salvar aquela vida. Por isso ela chama a regulação e a regulação mais uma vez falha nesse sentido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que para falar desse assunto vamos precisar de uma sessão especial, porque vou falar mais de 30 minutos sobre a privatização da Eletrobras e, conseqüentemente, a privatização da CHESF. A privatização do sistema Eletrobras, neste momento, significa um absurdo, não só em nível de Brasil, mas de mundo. Trata-se de um parque majoritariamente hidroelétrico, que possui uma das maiores redes de transmissão de todo o mundo, que possibilitou inclusive a colocação de fibra ótica em praticamente todas as regiões deste país e se converterá num grave atentado contra a soberania nacional, contra a qualidade de vida do nosso povo e contra qualquer possibilidade de desenvolvimento.

Privatização da Eletrobras, empresa cujo país gastou mais de 400 bilhões de reais para que chegássemos ao patrimônio que hoje temos. Pois bem, Sr. Presidente, hoje o governo põe à venda esse enorme patrimônio dimensionando os ativos da Eletrobras, deputado Zé Raimundo, em apenas R\$ 5 bilhões. Privatização da Eletrobras que nos fará perder todo o planejamento energético deste País e que agravará, mais ainda, a crise hídrica, principalmente aqui no Nordeste e no nosso Estado. Por tratar, também, da privatização da CHESF, essa empresa que tem praticamente toda sua geração baseada em dois grandes rios que atravessam regiões

áridas do nosso País: o Rio Parnaíba, no Piauí, e o Rio São Francisco, principalmente que tem a sua geração de energia definida no Submédio São Francisco.

Vale dizer que privatizar a CHESF, hoje, significa entregar o controle das águas do Lago de Sobradinho, primeiro maior lago do mundo em tamanho de espelho d'água, ao controle da iniciativa privada. Privatização da CHESF que vai pôr em risco, além da geração de energia, outras atividades como: irrigação, transporte fluvial, piscicultura, abastecimento humano e abastecimento animal.

Imaginem os senhores se tivéssemos privatizado o sistema Eletrobras antes. Não teríamos, deputada Neusa Cadore, o Programa Luz para Todos, que foi feito graças a CDE, Conta de Desenvolvimento Energético, e a RGR, Reserva Geral de Reversão, que só com controle estatal é possível ter e aplicá-lo em atividades estratégicas e necessárias como foi a implantação do programa Luz para Todos. Nós voltaremos ao país dos apagões.

O Sr. Angelo Almeida:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Voltaremos a um país que vivendo uma grave crise econômica perderá toda sua perspectiva energética.

Antes de conceder o aparte o deputado Angelo, quero dizer que estão cometendo um absurdo de grande dimensão. Os Estados Unidos, o grande arauto da privatização, têm todas hidrelétricas estatais. E o controle dos grandes mananciais é feito pelo exército dos Estados Unidos. Isso não vale para nós.

Um aparte a V.Ex^a, deputado Angelo, depois o deputado Zé Neto, depois a deputada Maria del Carmen.

O Sr. Angelo Almeida:- Quero parabenizar a V.Ex^a pelo discurso, sobretudo é pedagógico para todos nós, não só para os deputados e deputadas do Estado da Bahia, mas para todos os telespectadores que nos assistem, neste momento, através da *TV Assembleia*, e fazer um alerta ao povo baiano, ao povo brasileiro a partir do que V.Ex^a narrou aqui neste momento.

A Vale do Rio Doce foi vendida pelo governo Fernando Henrique Cardoso por R\$ 3 bilhões. O milagre da multiplicação dos donos do mercado operou esse milagre e, 24 meses depois, a Vale já valia mais de R\$ 30 bilhões. Portanto, é, para nós, preocupante e assustador ver o que essa turma que não tem legitimidade nenhuma, colocar uma empresa como a Eletrobras numa privatização, sem debates e sem discussões.

Como dizem que não foi golpe, e nós sabemos que foi, o povo já sabe que foi –, alegam: “Ah, mas o vice-presidente estava na chapa”. Os que governam com ele hoje estavam do outro lado da trincheira, e são eles que estão perpetrando esse crime contra o patrimônio e contra o povo brasileiro. Muito obrigado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Com um aparte o deputado Zé Raimundo, e depois a deputada Maria del Carmen.

O Sr. Zé Raimundo:- Bem rapidamente, nobre deputado, colega e amigo Paulo Rangel. A partir da sua intervenção, um deputado qualificado, que conhece, vamos pautar isso aqui nesta Casa e trazer mais elementos para nós destrincharmos o grande

golpe que está se dando neste País e a destruição da infraestrutura construída a duras penas pelo povo brasileiro. Parabéns pela intervenção e pela lembrança. Vamos pautar esse tema nas sessões seguintes.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Paulo Rangel, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo discurso que faz aqui nesta tarde, neste debate acalorado que há aqui hoje. V.Ex^a traz, neste momento, um tema muito importante para a segurança nacional. É um absurdo que nós possamos abrir mão de um patrimônio como esse, construído pelo povo brasileiro. Portanto, como disse o deputado Zé Raimundo, eu acho que esse é um tema para grandes debates, ainda, nesta Casa. Isso se une à destruição que está feita com a Petrobras, então todo o sistema energético deste País está sofrendo um colapso neste momento.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Paulo Rangel, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso e pela reflexão, lembrando quantas vezes eu e o senhor viajamos por esta Bahia em plena escuridão. O Lula e a política do PT iluminaram a Bahia, mas o golpismo veio nessa hora para fazer a escuridão voltar. Portanto, vamos continuar lutando, e eu fico assustada, às vezes, com a bancada golpista do Congresso, que aprova tudo, e com o silêncio dos oposicionistas aqui na Casa. Obrigado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Com um aparte o deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu gostaria de parabenizá-lo com muita sinceridade. Vou dizer pouquíssimas palavras para liberar o seu tempo. Eu quero lhe dizer que em qualquer país sério do mundo não se pode abrir mão da energia, porque é a partir dela que você expande a capacidade produtiva de todo um país. Isso é estratégico. É negar aquilo que é vital para a construção de uma nação.

O Sr. PAULO RANGEL:- Eu quero aqui, deputado, e nós vamos ter mais tempo para discutir – desmascarar essa falácia. Nós sabemos que o principal fator para que os aumentos estruturais das tarifas tivessem acontecido foi a privatização da distribuição de energia. A privatização da geração e da transmissão vai levar a energia a ser mercadoria de luxo. Quero aqui chamar a atenção, inclusive, dos deputados do Submédio São Francisco, porque essa região será especificamente atingida.

O tempo hoje é curto, mas queria dizer para esta Casa que nós vamos voltar a debater este tema. E dizer que praticamente todos os deputados federais de Pernambuco, que não tem o parque gerador que nós temos na Bahia, já se posicionam contra a privatização da CHESF. Este é um debate, como falei, do mundo. Trata-se de um debate sobre energia limpa da Bahia e do Nordeste. Não é uma discussão qualquer que nós estamos trazendo aqui para esta Casa, neste momento. E não venham dizer que vão investir em revitalização do São Francisco, porque nós sabemos que não vão. E revitalização, deputado Zé Raimundo, V.Ex^a sabe que é programa, não é projeto: é uma coisa continuada.

Então, queria, aqui, chamar todos aqueles que fazem a discussão sobre a revitalização do São Francisco, dos outros mananciais, todos aqueles que são afeitos a discutir o meio ambiente, todos aqueles que têm uma preocupação com as futuras gerações a se inserirem neste grande debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ordem do Dia. Há sobre a Mesa matéria, em regime ordinário, em discussão única e votação: Projeto de Lei 22.292/2017, procedente do Poder Executivo. O deputado Pablo pediu vista do parecer, retorna à Casa.

Falta a votação do parecer das Comissões conjuntas de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Em votação o parecer do relator, **deputado Zé Raimundo, proferido na Sessão Ordinária do dia 22/08/2017.**

O Sr. Zé Neto:- Verificação de quórum, Sr. Presidente, para que possamos chamar todos os Srs. Deputados para que possam comparecer ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Zerem o tempo regimental aplicado para votação, precisa-se de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- São 15 minutos, deputado Zé Neto, para quórum de parecer. Marquem 15 minutos, por favor, no painel.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há uma verificação de quórum de votação no âmbito das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Vamos ao painel. Por favor, 15 minutos.

Verificação de Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Presentes, cinco. Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Verificação de Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal no âmbito da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum.

Verificação de Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Eu quero até consultar o ex-presidente, que é mais experiente do que eu. O deputado Rosemberg Pinto é suplente. Posso computar como suplente também a deputada Mirela Macedo? Eu gostaria que o deputado Marcelo Nilo me desse uma orientação.

O Sr. Marcelo Nilo:- Mirela é titular?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A Mirela é titular.

(Deputado Marcelo Nilo fala fora do microfone)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O.k. Então, com a deputado Mirela, cinco.

Obrigado, deputado.

Verificação de Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum.

Em votação no âmbito das Comissões. Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado, com os votos contrários da Oposição.

(Manifestação de Srs. Deputados no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então, vamos fazer a votação nominal. Como vota o deputado Prisco?

Pronto, não está satisfeito, então vai ser assim agora: como vota o deputado Prisco? Como vota o deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches:- Contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Como vota o deputado Prisco?

Sr. Soldado Prisco:- Contrário.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, conta os votos da Oposição só.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O.k.

O Sr. Alex Lima:- Presidente, presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não pode questão de ordem em votação.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem em votação não pode. Estamos em votação.

Adolfo Viana:- Questão de ordem em votação não pode, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já votou, já votou.

Para discutir, o primeiro orador, deputado Heber Santana.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não tem questão de ordem. Para discutir, o deputado Heber Santana. Permutou?

Para discutir, o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem indeferida. Para discutir, o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 20 minutos, no lugar de Heber Santana.

O Sr. Alan Sanches:- Ele não estava presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Estava presente, sim. Estamos em regime de votação, não pode ter mais questão de ordem. Há um orador na tribuna. Deixe o orador terminar o discurso dele que eu concedo a questão de ordem. É só para regulamentar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, deputado Adolfo Viana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, eu começo o meu pronunciamento cedendo um aparte ao deputado Alan Sanches.

Deputado Alan, eu lhe dou um aparte. V.Ex^a está com a palavra.

O Sr. Alan Sanches:- Era só para esclarecer à nobre deputada Fátima, que se arvora em defender o governo. Ela só precisa lembrar o seguinte: quem fez a solicitação da verificação de quórum no âmbito das Comissões fui eu. Se eu saísse, cairia a questão da verificação. Eu não poderia sair, então, eu estava presente, isso é natural, mas a senhora tem que prestar mais atenção aos trabalhos da Casa, em vez de se arvorar logo nisso.

O que quero dizer é que eu não preciso dar a presença porque eu solicitei a verificação. Se eu não estivesse aqui, cairia a minha questão de ordem. Acho que agora está entendido.

Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo as palavras do deputado Alan Sanches. Mas, deputado Alan, V.Ex^a fala da deputada Fátima. Eu gostaria de pedir que V.Ex^a falasse muito bem dela, afinal eu tenho por ela um carinho muito especial. Ela, que foi companheira do PSDB, uma grande parlamentar, foi uma grande deputada, defendia o PSDB da Bahia, hoje está no Partido dos Trabalhadores, mas continua sendo uma grande parlamentar e merece o respeito de todos.

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Está num grande partido, é uma bancada muito...

A Sr^a Fátima Nunes:- Está de gravata vermelha...

O Sr. ADOLFO VIANA:- Estou com uma gravata vermelha, deputada. O Partido dos Trabalhadores tem que parar com essa mania. Querem se apropriar agora da cor vermelha! Não pode, deputada, é demais.

Sr. Deputado Sandro Régis, presidente desta sessão importante, eu queria aproveitar, Sr. Presidente, estes 20 minutos, que é um tempo bastante extenso, para dividir o meu pronunciamento com alguns...

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a já está inscrito, deputado Alan.

(...) Eu vou dividir estes 20 minutos concedendo um aparte ao deputado Heber também.

Estive mais cedo ocupando a tribuna, e a Bancada da Oposição foi muito mal interpretada pelo deputado Zé Neto, que achou que nós estávamos a politizar o assunto da tragédia que aconteceu na semana passada na Baía de Todos-os-Santos. Na verdade, o deputado Zé Neto teve dois momentos, hoje, nesta Casa: um, de lucidez, quando ele pedia que nós procurássemos, através da tecnologia, fazer com que essas travessias se tornassem mais seguras; em outro momento, ele disse que o deputado Hildécio estava sendo muito infeliz ao trazer a esta tribuna e à Comissão de Infraestrutura a discussão sobre o assunto.

Eu acho, deputado Zé Neto, que esse é um assunto triste, é verdade, e ninguém quer estar aqui o utilizando para fazer política, muito pelo contrário, mas acho que esse tipo de tragédia tem que ser motivo para nós, desta Casa Legislativa, fazermos o nosso dever de casa. Esta é a Casa que deve fiscalizar o Poder Executivo, V.Ex^a disse que a Agerba não tinha nenhum tipo de responsabilidade para com essas embarcações. Já as informações que a nossa assessoria passa são diferentes. São eles que liberam as embarcações para fazerem as travessias. O deputado Bira está dizendo que a Agerba não tem nenhuma participação. O contrato é por licitação. Se faz o contrato por licitação, dentro da licitação deve haver as especificações sobre como proceder. Portanto, eu acho que nós devemos, sim, estar na Comissão de Infraestrutura, até para que possamos entender o tamanho e a gravidade do problema, buscando segurança para quem trafega nessas embarcações.

Ouçó, com prazer, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Adolfo, hoje, inclusive, na reunião da Oposição, nós estávamos querendo ajudar para que tragédias como essa que se abateu sobre nosso Estado não voltem a acontecer. Elas aconteceram, justamente, pela falta de fiscalização. Não tem o menor cabimento. Inclusive, alguns vídeos que apareceram depois da tragédia mostraram outras situações, o barco inundado, ou seja, o nível da água dentro da embarcação já estava em 20 centímetros. Não houve uma tragédia anterior porque Deus não quis, não permitiu.

O que a Oposição traz com muita clareza e tranquilidade – não para utilizar isto aqui como palanque, absolutamente, só têm homens e mulheres valorosos nesta Casa – é que essa situação degradada, triste, desastrosa, que aconteceu com várias famílias baianas, que acabou realmente com várias famílias, não volte a acontecer. Se tivesse algum tipo, mínimo que fosse, de fiscalização... Aqueles coletes, mesmo após o barco virado, pôde-se constatar, estavam amarrados, presos, e as pessoas não tiveram a menor condição de retirá-los.

Deputado Adolfo, trazendo para exemplificar, eu, algumas vezes, digo o seguinte, a pessoa escreve, faz uma escrita de algumas palavras, e eu digo: “Não, mas aqui não está escrito Bira, está Birô.” Aí, dizem: “Não, é Bira!” Eu digo: “Não é. É Birô”. Dessa mesma forma, qualquer pessoa que faça aquela leitura tem que ter a clareza de que é Bira. Não é Birô, Birê, Biru, é Bira.

Da mesma forma que eles colocaram ali os coletes dizendo “não, é muito fácil, é só puxar o laço”, tem que ser fácil para qualquer pessoa. Para desatar um nó daquele... diversas pessoas, no momento de sofrimento, de angústia, não conseguiram. Por isso, muitas delas foram a óbito.

Então, o que a Oposição traz com muita tranquilidade e clareza nesta noite – já entramos pela noite – é que é preciso, sim, que um fato triste como esse seja apurado para que nunca mais, nunca mais na história da Bahia, e que sirva de exemplo para o Brasil, volte a acontecer.

Muito obrigado.

O Sr. Heber Santana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Concedo agora um aparte ao deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Deputado Adolfo, V.Ex^a é muito feliz e pertinente nas colocações que vem fazendo acerca de um tema tão importante, tão complexo, que exige tanto cuidado de todos nós.

Eu me recordo aqui, deputado Adolfo, de um acidente que aconteceu há alguns anos na chamada *Boate Kiss*, um acidente que infelizmente, devido às circunstâncias de funcionamento de boa parte desses espaços, também era uma tragédia anunciada. Em muitos locais onde ocorrem esse tipo de festa já poderia ter tido esse tipo de problema. Infelizmente, naquela noite, naquela madrugada, aconteceu, e dezenas, senão centenas, de jovens acabaram perdendo suas vidas.

O fato é que depois daquele acidente da *Boate Kiss*, muito se aperfeiçoou no que diz respeito à legislação para ambientes de grandes públicos, com exigência, inclusive, de planos de segurança e de funcionamento, de saídas de emergência, enfim, foram adotadas medidas legais que tornaram possíveis tornar esses ambientes mais seguros do que eram antes do acidente.

O momento que nós estamos vivendo em relação ao naufrágio que aconteceu em Mar Grande é, infelizmente, semelhante. Repito, a faixa que foi colocada lá pelos moradores da Ilha, dizendo que iriam transformar o luto em luta, deve dar a tônica das nossas ações, das nossas falas, do nosso comportamento nesta Casa. Temos que procurar soluções, claro, através da cobrança dos responsáveis e da correção dos erros cometidos, para que não venham a acontecer novamente e tenhamos a infelicidade de, ao amanhecer o dia, as primeiras notícias serem de que vidas foram ceifadas em uma tragédia.

Portanto, essa é a nossa responsabilidade, deputado Adolfo. V.Ex^a, repito, foi muito feliz nessa colocação. Acredito e quero mais uma vez parabenizar a Bancada da Oposição, que, de maneira muito pertinente, muito equilibrada, vem tratando do tema sem procurar dar uma conotação política, como alguns aqui querem dizer. Mas a nossa voz não será calada, temos a legitimidade do povo baiano, que nos colocou aqui para justamente cumprir o papel de fiscalizar o Executivo, de questionar as ações, de propor melhorias, de trabalhar em favor da melhoria da qualidade de vida da população baiana.

E observem que, nesse sentido, sim, vale a pena uma reflexão, deputado Adolfo, sobre o que é esse governo. Nós ficamos aqui falando de coisas básicas. Infelizmente esse governo não apresenta capacidade para que a gente discuta avanços, desenvolvimento. Nós discutimos as questões mais básicas aqui porque o governo se acomoda em ser medíocre, em cumprir malmente as suas obrigações. E as cumprindo, procura fazer todo estardalhaço de propaganda e publicidade, como se cumprir apenas as suas obrigações fosse algo que merecesse o aplauso do público baiano.

Portanto, fica aqui a nossa reflexão e o nosso desejo de que esse debate possa ser qualificado. O deputado Hildécio também foi muito feliz na proposição desta audiência pública para que, através de discussões equilibradas, possamos encontrar rumo e, infelizmente num momento de dor e sofrimento, possamos ter realmente um sistema funcionando muito melhor.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço a participação de V.Ex^a, incorporo o aparte. E é justamente seguindo sua linha de raciocínio que eu avanço no meu pronunciamento.

O que nós queremos é justamente encontrar soluções para que isso não volte a acontecer, mas existe, por parte do governo, um pânico em tocar no assunto, como se eles tivessem negligenciado. Em momento nenhum afirmamos isso aqui, muito pelo contrário, o que queremos é entender de que maneira pudemos evoluir no serviço para que outras vidas não sejam perdidas por conta de acidentes como esse que aconteceu na semana passada.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Mas eu vejo aqui o nobre deputado Paulo Rangel pedindo um aparte, e eu dou com o maior prazer.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Adolfo Viana, agradeço desde já o aparte concedido.

Sem adentrar no mérito da responsabilidade de ninguém, eu acho que V.Ex^a traz uma questão que outros também já trouxeram, de muita importância. Infelizmente eu diria que essa questão já é, inclusive, cultural em outros estados do País, em outras cidades... Aqui, na Bahia, por ter um transporte fluvial, eu diria, cuja população em número significativo faz uso, a Agência Reguladora, há tempos, bem antes desse governo, deveria ter um papel de fiscalização, eu diria, mais precioso. Até porque, como colocou, aqui, o deputado Alan, nós entramos num avião que está menos propício a cair no mar, e as pessoas são orientadas sobre como usar os coletes.

Eu também faço uso daquele transporte às vezes e vejo que mesmo eu, que nado desde criança, sou ribeirinho do São Francisco, teria muita dificuldade de me salvar num naufrágio como esse, até porque a dificuldade de se chegar aos equipamentos de salvamento é muito grande.

Quero, inclusive, dizer que nos países desenvolvidos, ninguém adentra uma embarcação sem que, anteriormente, já coloque os coletes salva-vidas. Era isso que deveria estar sendo feito aqui e em outros estados.

Eu lembro que na travessia Niterói – Rio de Janeiro, anteriormente, antes da ponte, esse cuidado existia, algo que não acontece aqui.

E eu fico, também, abismado quando se fala na capacidade das embarcações. Pode ser capacidade para não afundar, mas em caso de um acidente... Eu acho, até, que essa tragédia poderia ter tido uma dimensão maior.

Então, sem adentrar no mérito de sobre quem é a responsabilidade, eu quero dizer que o discurso de V.Ex^a vem em boa hora.

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu quero incorporar o aparte de V.Ex^a e parabenizá-lo. Até que enfim, alguém membro da Bancada governista compreende que o que estamos fazendo aqui não é politicagem, muito pelo contrário.

Deputado Hildécio, V.Ex^a, como presidente da Comissão de Infraestrutura, acaba de ouvir um pronunciamento do deputado Paulo Rangel muito feliz, muito lúcido.

E é isso que nós devemos fazer nesta Casa, encontrar alternativas para poder melhorar os serviços dos barcos, das embarcações que fazem a travessia Salvador – Itaparica.

Percebam, V.Ex^{as}, que ao entrarmos num avião a comissária de bordo dá todas as orientações para o caso de acontecer um acidente. Quem faz um cruzeiro de navio, no primeiro dia, ao entrar no navio, recebe todas as orientações para o caso de a embarcação afundar, caso haja qualquer situação que fuja do controle.

Talvez seja esse o primeiro passo que devemos adotar: pedir que o Estado interceda junto a essas empresas e as oriente a tomar essa precaução antes das viagens.

Então parabéns ao deputado Paulo Rangel! Aqui ninguém está querendo acusar o governador, ninguém está querendo acusar a Agerba. Nós estamos, simplesmente, cumprindo o nosso papel de encontrar alternativas seguras para que a população possa viajar principalmente agora. As pessoas continuam precisando fazer as viagens, mas, neste momento, estão com medo.

O Sr. Bira Corôa:- Um aparte, V.Ex^a.

Eu, infelizmente, deputado Bira, não vou poder dar um aparte a V.Ex^a porque o deputado Hildécio já estava inscrito, e não terei tempo para dois apartes.

Concedo o aparte ao deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Adolfo, acho que o deputado Paulo Rangel entendeu perfeitamente qual é o nosso objetivo. Eu, que sou usuário eventual daquele sistema, percebo a precariedade das embarcações. E o governo do Estado pode exigir das empresas concessionárias embarcações mais modernas e mais seguras.

É essa a nossa intenção! Nós não estamos, como bem falou aqui V.Ex^a mais cedo, apontando o dedo para ninguém. Nós queremos contribuir e exercer o nosso papel de fiscalizadores.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Hildécio, eu incorporo o aparte de V.Ex^a e, com o pronunciamento do deputado Paulo Rangel, acho que, agora, a partir da palavra dele, a Bancada governista vai entender que nós não estamos aqui para incendiar nem fazer politicagem, como eu disse há pouco...

A Sr^a Dr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) O que nós precisamos é dar uma resposta à sociedade, precisamos de uma intervenção para ontem porque outros acidentes como esse podem acontecer. Tem relatos de pessoas que tentaram buscar os coletes e estavam amarrados. Quer dizer, são esses detalhes que vão salvar vidas.

Ouvirei o deputado Bira, é pouco o tempo, mas o ouvirei com satisfação.

O Sr. Bira Corôa:- É muito rápido, deputado. Obrigado pela concessão do aparte. É para complementar.

Concordo plenamente que a orientação deve ser dada em todo o sistema de transporte. Inclusive há um projeto nosso tramitando nesta Casa, desde 2007, que cria a obrigatoriedade para que, em todo o sistema de transporte intermunicipal, o passageiro seja orientado na sua chegada, seja o transporte rodoviário, aéreo, náutico, marítimo ou o fluvial, exatamente com esse objetivo, que é o de dar o esclarecimento, preparar a população.

E acho que tanto o seu discurso quanto a complementação dos deputados Paulo Rangel e Hildécio somam para a gente trabalhar, para que não aconteçam catástrofes como essas, para que situações como essa não peguem a população de surpresa.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo o aparte do deputado Bira e quero dizer que nós devemos fazer aqui esse exercício, antes de entrarmos na disputa política – cada um tem o seu lado, nós fazemos oposição ao governo, vocês são da Base do Governo –, nós devemos ver que serviço podemos prestar à sociedade. E debater de que maneira nós podemos contribuir para que o transporte marítimo na nossa cidade, no nosso Estado possa se tornar mais seguro.

Com a tolerância do Sr. Presidente, concedo um aparte à deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Dr^a Fabíola Mansur:- Deputado Adolfo Viana, obrigado pelo aparte. Quero incorporar a preocupação, que é de todos nós, deputados da Oposição e da Base do Governo, com a busca de um maior rigor na fiscalização, com a busca de uma sinergia de ações, seja para aumentar o rigor, seja até para criar uma lista de passageiros, seja para fazer o uso dos coletes algo obrigatório. Isso, em várias cidades do mundo, nos transportes marítimos ou hidroviários, é obrigatório.

Eu acho que a dor dessas famílias não está escrita nas nossas falas nem pode ser percebida. A solidariedade já foi posta, então eu quero me associar. Como presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, quero dizer que envidamos esforços, inclusive, em debates com o povo de Mar Grande, com Eduardo Pessoa. Eu acho que a gente tem que se unir mesmo para conseguir um serviço melhor. Nesse sentido, estamos irmanados.

Não vejo problema algum de fazermos esse debate, de fazermos audiências. Só é ruim a politização da dor, e é isso que está sendo questionado. Eu sei que V.Ex^a não deseja isso, mas, sim, a mesma coisa que tanto nós quanto os deputados da Base do Governo desejam, que é apurar, periciar, ver os resultados dessa perícia e melhorar o serviço que é prestado à nossa população. Essa, sim, é a nossa preocupação enquanto deputados baianos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a, deputada Fabíola, e finalizo, já para concluir, dizendo o seguinte: esse é um assunto muito delicado, ninguém está aqui querendo politizar o assunto. Agora, naturalmente, quando a Oposição levanta o tema, a Base do Governo fica preocupada e acaba contratando, achando que nós estamos querendo levar isso para um cenário político. Nós não iríamos fazer isso jamais. Agora, existe, sim, uma grande possibilidade de construirmos juntos, aqui, algo que vai beneficiar diretamente a sociedade que usa o transporte marítimo, e nós não podemos perder essa oportunidade.

É por isso que volto a parabenizar o deputado Hildécio, como presidente da Comissão de Infraestrutura, pela iniciativa que tomou e que teve. Ele foi recriminado aqui pelo Líder do Governo, deputado Zé Neto. Eu espero que o deputado Zé Neto se aconselhe mais com o deputado Paulo Rangel, com o deputado Bira, com a deputada Fabíola e possa reconhecer que a atitude do presidente da Comissão de Infraestrutura foi uma atitude positiva.

Parabéns, Hildécio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o nobre deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria iniciar meu pronunciamento concordando aqui com o deputado Adolfo, com as suas colocações, com as colocações do deputado Paulo Rangel sobre essa tragédia que ocorreu aqui, na travessia Mar Grande – Salvador, e sobretudo acerca da necessidade de fazermos aqui nosso papel, fiscalizar e evitar que novos acidentes como esse possam acontecer.

Ali sentado, ouvindo o pronunciamento de Adolfo e de outros deputados que aqui falaram, eu pensava nos locais que têm um sistema de transporte parecido com esse. E me lembrei que de Valença para Salvador existe um transporte que liga aquela localidade à nossa capital. Em vários pontos do nosso Estado existem balsas que precisam efetivamente ser fiscalizadas em vários rios espalhados por vários recantos, que transportam carros, que transportam pessoas, que transportam caminhões. E todos nós que percorremos essa Bahia de ponta a ponta sabemos que infelizmente não observamos fiscalização em vários pontos e rios em que esse transporte é feito por balsa, por lanchas. Uma tragédia, um acidente terrível como esse tem que, efetivamente, servir para que nós redobremos a fiscalização em relação ao transporte marítimo. O que queremos aqui é que acidentes como esse, deputado Adolfo, deputado Heber, não aconteçam novamente.

Imaginando aqui, ouvi com muita atenção o deputado Hildécio falando, e em nenhum momento eu o vi, ele que é sempre muito moderado, muito ético em suas colocações... eu não vi de forma alguma ele politizar. O que ele levantou, da mesma forma que Adolfo fez e que eu estou fazendo aqui, é que temos que aprender a lição. Nós observamos que o transporte que está aí não é de boa qualidade, não atende aos requisitos de segurança que observamos em outros estados, em outros países. Temos que aproveitar esse acidente para, efetivamente, fazer o nosso papel aqui quando as autoridades disserem: “Nós não temos condições de fiscalizar, nós não temos pessoal pra isso, nós não temos equipamento”.

Para nós que, nesta Casa, construímos o orçamento do Estado, essa é uma questão para qual deveremos estar muito atentos, o governo do Estado tem que colocar recursos para ajudar a fiscalização desse meio de transporte marítimo e dos rios também. São meios que efetivamente existem em vários pontos do nosso Estado, e eu acho que é quase unanimidade aqui a concordância de que a situação requer uma fiscalização muito maior nesses transportes que atuam no nosso Estado.

Então eu vejo que esse debate tem que ser feito com ponderação, sem politizar...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Darei o aparte a V.Ex^a.

(...) Nunca se deve politizar um assunto como esse, mas a discussão é salutar, é importante para nós evitarmos outras tragédias que, eu sei, deputada Luiza Maia, nem eu nem a senhora desejamos que aconteça de novo.

Como disse antes, não tem deputado aqui, até pela sua atuação política, que conheça mais a realidade da população que usa aquele tipo de transporte, lancha, barco, catamarã, *FerryBoat*, do que o deputado Hildécio. É um homem que tem toda sua militância naquela região, que conhece profundamente não somente como político, mas desde sua infância. Desde o início da sua atuação política, o deputado Hildécio acompanha, ouve as reclamações daquela gente. E não é só a questão da segurança, deputado Hildécio, estamos falando muito da segurança, mas existe a questão do conforto para a população, um bom transporte que traga segurança, mas traga o conforto, que tenha um preço que a população possa pagar.

Todas essas questões são importantes, estão sendo levantadas aqui. Tenho certeza que o governo do Estado está atento a essa situação, o Ministério Público está investigando, a Justiça como um todo. E tenho certeza de que quando vier um diagnóstico correto, que deve chegar dentro de 60, 90 dias, vamos ter ainda mais instrumentos para discutir essa questão nesta Casa.

Com o aparte o deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Fábio, quero parabenizar V.Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento, pelo seu equilíbrio. Acho que temos que ressaltar um fato muito importante, a responsabilidade pelos investimentos, já que V.Ex^a falou em Orçamento do Estado, mas a responsabilidade pelos investimentos nos equipamentos, no caso específico das embarcações, é de obrigação dos empresários que receberam

do Estado as linhas em concessão. Talvez essa seja uma via importante para a gente cobrar da Agerba, que ela cobre desses empresários o investimento nas embarcações.

Essa embarcação que se acidentou tem mais de 40 anos, é embarcação de madeira, não sei se, de fato, ainda é adequada para esse tipo de transporte. Há cerca de 20 anos ela transportava metade dos passageiros que transporta hoje. Tem uma série de nuances que nesse tipo de atividade tem que ser observada para a segurança dos usuários.

E eu quero chamar a atenção para o fato de que o problema do transporte hidroviário e marítimo na Bahia não se resumem somente à travessia Mar Grande – Salvador. Temos problemas no *Ferry Boat*, temos problemas em outras áreas do Estado, na área de Cairu, Valença, na Baía de Camamu, no litoral do Extremo-Sul também. Recordo-me que em janeiro passado um diretor do Banco do Brasil faleceu, vítima de acidente com uma lancha rápida na Bacia de Camamu.

Portanto, queremos invocar aqui não só a Agerba, mas também a Capitania dos Portos. É preciso que cobremos dessas instituições, desses organismos uma atuação mais efetiva, é extremamente necessário. Eu, como litorâneo que sou, beiradeiro que sou, de fato, convivo um pouco com isso. Aqui tem alguns colegas deputados que, inclusive, conhecem aquela região lá, conhecem a travessia Mar Grande – Salvador, que é extremamente necessária.

Quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento lúcido e reiterar o nosso compromisso de também manter a lucidez nessa discussão porque, repito aqui, ninguém quer apontar o dedo antecipadamente para ninguém, queremos contribuir e exercer o nosso papel.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu vou lhe conceder o aparte daqui a pouco, deputado Bira Corôa, mas, com certeza, deputado Hildécio Meireles, acho que o nosso objetivo é levantar essa questão para gente melhorar todo o sistema marítimo aqui do nosso Estado. Estava me lembrando aqui das balsas que existem no rio São Francisco; das balsas que existem no rio Pardo; no sistema de navegação de transporte de Morro de São Paulo para Salvador, de Valença para Morro de São Paulo.

Então é uma rede de navegação, de transporte pelo rio e pelo mar, que efetivamente tem que ser fiscalizada. Essa tragédia demonstrou isso, que nós temos que melhorar a nossa fiscalização. Tenho certeza que o governo já está se mexendo para que isso aconteça, e se a Agerba não tem essa condição, se a Capitania não tem essa condição, temos que nos juntar – nós que podemos mexer no Orçamento do Estado para que isso aconteça, os deputados federais que podem colocar recursos para a Capitania ter mais equipamentos e pessoas para a fiscalização –, nós todos aqui temos que nos unir para que efetivamente esse serviço possa ser melhorado.

Outra questão importante que eu gostaria de tratar aqui nesse longo tempo, o qual eu gostaria de usar com propriedade, usá-lo bem, é que hoje tivemos uma reunião importante na Comissão de Agricultura, da qual o deputado Eduardo Salles é o presidente e eu sou o vice, sou também presidente da Comissão de Meio Ambiente. Nós convidamos para um debate representantes do Banco do Brasil, do Banco do

Nordeste, Caixa Econômica e Desenhahia, e foi, deputado Pablo, uma discussão extremamente importante e muito esclarecedora para a agricultura.

V.Ex^a, que é um deputado lutador pela região Oeste, pela agricultura e pelo agronegócio, nós tivemos o esclarecimento do Banco do Nordeste, por exemplo, de que pequenos agricultores que pegaram emprestado até R\$ 15 mil vão ter um desconto, um abate de até 95%. Isso é uma grande vitória. Eu diria, todos nós conhecemos o Pronaf, um programa de apoio aos pequenos produtores, que esses produtores terão um desconto de até 90%. Então isso vai ser muito importante. Há uma gama muito grande de pequenos proprietários, deputado Antônio, que estão inadimplentes com o Banco do Nordeste. Eles vão ter agora a plena condição de regularizarem os seus débitos, limparem seus nomes, o que é importante, e retornarem aos bancos, sobretudo ao Banco do Nordeste, para pegarem novos financiamentos e, efetivamente, melhorarem as suas lavouras.

Da mesma forma, vai haver esse desconto, de uma forma menor, para médios produtores e até para os grandes que pegaram os recursos naquele banco. Então eu acho que hoje foi um dia de muita alegria. O Banco do Nordeste trouxe essa resolução que, efetivamente, vai melhorar a vida, vai dar condições aos pequenos produtores de, novamente, terem acesso aos financiamentos do Banco do Nordeste. Em relação ao Banco do Brasil – não é deputado Antônio? –, a realidade não foi a mesma. Nós esperávamos... a situação ainda está nebulosa, não está muito clara ainda, existem alguns questionamentos, o Banco e o governo federal têm que se entender com relação ao endividamento. Sobre o PESA, por exemplo, que é um programa que trata do endividamento dos produtores, o Banco do Brasil colocou que só vai ter uma posição efetiva a partir do mês de setembro.

Mas eu acho que foi importante, também, para nós cobrarmos aos nossos deputados federais para que efetivamente esclareçam essa situação com o Banco do Brasil. E que esses benefícios do Banco do Nordeste, da mesma forma como chegaram, de forma expressiva, também cheguem com relação ao Banco do Brasil. Foi uma reunião muito importante, se avançou muito nessa questão do endividamento, sobretudo para os pequenos e médios produtores no Banco do Nordeste.

Eu acho que vai ser muito importante fazermos reuniões como essas no interior do Estado. Convocar os pequenos e médios produtores, para que eles saibam que têm agora essa nova condição de regularização das suas dívidas, dos seus débitos e que vão poder, novamente, acessar os bancos para pegar novos recursos para financiar as suas lavouras. Ficamos muito felizes com essa reunião que foi muito importante para a agricultura do nosso Estado.

O Sr. Soldado Prisco:- Um aparte deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu vou aproveitar também para falar sobre algumas questões sobre o Rio São Francisco.

Mas antes disso passo a palavra ao nobre deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Deputado, suas palavras em relação...

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Perdão, Prisco! Perdoe-me, deputado Bira me pediu antes, eu quero ser justo.

Prisco cedeu. Desculpe-me, viu, Bira.

O Sr. Bira Corôa:- Tranquilo, que é isso, Fábio? Eu agradeço pelo aparte, nobre deputado. Primeiro, parabenizo pelo discurso da tarde de hoje, pelo equilíbrio da sua postura e da sua condução parlamentar, que lhe são peculiares, mas quero retomar rapidamente a questão da tragédia. Dizer que nós estamos indo no caminho correto nesta Casa, de buscar o entendimento, de aproveitar esta situação, este cenário, para apresentar uma discussão mais profunda no que tange a soluções que vão evitar situações como esta quando se fala no sistema de transporte, não só marítimo, não só aquaviário, como a gente tem discutido, mas também a questão da pesca.

Só neste ano, deputado Fábio, nós já tivemos cinco acidentes com vítimas com barco de pesca no litoral da Bahia, que também passa pelo processo de regulamentação, regularização e acompanhamento. A mesma coisa se deu no ano passado, praticamente no verão, que findou no início deste ano, nós tivemos 23 acidentes com *jet skis*. Também passa por este processo.

Então é importante que a gente passe a discutir o modal como um todo, o sistema de transporte e todo o sistema de prevenção para garantir uma melhor segurança aos usuários.

Por fim, quero parabenizá-lo pela sessão de hoje pela manhã, eu não pude acompanhá-la, estava em outra comissão, mas tive contato com quem participou da comissão. Foi importantíssimo, como V.Ex^a mesmo colocou, tanto no grau de esclarecimento como de informação, permitindo que o pequeno e médio agricultor possa recuperar a sua linha de produção, seu crédito, acima de tudo, e garantir, num momento de crise como esse, emprego, renda e a produção do campo para assegurar o alimento, evitando uma crise maior, que é a escassez de alimentos, que gera todo um contexto de transtorno socioeconômico.

Então eu quero lhe parabenizar, exatamente pela abordagem de hoje, e a todos que o ajudaram a construir a sessão da comissão pela manhã.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu agradeço, deputado Bira Corôa, incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

Eu queria aqui, muito rapidamente, falar sobre o rio São Francisco – infelizmente o tempo passou, passou até rápido demais –, o rio São Francisco, meus amigos, está morrendo, essa transposição à qual eu sempre me coloquei de forma contrária está sendo realizada e, daqui a 10, 12, 5 anos, poderá ser uma obra, um grande elefante branco que não vai transpor água, efetivamente, a lugar algum. A grande preocupação nossa, em torno da qual nós temos que nos unir aqui, é em relação à revitalização do São Francisco, revitalização em que o governo Lula falhou; em que a ex-presidente Dilma falhou; e em que o presidente Michel Temer falha também ao não assumir esse compromisso de mandar recursos para a Bahia, para a revitalização.

O grande compromisso do governo federal com a Bahia era: fazer a transposição, mas, sobretudo, mandar recursos para revitalizar, para trazer

saneamento, para trazer água às populações ribeirinhas que moram muito próximas ao rio São Francisco e muitas vezes não tem saneamento nem água.

Então essa luta do São Francisco, mais uma vez eu digo, é uma luta nossa, nós temos que ser muito duros com o governo federal. Essa transposição não pode continuar se a revitalização não for o carro-chefe desse projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Pablo Barroso:- Sr. Presidente, gostaria de pedir uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- É para a continuidade da presente sessão a sua questão de ordem, não é isso?

Eu queria que V.Ex^a desse os 15 minutos regulamentares, pedisse pra tirar aí a presença, zerar o painel, e convidar todos os deputados da Base do Governo, principalmente, para se fazerem presentes aqui no Plenário, já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a também será atendido.

Solicito que seja zerado o painel, e convidamos todas as Sr^{as} e Srs. Deputados que se encontram na sala do cafezinho, nos seus gabinetes, nos corredores ou quaisquer outros lugares para que compareçam ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente, pode ser?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu ouvi o deputado Paulo Rangel falar nesse instante, assim como falaram vários deputados e o deputado Heber, sobre o monumento, sobre a *Bíblia* que foi colocada nesse painel, além das intervenções feitas pelo deputado Paulo Rangel e todos os deputados aqui, seja um defendendo de um lado, o outro defendendo de outro, mas é lamentável. Eu acho que a gente vai se expor bastante.

Primeiro, um equipamento com gravíssimos erros de português, um equipamento destoando desta relação aqui. Nada contrário ao fato de que a gente possa expor diversas opiniões, mas, deputado, falta vírgula, são frases que no meio são misturadas letras minúsculas com letras maiúsculas.

Eu sou uma pessoa da Igreja, sou igrejeiro, sou uma pessoa frequentadora de igreja, acostumada a ler a *Bíblia*.

Primeiro, um erro já no início, pois não existe o título “*Salmos 91*”, é Salmo 91. “Salmos” significa que são vários salmos, e foi o *Salmo 91* que quis se explicitar. Repito, são vários salmos, e um deles é o *Salmo 91*. É global, não é no plural... Não é,

não, não é... Olhe bem, eu sou leitor da *Bíblia* também. Ou seja, só estou querendo que se faça as correções, falta acentuação, são erros gravíssimos num equipamento. Isso aqui é uma Casa Legislativa que tem uma Comissão de Educação que pressupõe o debate sobre a educação para o Estado da Bahia. Quando no nosso recinto a gente coloca um painel com gravíssimos erros de português, expomos esta Casa ao ridículo.

Eu lamento isso, acho que temos que atentar para essas questões. Inclusive, quando cheguei e vi o tamanho desse equipamento, que naquele dia estava coberto por uma lona preta, falei para o presidente que ele poderia reduzir um pouco o tamanho disso, fazer uma exposição um tanto quanto menor.

Primeiro, é um equívoco muito grande você colocar algo de costas para... Se é para os deputados, então fica de costas para o Plenário. É um negócio, assim, totalmente contraditório a tudo aquilo que a gente, em tese, espera da apresentação de um determinado equipamento que várias pessoas entendem como importante, e que eu também entendo como importante.

Não sou materialista, só acho que temos de ter o cuidado de fazer as correções disso. Tenho dúvidas de que tenha de ficar aqui, mas, se tiver de ficar, terão de ser feitas as correções porque é a exposição desta Casa ao ridículo manter essa coisa como está aí! Ele pode atender, acho que já atendeu a vontade das pessoas, mas do ponto de vista... se quer realmente ser um painel... Uma coisa é uma obra de arte, que é o que está aqui ao lado, é uma obra de arte, não são palavras, são desenhos, vale tudo. Outra coisa são os escritos.

Então eu queria aproveitar este tempo para conclamar todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes no Plenário para que a gente possa dar presença. Há um pedido de verificação de quórum para que a gente possa dar continuidade à sessão e, logo depois, colocar em votação o projeto que está sendo debatido nesta Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, com a tranquilidade de quem não foi o autor da proposta da colocação desse painel e de quem, talvez, não o fizesse, ou seja, talvez essa não fosse uma das minhas metas, como disse anteriormente, reafirmo a importância, em todos os sentidos, que a cultura judaico-cristã tem para a formação do Ocidente, e aí inclui-se o Brasil, especialmente para o conceito de liberdade religiosa que nós vivemos aqui.

E é aí que venho mais uma vez falar aos queridos colegas sobre a colocação desse painel. Percebo que muito do que foi dito foi um pouco por preconceito e um pouco por ignorância. O deputado Rosemberg tem a minha admiração, já lhe disse isso de maneira explícita, porque sempre se porta de maneira muito equilibrada, mas se V.Ex^a não conhece a *Bíblia*, não sabe que o livro Salmos se refere a cânticos, por isso o nome "*Salmos*". E o nome que está ali é o nome do livro. Não adianta dizer que é no singular uma coisa que é no plural. "*Salmos 91*" é o nome do livro, e a gente sabe que nome próprio não se altera.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não só tem o *Salmo 91*, não.

O Sr. Heber Santana:- Não, claro que não.

Acredito que vai ser muito bom para esta Casa a reflexão que nós poderemos fazer através da Palavra, assim como também cabe um tanto quanto de ignorância, ou seja, falta de conhecimento, a referência às letras maiúsculas, já que todo mundo sabe, é aprendido também nas escolas, que a referência a Deus vem em maiúscula. Então toda vez que a palavra se refere a Deus, ela é colocada com letra maiúscula.

Portanto, para além disso, cabe também um pouco do tom pejorativo? Ora, isso aqui é arte para quem gosta. Se é possível julgar que aqui não é arte para quem não gosta, aqui também é possível julgar que só é arte para quem gosta. Eu não gosto do que está ali, nunca gostei. Entretanto, nunca entrei neste Plenário pedindo para retirar isso, que atenta contra mim, inclusive, como cidadão, antes de ser deputado, atenta contra mim, contra aquilo em que acredito.

Entretanto, no momento em que foi colocado com a anuência dos Srs. Deputados que aqui estavam, eu entendo que passou a ter a legitimidade. De quem era a prerrogativa de colocar? Se era a Mesa, como agora é, passou a ter legitimidade para isso. Da mesma forma que ocorre com esse painel aqui colocado, não entendo por que tanto burburinho.

Eu fico observando, Sr. Presidente, aqui foi falado, inclusive, sobre a referência de Israel, aqui também vejo um pouco de ignorância. O Deus de Israel é o Deus dos cristãos. A essência dos cristãos nasce do próprio Deus de Israel, do Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó. A referência é a mesma, mas por ignorância se contesta isso.

Agora, fico me perguntando se fosse colocado aqui alguma coisa do Islã. Será que seria justamente esse mesmo debate que nós estaríamos tendo aqui? Porque do ponto de vista...

O Sr. Paulo Rangel:- Mas, se tiver muçulmano daqui para a frente, tem que botar, tem que botar.

O Sr. Heber Santana:- Eu estou com a palavra, deputado, vamos respeitar.

O Sr. Paulo Rangel:- Desculpe a interrupção.

O Sr. Heber Santana:- (...) Do ponto de vista do conteúdo, a mensagem que a *Bíblia* prega é uma mensagem de paz. A *Bíblia* chega a dizer, como ensinamento de Cristo, que se alguém lhe bater de um lado da face, dê o outro; se mandar andar uma milha, ande duas, sempre propagando a paz. Não é o que está escrito na mensagem do Islã e não é o que tem acontecido como fruto especialmente das ações do Estado Islâmico. Entretanto me parece que essa revolta é muito concentrada, é muito específica contra cristãos, especialmente os cristãos evangélicos.

Portanto, Sr. Presidente, não cabe esse tipo de observação, de palavra pejorativa sobre a colocação desse painel, até porque, repito, encerrando o meu tempo, ele atesta aí, com certeza, a vontade de uma parcela significativa e importante da população de Salvador, da Bahia e do Brasil que seguramente, hoje, são mais de 40% só entre os cristãos evangélicos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Já temos a presença de 21 Srs. Deputados, portanto, número suficiente para a continuidade da presente sessão.

Com a palavra a nobre deputada Fátima Nunes. (Pausa) Na ausência dela, o nobre deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa noite, deputados e deputadas, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*.

Nós estamos nesta tarde fazendo uma obstrução clara ao projeto que o governador priorizou para votar, mas está também muito claro que não é desejo da maioria dos deputados votar esses projetos. Primeiro, porque não vemos aqui uma ordem de prioridade com o Estado da Bahia. Segundo, porque o governador tem faltado com a palavra com esta Casa e o presidente desta Casa, deputado Angelo Coronel, que inclusive assinou embaixo e deu sua própria palavra, a nós deputados, de que as emendas impositivas seriam cumpridas.

Emendas impositivas, deputado Alex, nada mais é do que um número de recursos que nós deputados – cada parlamentar individualmente, os 63 deputados – temos o direito de indicar para os nossos municípios, aqueles que representamos.

Olhe, se nós, os 63 deputados, estamos aqui nesta Casa – e nela estamos porque fomos votados, e os mais votados em toda a Bahia –, é porque nós representamos alguns municípios. Se os representamos, assim como a essas pessoas, aos baianos, temos direito a voz. Se a população da Bahia tem direito a voz, e direito a voz nesta Casa, ela precisa ser respeitada. Mas o governador do Estado não respeita a população baiana quando não cumpre as emendas impositivas, quando não paga os recursos que são colocados nos municípios, os benefícios que os deputados indicam. E por que os deputados indicam? É porque somos aqueles agentes políticos que convivemos no dia a dia e vivemos a vida dos municípios.

Se representamos esses municípios, indicamos essas emendas, e o governador não cumpre, claramente dá um calote na população da Bahia, não paga as emendas impositivas que são da nossa obrigação. E precisa, sai ano, entra ano, fazer o café da manhã, ao qual os deputados governistas, na sua maioria, são obrigados a ir. O governador finge que vai fazer, e os deputados fingem que acreditam, pra manter a boa relação. Mas nós sabemos que o governo do Estado não tem respeito nenhum por esta Casa. Se tivesse, iria fazer um gesto para esta Casa e pagar o mínimo, que seriam as emendas impositivas.

Ora, já temos muito pouco, nos valorizamos muito pouco, porque 1 milhão e 300 mil reais por ano a um deputado para indicar obras nos municípios é muito pouco. Não dá conta, deputado Alan, de tanta demanda, ainda mais para nós que somos Oposição. O governador, além de não cumprir, ainda persegue a Oposição. Além de faltar com a palavra, além de dar um calote, além de descumprir a lei, ainda faz uma perseguição política porque as emendas dos deputados da Oposição não chegam nem perto da proporcionalidade das que saem para os do Governo.

E aí eu pergunto, deputada Angela, lá em Ilhéus, deputado Antonio Henrique, em Barreiras, deputado Zó, lá em Juazeiro, deputado Zé Raimundo, em Conquista,

Joseildo, de Alagoinhas, Fabíola, aqui em Salvador, o que esse governo tem feito de representativo nesses municípios? Esse governo, além de faltar com o

respeito com V.Ex^{as}, nobres colegas, deputados aguerridos, que representam esses municípios,...

O Sr. Joseildo Ramos:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Concederei um aparte com todo o prazer, deputado Joseildo.

(...) Deputado Alan, deputado Luciano, Hildécio, Prisco, V.Ex^{as} que honrosamente fazem oposição aqui no Estado, não se entregam a esse governo, até porque, imagino, hoje deve ser muito difícil ser deputado estadual da Base do Governo do Estado porque como é que você vai chegar no município se você não tem nem sobre o que prestar conta à população.

Nós cobramos e vemos que não é executado nada. E, cá entre nós, chegar em um município para entregar uma ambulância, em 4 anos, é uma falta de respeito com essa população. Chegar em um município para entregar um ônibus escolar em 4 anos, deputado Heber, é uma falta de respeito com essa população. Fico a me perguntar que governo é esse.

Eu lembro da época do último governo, antes da era do PT, em que nós víamos, de cada vez, de 3 em 3 meses, serem entregues quatro, cinco tratores na zona rural de um município. E olhe que a maioria dos deputados nem iam lá entregar porque tinham obras representativas...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte.

O Sr. PABLO BARROZO:- Concederei o aparte, deputado Hildécio.

(...) Eu fico a ver os vereadores de Salvador. E aí, todos que aqui têm relação usem do testemunho dos vereadores de Salvador, que não precisam nem ir nos bairros pedir voto porque...

Sr^a Dr^a Fabíola Mansur:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Concederei, deputada.

(...) porque esses bairros todos têm obras do prefeito, obras relevantes. Se não são cinco, são seis, são sete, são dez obras efetivas nos bairros.

Daí me perguntam de onde vem essa popularidade de ACM Neto.

Aqueles que não conhecem o município de Salvador vêm dizer da obra do calçadão da Barra, da obra do calçadão do Rio Vermelho, mas não falam de Itapuã, da Ribeira, de Tubarão e de tantos e tantos outros benefícios que ele gostaria de entregar, e não entrega, infelizmente, devido à crise política.

Hoje eu vi, inclusive, um deputado colega aqui falar do investimento. E olhe que orgulho eu tenho de visitar os bairros de Salvador e ver todos os postos de saúde reformados, novos postos sendo entregues. A capital do Estado, Salvador, só tinha uma UPA, infelizmente o governo do Estado fechou três, só do ano passado para cá, o governador Rui Costa fechou três UPAs. O prefeito ACM Neto pegou a Prefeitura com uma UPA, inaugurou já oito, são nove UPAs entregues pela administração do prefeito ACM Neto. Os colégios estão reformados, e tem colégios inaugurados. Há construção de colégios, mas nós não vemos colégios novos no Estado, não; nós vemos colégios sucateados.

E aí eu pergunto: onde está essa administração do governador Rui Costa, onde está esse “Rui Correria”? Se viajar para 300 municípios, como foi lá na região Oeste, e reunir 20 prefeitos para passar sabão e dizer que vai fazer a BA-351 pela 18ª eleição... Porque eles fazem assim, passam de 2 em 2 anos, prometem a mesma coisa e vão enrolando. Antigamente, inclusive, inauguravam a placa fundamental, e nós ficávamos a ver navios.

Lá em Barreiras, por exemplo, tem a UPA do principal bairro, cuja propaganda foi feita em 2010. Está lá a placa, lançamento, propaganda do ex-governador Jaques Wagner no Estado todo desde 2010. Há um mês, o governador Rui foi lá prometer novamente essa UPA. E a UPA está lá, não sai do papel. Aliás, subiram alguns tijolos, gastaram uns R\$ 300 mil, dinheiro público, e está parada desde 2010. Agora ele vem prometer. Talvez ele até cumpra até 2017, porque é assim que eles fazem.

Mas, em 2018, quando houver uma nova eleição, não é para ele entregar UPA em Barreiras, é para cuidar da segurança pública, que está abandonada. E eu passaria a noite aqui a dizer o que falta na segurança pública no Oeste da Bahia. É para ele cuidar do Hospital do Oeste, que está lá sucateado, que desde 2006 não recebe um investimento novo. É para cuidar do aeroporto, que está lá atrapalhando o agronegócio e, conseqüentemente, todas as famílias que vivem do agronegócio e do que ele gera, inclusive no comércio.

Estaria ele, em 2018, com certeza, prometendo novos desafios. Mas não, tem que prometer um hospital de 2010 para se eleger em 2018. Essa é a forma do governo do PT de governar. E nós estamos aqui a cobrar, a nos abaixar para o governador por causa de 1 milhão e 300 mil reais. O deputado federal tem R\$ 12 ou 15 milhões, por ano, de emendas para entregar aos municípios. Nós aqui ficamos brigando por 1 milhão e 300 mil reais, enquanto nós poderíamos, inclusive, votar, seja o governo que for.

Volto a dizer: tenho fé e acredito muito na eleição do próximo governador. O povo está cansado dessa forma do PT de governar. Nós teremos um novo governador, com fé em Deus, em outubro de 2018. E estarei aqui, também com fé em Deus, para defender a mesma forma de procedimento desse Parlamento, porque se nós deputados não nos damos valor, não sabemos representar a população que nos dá esse voto de confiança para estarmos aqui, quem é que irá nos dar valor?

O Sr. Joseildo Ramos:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Quero conceder um aparte ao nobre colega, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Pablo Barrozo, quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento, típico pronunciamento de quem faz oposição no jogo democrático. E V.Exª, na sua fala, fez um desafio: o que é que os deputados dos diversos municípios têm a dizer sobre a afirmação de que o governador Rui Costa, “Rui Correria”, levou as obras que interferem positivamente no desenvolvimento desses municípios.

O caso de Alagoinhas: já saiu, agora, a ordem de serviço da BA-504, que liga um trecho de Aramari a Ouriçangas, uma obra da ordem de R\$ 16 ou 17 milhões.

Amanhã será aberta, por edital, no Diário Oficial, a parte final que liga Itanagra a Massarandupió, na Linha Verde, ligação da BR-116, passando por Alagoinhas e indo até a Linha Verde. É uma obra de R\$ 20 milhões, sem as duas pontes que estão projetadas.

Do ponto de vista da segurança pública, tem o Disep de Alagoinhas e a DEAM, as duas obras juntas dão R\$ 9,5 milhões. A Policlínica, com todo o equipamento dentro, será inaugurada daqui a alguns meses em Alagoinhas e vai dar um valor total de R\$ 24 milhões.

Eu quero falar tão somente nessas obras, não quero falar de outras tantas que existem lá, porque essas obras seriam suficientes para que a população se visse agradecida, como ficou o governador Rui Costa, pois toda vez que ele passa em Alagoinhas recebe o calor humano daquela população. Quero lhe passar essas informações, V.Ex^a pode checar. Qualquer dúvida, a gente conversará mais a respeito dessa situação.

O Sr. Hildécio Meireles: Um aparte, deputado.

A Sr^a Dr^a Fabíola Mansur:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Eu agradeço o aparte do deputado Joseildo. Queria conceder o aparte ao deputado Hildécio e, logo depois, à deputada Fabíola.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Pablo, ouvi V.Ex^a se reportar à questão das emendas impositivas. Eu tenho falado aqui que esse governo se especializou em desobedecer a lei. Quando ele deixa de pagar as emendas impositivas, ele desobedece a Lei Orçamentária.

Mas vi também e até fiquei, eu diria, sensibilizado com os deputados da Base do Governo, que entregou viaturas, chaves de viaturas policiais como se fossem emendas parlamentares. Veja a que ponto chegou a segurança pública no nosso Estado. No passado, as viaturas eram entregues aos comandantes dos batalhões, quando se tratava da Polícia Militar, ou aos delegados regionais, quando se tratava da Polícia Civil.

V.Ex^a também fez um outro comentário muito procedente com relação às obras desse governo. O deputado Joseildo citou, parece-me, três obras, sendo que em duas delas existe apenas a ordem de serviço. Nós queremos ver algo de concreto.

Deputado, se for realidade, eu até parabenizo V.Ex^a e sua região. Porque em nossa região, lá no Baixo Sul, onde os candidatos a governadores do PT nos últimos 10 anos e meio – exatamente o ex-governador Jaques Wagner, por duas vezes, e o atual governador, por uma vez – ganharam todas as três eleições de forma avassaladora, eu diria. No entanto, a única obra que vemos no Baixo Sul está acontecendo agora, que é a construção de uma policlínica. Isso em 10 anos e meio.

No passado, o que víamos lá era se inaugurar 100 quilômetros de asfalto, estrada, era inaugurar aeroporto, grandes colégios, vários terminais marítimos, sistema de abastecimento de água. E o que vemos, agora, no Baixo Sul, infelizmente, é só promessa. É assim com o semianel rodoviário de Valença, que não saiu do papel, com o hospital de Valença, que nem sequer foi considerado no Plano Plurianual. E

tem sido assim com a segurança pública, com a saúde, tem sido assim, infelizmente, com todas as ações que dizem respeito a este governo.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a, mais uma vez, pela procedência e pela oportunidade desse seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O Sr. Soldado Prisco:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Eu agradeço pelas palavras ao deputado Hildécio, apenso essas palavras ao meu discurso e queria passar a palavra para a deputada Fabíola Mansur, essa querida amiga, companheira de luta daqui, de Salvador, e que tanto admiro.

A Sr^a Dr^a Fabíola Mansur:- Deputado Pablo, agradecendo pelo aparte, quero dizer da qualidade e do respeito que temos por todas as suas falas, mas, como ex-vereadora de Salvador, posso, aqui, testemunhar sobre o esforço que fazíamos também para obter emendas junto ao nosso prefeito, na época ACM Neto, e vejo que é do jogo político da democracia, tenho certeza. Quero me associar a V.Ex^a na defesa do pagamento das emendas impositivas. Quero dizer que isso é lei e que todos os deputados merecem a mesma deferência.

Alguns deputados de Oposição, inclusive, já estão recebendo essas emendas. Infelizmente, para nós deputados estaduais, 1 milhão e 300 mil reais de emendas ao ano é muito pouco. Realmente às vezes a gente fica reduzido a algumas ambulâncias e a um ônibus escolar.

Quero dizer que em Salvador – quero ser testemunha sem tomar o seu tempo, porque seria injusto e indelicado – nós temos o nosso governador Rui Costa realizando grandes obras em encostas, o metrô, os viadutos, a Via Expressa, a inauguração de hospitais, a abertura de leitos, de centros cirúrgicos, de UTI Neonatal, fora que tem gerado oportunidades na área da educação, até com a geração de empregos pelos programas Mais Futuro e Partiu Estágio.

Eu quero fazer até uma colocação: nós temos que cuidar da segurança, e na área de segurança teve concurso; na educação, teve concurso, 3 mil e 400 professores, cujo edital vai ser publicado. Na segurança, também teve concurso para policiais militares. É suficiente? Não. Estamos aqui para defender a Bahia, defender os nossos municípios. Agora, precisamos reconhecer também os esforços que têm sido feitos pelo governador, em função da crise instalada, não só para pagar as emendas, que são devidas – e vou defender, sim – para todos os deputados, mas também temos de reconhecer o que tem sido feito em termos de investimentos.

Salvador é a penúltima em geração de empregos. Acho que o governador colabora para aumentar as oportunidades, sobretudo para a nossa juventude. Como mulher, eu quero pedir um pleito de vereadora: que ampliemos as ofertas de creches. Acho que V.Ex^a, que tem um trânsito muito bom com o prefeito ACM Neto, pode defender que Salvador saia de um dos últimos lugares em oferta de educação infantil, porque a nossa juventude, o nosso futuro começa ali. Quero dizer que me associo a V.Ex^a na questão das emendas impositivas, quero dizer que faz parte do jogo político, como o deputado Joseildo muito bem falou. Mas quero dizer que em Salvador o

nosso governador tem se destacado por investimentos milionários: em mobilidade, em saúde, em educação. São investimentos que têm mudado a cara da cidade e que podem ser comprovados pelo próprio povo baiano, não só o povo baiano, mas o povo soteropolitano.

Então eram essas as minhas considerações. Agradeço o seu aparte e me associo a V.Ex^a na questão das emendas. Porque da mesma maneira que reclamava, enquanto vereadora, que nós queríamos pavimentar, calçar uma rua, e éramos os últimos, não me lembro de ter recebido a mesma deferência do prefeito ACM Neto. Por uma questão de coerência, eu tinha esse discurso lá e tenho esse discurso aqui: que se pague de forma simétrica a todos os deputados as emendas, até porque as emendas são para favorecer o povo baiano, portanto elas são justas e devem ser pagas.

O Sr. PABLO BARROZO:- Queria agradecer os apartes e o aparte da deputada Fabíola, que tantos serviços tem prestado aqui em Salvador, e dizer, para finalizar, visto que o tempo do discurso permitido a mim acabou, que o prefeito ACM Neto tem cumprido, sim, as emendas com a Oposição. Nós podemos fazer um levantamento disso e, inclusive, trazer para esta Casa para ver se inspira o governador Rui Costa.

Fico muito feliz com as duas obras que o governador Rui prometeu fazer lá na área de Alagoinhas, deputado Joseildo. A gente se confunde porque passam dez anos prometendo a mesma coisa que a gente, pra se manter informado,... Mas eu posso dizer que a BA-400, que vai de Entre Rios à Linha Verde, está precisando de obras; a estrada que vai de Irará a Coração de Maria, também; na sua região, a de Ouriçangas, Aramari, Santanópolis, estão precisando. Tomara que o governador comece a olhar. Visto que está faltando um ano para a eleição, é capaz dele...

O Sr. Antônio Henrique Jr.:- Deputado, um aparte.

Pra mim seria um prazer ouvi-lo, deputado Antônio Henrique, mas infelizmente meu tempo acabou.

(...) Eu agradeço e peço ao governador do Estado que, por favor, não fique omissos e não fuja da sua responsabilidade, faça valer a voz do baiano, tenha respeito pelos baianos e pare de dar calote na população baiana.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Art. 86, parágrafo único, verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, deputado Prisco.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, pela ordem, eu quero contraditar a questão de ordem que foi feita agora, queria que V.Ex^a verificasse se já se passaram 30 minutos desde a outra questão de ordem precedente a esta. Caso seja afirmativo, nós solicitamos que V.Ex^a zere o painel, faça a chamada nominativa e também conte o tempo regulamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Olhe, não estão completos os 30 minutos, não, porém, eu desconheço se há esse impacto aqui de respeitar o limite de 30 minutos.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, dois oradores falaram, cada um por 20 minutos, total de 40 minutos. Ele já deferiu a questão de ordem. Fábio Souto falou, e depois Pablo falou. Depois de Fábio, foi Fátima, ela não estava presente, e Pablo falou. Claro que foi, estou aqui observando.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Foi feita uma verificação de quórum, aí chamou-se Fátima, que não estava; aí só chamou Pablo.

O Sr. Soldado Prisco:- Fábio falou; chamou Fátima, que não estava; e aí chamou Pablo. Negativo, e ele já deferiu.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Prisco, por favor, se nós convocamos Fátima, e ela não estava presente, ela não falou. Então pediria a compreensão de V.Ex^a; se V.Ex^a desejar os 10 minutos, poderá formular a sua questão de ordem.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, Fábio não falou antes de Fátima?

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, consulte a Mesa, o senhor falou!

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Próximo orador, o deputado Luciano Ribeiro.

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Exatamente, mas eu estou pedindo a compreensão. Foi um equívoco...

O Sr. Rosenberg Pinto:- A Mesa não pode errar!

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Estou pedindo a compreensão do deputado Prisco, e o próximo orador será V.Ex^a, está convidado para ir à tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa noite a todos os amigos e amigas desta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Continuamos na discussão do Projeto de Lei.

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Um momento só, deputado Pablo Barrozo.

Nesse tempo de discussão, muitas matérias foram levantadas aqui, não só em relação ao projeto de lei em análise, mas com relação a assuntos que tomaram a atenção da imprensa e deste Parlamento em toda a Bahia. Eu gostaria de lembrar,

como eu falei no Pequeno Expediente da sessão passada, o quão importante são as comissões temáticas desta Casa.

Lembro aqui uma coisa muito defendida pelo deputado Luciano Ribeiro: a importância da discussão nas comissões, porque o governo do PT tem essa mania de sempre empurrar goela abaixo no Plenário os projetos de lei do seu interesse.

Se as comissões fossem levadas mais a sério, principalmente pela Base do Governo, muitos problemas importantes poderiam ter sido evitados. A importância da comissão nada mais é do que a do enriquecimento dos projetos de lei que tramitam nesta Casa, sejam de autoria dos deputados estaduais, sejam de iniciativa do Judiciário ou mesmo do Executivo.

A Comissão de Infraestrutura, que é presidida desde o início desta Legislatura pelo deputado Hildécio Meireles, ano passado convocou uma Audiência Pública muito boa, com a presença da Agerba e da comunidade das ilhas, da comunidade que se beneficia diretamente dessa ligação marítima com Salvador. E foram levantadas todas as queixas daquelas comunidades, de vários municípios e até mesmo de moradores de Salvador, onde foi tratado o problema da lanchinha que faz a travessia Salvador – Mar Grande, que causou essa terrível tragédia.

Lembro muito bem, que nessa Audiência Pública, presidida pelo deputado Hildécio, todos os problemas foram levantados e encaminhados aos órgãos competentes. Lembro muito bem do pleito de lanchas mais modernas; da colocação de que essas lanchas mais modernas só poderiam funcionar com o calado de Mar Grande e de Salvador mais profundo, para que elas pudessem entrar e sair com tranquilidade; lembro, também, de um pleito importante, que era a fiscalização das atuais embarcações e sua atualização; lembro também da melhoria da estrutura de embarque e desembarque.

Mas todos os encaminhamentos daquelas discussões se perderam, não foram respondidas. Foram, muitas vezes, cobradas pelo deputado Hildécio, como presidente da Comissão, e nada se deu. Eu fico muito chateado quando a Bancada do Governo acha que quando cobramos da Agerba – o Ministério Público cobra também – um esclarecimento do que realmente aconteceu, nós estamos fazendo política, estamos fazendo jogada para expor o governador, para aparecer na mídia, e não é por aí. Uma das grandes funções do Parlamento, além de legislar, é fiscalizar. Isso não é competência só da Bancada da Oposição, isso é competência também da Bancada do Governo.

A gente sabe, muito bem, que na Bancada do Governo, que são 2/3 da Casa, têm deputados votados no Baixo Sul; na Ilha de Itaparica; município de Vera Cruz; Salinas; Nazaré das Farinhas; no Recôncavo como um todo, que se aproveitam muito dessa ligação. E eles têm o dever legal, constitucional de fiscalizar o Executivo na prestação dos seus serviços. É um desserviço para a Bahia ter parlamentares tão preparados na Base do Governo que não exercem o seu papel de fiscalizar o governo, de maneira construtiva. Ninguém está falando, aqui, que a responsabilidade é da Agerba de uma forma pejorativa ou maldosa. Se a responsabilidade é dela, a Agerba

tem que cumprir com o seu dever constitucional e institucional de fiscalizar sua atividade. Ninguém está fazendo isso, aqui, por maldade ou por querer aparecer.

Foi uma grande tragédia, com 19 mortes até agora. Ninguém está querendo, sobre 19 corpos, projetar-se para a Bahia, projetar o seu mandato, esse não é o nosso objetivo. Venho aqui para esclarecer que uma das maiores tragédias da história da Bahia não será palanque nem de um lado nem de outro.

Mas a Assembleia Legislativa tem que se posicionar, como Parlamento do nosso Estado que é, sobre esse tema. Acredito que a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, presidida pelo nosso deputado Hildécio Meireles, tem que retomar esse tema.

Não estou falando em CPI, nada disso, mas que esta discussão realmente ocorra de forma efetiva. E o que for deliberado nessas discussões pelos Srs. e Sr^{as} Deputadas, corroborando, claro, com técnicos da área, com a Capitania dos Portos, que esses encaminhamentos se efetivem em ações para o povo da Bahia, em ações que o povo da Bahia realmente sinta no seu dia a dia que foram feitas como fruto de discussões aqui, nesta Casa.

Reitero esse assunto que toma conta da mídia nacional e da mídia da Bahia, reiterando que não é palanque de ninguém, mas é um fato grave que tem que ser esclarecido.

E deve-se parar, principalmente a Bancada do PT, de dizer que ACM Neto quer se promover com tudo. Se ACM Neto fala alguma coisa já é motivo do mundo se acabar! Não é por aí. ACM Neto, como prefeito da capital, que é parceira do sistema, já que o embarque e desembarque são feitos também em terras da capital, em terras de Salvador, tem o direito e o dever de colocar em pauta também esse assunto. Não quer dizer que ele quis se promover ou meter o dedo na cara do governador, transformando isso numa disputa política. Ele tem, sim, que se posicionar e se colocar à disposição não só de Salvador, como de toda a Bahia em relação ao que aconteceu.

Deputado Heber, V.Ex^a pediu um aparte?

O Sr. Heber Santana:- Deputado Luciano, V.Ex^a está sendo muito feliz em seu pronunciamento, especialmente pelo início, quando colocou a capacidade que esta Casa tem de trabalhar com melhor qualidade os processos legislativos.

V.Ex^a lembrou bem que a Casa é dotada de inúmeras comissões que quando trabalham de maneira efetiva, procurando a participação da sociedade, envolvendo os atores da sociedade que possam trazer contribuição... A exemplo, hoje tivemos uma reunião na Comissão de Agricultura muito proveitosa sobre a possibilidade de refinanciamento de dívidas dos produtores rurais, com a presença de superintendentes de bancos importantes, trazendo esclarecimentos.

Enfim, a comissão tem esse papel que, quando bem utilizado, é fundamental para que, dentro de todo processo legislativo, as ideias, propostas e leis que passam por aqui tenham um processo de amadurecimento e aperfeiçoamento que vá, de fato, ao encontro do desejo da sociedade como resposta às necessidades que a nossa Bahia tem. Por isso, V.Ex^a já foi muito feliz.

Mais uma vez, V.Ex^a está tratando também, de maneira muito sóbria, do infeliz acidente que ocorreu recentemente, trazendo, de maneira equilibrada, a necessidade que esta Casa tem de participar. Outros deputados já cobram isso.

Uma das grandes crises políticas que temos é justamente a falta de percepção da sociedade quanto à utilidade dos políticos frente a um desafio desse tamanho, algo que trouxe tamanho prejuízo ao nosso Estado naquilo de mais valioso que podemos ter, que é a vida: 19 vidas foram ceifadas, já confirmadas.

Dentro disso, se não nos colocarmos, aqui, na posição de procurarmos discutir o assunto, de buscarmos soluções, ideias que melhorem algo que, é claro, precisa ser melhorado... não apenas pelo acidente que aconteceu, isso é evidente, porque já era evidente antes. O acidente apenas deixou claro que não pode mais ser postergada tal iniciativa.

Portanto, V.Ex^a está de parabéns. Têm o nosso total apoio todos que discutirem e entrarem nesse mérito, seja Governo ou Oposição. Creio que precisamos dar essa resposta à sociedade, trabalhando de maneira ampla em favor da mesma, mas também nesse ponto específico,...

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Heber Santana:- (...) que, como já disse aqui, não é uma questão pontual, é todo um sistema, é muito complicado. Dei um exemplo do que aconteceu, e eu estava presente no *FerryBoat* quando aconteceu.

Então, é algo que precisa ser visto dessa maneira ampla, já que é importante para a Bahia, em todos os sentidos, econômicos e sociais, que esse sistema funcione de maneira plena.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Luciano, queria pedir licença, já que se passaram os 30 minutos. Presidente Alex Lima, vou elaborar uma questão de ordem e pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, aproveitando que já se completaram os 30 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Com um orador? Com um orador na tribuna, Sr. Presidente?! Que desconsideração, deputado!

O Sr. Pablo Barrozo:- O Regimento não permite, deputado Zé Raimundo?

O Sr. Zé Raimundo:- Que desconsideração, deputado!

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, eu gostaria inclusive que o orador ...V.Ex^a que ...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Pablo, eu estava ...

O Sr. Pablo Barrozo:- Fiz uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Pablo, gostaria que V.Ex^a pudesse repetir a questão de ordem, por favor.

O Sr. Pablo Barrozo:- Já que passaram os 30 minutos, podemos pedir a verificação de quórum. Eu gostaria que V.Ex^a fizesse.

O Sr. Paulo Rangel:- Nós fizemos um acordo histórico aqui para não pedir questão de ordem com orador na tribuna.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Paulo Rangel, não sei se é histórico, mas V.Ex^a também não conseguiria falar se não me deixar falar. Então, se falarmos ...

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, salvo melhor juízo, só comunicação inadiável pode interromper um orador. Só comunicação inadiável pode interromper um orador. Está aí no Regimento, por favor.

O Sr. Pablo Barrozo:- Qual artigo, deputado Zé Raimundo, V.Ex^a está citando?

O Sr. Zé Raimundo:- A qualquer momento.

O Sr. Pablo Barrozo:- Não. O senhor diga o artigo.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, deputado Alex.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Gostaria de solicitar a verificação de quórum e que segurasse o tempo, pois já se passaram 2 minutos para o orador ...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu vou garantir o tempo, deputado Luciano Simões.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Zé Raimundo:- Art. 146.

O Sr. Paulo Rangel:- Olhe bem, presidente, nós temos um acordo aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu vou dar a questão de ordem a V.Ex^a, deputado Paulo Rangel. Mas antes disso quero registrar que quem interrompeu o deputado Luciano foi o deputado Pablo pedindo questão de ordem.

O deputado Luciano terá o tempo dele assegurado. Apenas para registrar que, pelo Regimento Interno, o pedido de verificação de quórum é a qualquer momento da sessão. Se existia um acordo entre as Lideranças, não está no Regimento. Então queria agora, só pra esclarecer isso, dar uma questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a, Sr. Presidente, ...

O Sr. Zé Raimundo:- Mas o 146 fala das matérias ...

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a ...

O Sr. Zé Raimundo:- O art. 146 fala das matérias que estão sendo discutidas. Pode ver aí.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Mas, Sr. Presidente, eu pedi aqui ... Deputado ... Olhe bem, ...

Sr. Presidente, eu estou nesta Casa há quatro legislaturas. Nós estamos vendo acontecer ... E o deputado Adolfo, que está na sua segunda legislatura, sabe que aqui

nós estamos abrindo um precedente grave. Esse acordo foi feito há quatro legislaturas atrás, e nunca houve...

O Sr. Alan Sanches:- Não tem acordo.

O Sr. Paulo Rangel:- Mas eu quero terminar, estou com o meu tempo. Quero me colocar.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a tem a palavra assegurada na sua questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Esse problema de questão de ordem, é melhor anular tudo. Só após 30 minutos também foi um acordo. Foi um acordo também! Não é regimental. Foi colocado no Regimento agora, mas era um acordo. Eu não li essa adaptação. Agora, Sr. Presidente, se vai se quebrar esse precedente, acho que é grave até para o funcionamento da Casa, mas tudo bem. Que existia esse acordo, existia. Nunca se abriu esse precedente, mas tudo bem.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, o que está acontecendo aqui é realmente um absurdo, mas não foi criado pelo deputado Pablo de maneira nenhuma. Muito pelo contrário. Veja, o deputado Luciano Simões Filho, que está na tribuna, cedeu um aparte ao deputado Pablo, que o fez e solicitou uma verificação de quórum com o tempo concedido pelo orador. Então, nós estamos aqui a pedir questão de ordem no tempo dele, desrespeitando o deputado Luciano na tribuna. Esse, sim, é um precedente perigosíssimo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Não, não, não.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, sobre a questão de ordem que elaborei, até respeito o acordo firmado aqui - é o meu primeiro mandato - há 4 legislaturas passadas, mas não tenho dever nem obrigação com ele. Eu tenho dever e obrigação com o Regimento Interno. E, antes de fazer a minha questão de ordem, tive o cuidado de saber se poderia fazer ou não. Fiz inclusive o gesto ao meu colega deputado Luciano Simões avisando, pedindo a ele, porque nós estamos aqui em obstrução. Nosso interesse é obstruir a votação, e nós faremos tudo o que tiver no Regimento para obstruir.

Então, peço a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum no tempo regimental e que se proceda da forma correta. Inclusive, quando eu pedi a V.Ex^a o orador ainda tinha 9 minutos 30 segundos para fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro a questão de V.Ex^a. Peço que zerem o painel, faça contar o tempo regimental.

Se o quórum for mantido, garanto ao deputado Luciano Simões o restante do seu tempo, mas peço que zerem o painel e faça contar o tempo regimental.

Convido as Sr^{as} e os Srs. Deputadas se fazerem presentes, porque há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu queria os 5 minutos da Oposição e queria esclarecer que não existe...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches:- Eu estou retirando a minha questão de ordem.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Zó:- Presidente, sobre a questão do tempo do deputado Luciano Simões, que é muito meu amigo e a gente divide a área lá na região norte da Bahia, quero dizer que o tempo dele, não pode ser descontado. Ele cedeu dentro do tempo dele um aparte de 5 minutos para a questão de ordem do colega Pablo Barrozo. Isso tem que ser levado em consideração. Eu sei que ele tem muita coisa importante para falar, mas por questões regimentais, eu queria que V.Ex^a obedecesse as questões como presidente, e sei que V.Ex^a é de obedecer.

Então, eu queria fazer este registro, e o deputado Luciano Simões há de concordar comigo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Havendo quórum, restabelecemos a sessão, pedimos que conserve o tempo do deputado Luciano Simões, porque ainda restava o tempo de 9 minutos.

Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Já que o precedente foi aberto, é bom que fique claro o que é que pode e o que é que não pode. Porque, vejam, alguns deputados aqui entendem que podem fazer uma questão de ordem com um orador na tribuna, eu particularmente acho que não. Mas existe uma parte da Assembleia que acha que pode e outra parte que acha que não pode. É bom, Sr. Presidente, que a gente tenha aqui uma definição: se é possível ou se não é possível questão de ordem quando há um orador na tribuna. É só um esclarecimento que gostaria de ter da Mesa Diretora.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu não conheço, no Regimento, previsão. Agora, existe uma praxe na Casa. Está aqui uma testemunha de 16 anos, eu concordo com V.Ex^a, imagine, interromper o orador para poder fazer uma questão de ordem de verificação de quórum. Então isso é uma deficiência do Regimento.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, eu gostaria só de... É uma questão de hermenêutica, veja bem: o que é questão de ordem? É quando o deputado interfere segundo alguma coisa que está no Regulamento ou no Regimento. Eu pergunto: um orador com a palavra pode interromper e ferir o Regimento, o Regulamento? Não! Se ele está falando, a não ser que ele desacate um colega, a palavra só pode ser tomada dele depois que ele falar. É óbvio. Isso se chama hermenêutica, análise do discurso.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem. Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu quero concordar com o deputado Zé Raimundo. Eu, efetivamente, entendo que, mesmo não estando no Regimento, nós deveríamos, então, disciplinar isso regimentalmente nesta Casa, porque, senão, as próprias falas dos parlamentares serão de alguma forma violentadas a qualquer instante. Óbvio que a decisão tomada até agora está correta, mas eu acho que nós deveríamos disciplinar isso porque não cabe bem a um Parlamento, não flui bem a um Parlamento, mas a questão de ordem feita pelo deputado Pablo nos moldes em que foi feita está correta, porque não consta no Regimento, mas acredito e quero sugerir que nós disciplinemos isso no nosso Regimento Interno.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Luciano Simões, só para fazer um esclarecimento ao Plenário: o deputado Pablo Barrozo... Existia um acordo aqui de alguma legislatura – eu vou conceder a palavra a V.Ex^a, deputado Heber – de não se pedir questão de ordem enquanto tivesse orador na tribuna, mas no Regimento isso não está previsto, então cabe a essa Presidência deferir com base no que está no Regimento, a não ser que haja um acordo entre as lideranças.

Então eu queria justificar o deferimento dessa questão de ordem do deputado Pablo porque não é regimental, ele tinha razão, a não ser que houvesse acordo entre lideranças, e o deputado fez. Mas já está restabelecido o quórum, eu só queria, por uma questão de deferência, dar uma questão de ordem ao deputado Heber e pedir a devolução do tempo ao deputado Luciano Simões Filho.

Questão de ordem, deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, o art. 227-A é muito claro quando abre espaço para utilização da questão de ordem, e cabe dizer aqui, inclusive, que a questão de ordem que o deputado Pablo fez, para não parecer que foi algum tipo de ofensa, foi justamente zelando pelo bom andamento dos trabalhos desta Casa, porque aí, sim, o Regimento diz o número mínimo que é preciso se ter no Plenário para que a sessão possa continuar. Se a sessão estivesse acontecendo com menos do que esse número mínimo, não poderia progredir.

Portanto, cabe. Além de ser uma ferramenta, um instrumento que pode ser utilizado politicamente, porque o nosso interesse é que a discussão de um projeto importante como esse, o do Bahiainveste, venha a acontecer respaldado pela maioria e se cumprindo o Regimento desta Casa.

Portanto, V.Ex^a está de parabéns pela forma como se comportou; apesar de ser um entusiasta do governo, foi republicano sentado na cadeira de presidente e cumpriu bem o seu papel. Parabéns, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Matéria pacificada depois da obstrução da Oposição, concedo ao deputado Luciano Simões Filho o tempo de 9 minutos restantes para o seu pronunciamento. Deputado Luciano Simões Filho, 9 minutos. Quero pedir pra marcarem o tempo de 9 minutos do deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, presidente.

Continuando, muito obrigado deputado Heber, pela participação, eu gostei da sua pontuação quando fala que a gente tem que passar para a sociedade o que realmente fazemos aqui.

Foi tema de uma conversa minha, do deputado Luciano Ribeiro, do deputado Alex Lima, sobre as emendas parlamentares, o instituto da emenda parlamentar. Acho também que vale a pena conversarmos um pouco sobre isso.

Se existe, como está na Constituição da Bahia, como está na Constituição do Brasil, a emenda impositiva, ou seja, a obrigação de pagamento do Poder Executivo, acho que tem que ser feito. É lei, tem que ser cumprida.

Agora, tratando do instituto emenda parlamentar, realmente, não concordo. Acho que o Executivo tem que fazer a obra, tem que tratar as prioridades, entender o que é prioritário para resolver os problemas do Estado.

Claro, os parlamentares têm a indicação, que é uma forma prevista no Regimento Interno da Casa. Você indica uma barragem para Caculé, uma melhoria de uma estrada para Itiúba, uma energia para Esplanada. Por indicação, você faz, indica ao governador, e ele que faça a obra. Agora, colocar, pegar o parlamentar, o legislador para fazer obra, acho que foge um pouco.

Vem aquele descompasso de que no Brasil, hoje, o Legislativo quer ser Executivo, o Executivo quer ser Legislativo e o Judiciário quer ser tudo. Então, se existe a emenda impositiva, que se cumpra. Agora, do ponto de vista deste humilde parlamentar, eu não concordo muito. Executivo é para fazer e o Parlamento é para discutir, fiscalizar e legislar. Mas vamos para a frente.

Gostaria de agradecer a atenção de V.Ex^{as} e dizer o seguinte: Projeto de Lei nº 22.292/17, de iniciativa do governador Rui Costa. Tem a presente proposição por finalidade aprimorar as disposições atinentes à atuação da Empresa Baiana de Ativos S/A - Bahiainveste.

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Tal aprimoramento possibilitará um melhor desenvolvimento das atividades dessa empresa no sentido de colaborar com os esforços do Estado para captar recursos voltados a investimentos estratégicos que tragam benesses ao povo baiano.

Se tivesse a tramitação nas comissões, amigos deputados, essa mensagem dos deputados da Bancada do Governo, a gente poderia, já que o governador quer melhorar a captação de recursos voltados para investimentos, com os deputados que

representam, por exemplo, o Oeste da Bahia, dizer: “Governador, interessantíssimo o seu projeto de lei, muito bom para a Bahia!”

E, realmente, o texto até que é interessante mesmo, porque o governador quer revogar o inciso I do art. 3º, colocando este texto aqui: (Lê) *“Somente após autorização da Assembleia Legislativa da Bahia poderá, a Bahiainveste, obter a maioria absoluta do capital votante de sociedade empresarial”*. Até que é interessante, porque dá mais poder à Assembleia – somente após autorização da Assembleia Legislativa. Tudo bem. Agora, por que não tramitou? Por que não fez as coisas devidas para dar oportunidade aos deputados do Oeste de falarem: “ó, dá para captar investimento do BNDES e de outros lugares”?

Poxa, tem a estrada lá que liga Correntina a Santa Rita de Cássia, de que o deputado Pablo Barrozo tanto falou. “Dá para encaixar aí? Não dá?” O que a Bahiainveste pode trazer para a Bahia, de fato, para a gente poder fortalecer o nosso discurso com nossas bases, para a gente poder fortalecer e dizer ao povo da Bahia exatamente o que a gente está fazendo aqui.

Mas aprovar de todo jeito, sem uma discussão, sem uma leitura devida, sem a tramitação... Vejam bem: faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, segunda comissão; da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, terceira comissão; da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, quarta comissão. A tramitação do processo legislativo passaria por quatro comissões. Será que passando por quatro comissões, o projeto de lei iria ficar melhor ou pior?

Eu acredito na qualidade das Sr^{as} e dos Srs. Deputados nesta Casa e tenho a certeza de que, se passasse nas quatro comissões, o Projeto de Lei nº 22.292/2017 chegaria ao Plenário com todo mundo entendendo o que está votando, todo mundo dando sua sugestão para que a Bahiainveste não fique restrita apenas a autorização da Assembleia Legislativa para obter a maioria absoluta do capital votante e da sociedade empresarial.

Mas poderia ter muito mais coisas se a gente soubesse, de fato, convidando membros do Poder Executivo para nos explicar exatamente do que trata o Bahiainveste, de onde vem o dinheiro, para que serve o dinheiro, quem pode captar o dinheiro, para que o dinheiro vá para hospital, para estrada, para iluminação. Para quê? Porque eu, realmente, não sei responder isso para o povo da Bahia e gostaria que alguém do governo viesse aqui até para explicar. Já que não tramitou nas quatro comissões que deveriam tramitar, que pelo menos, nessa sessão de discussão, algum deputado do governo que entenda do assunto, que tenha realmente conhecimento, chegue aqui e fale: “O Bahiainveste vai servir para isso, isso e aquilo, a captação de recursos vem do BNDES, vem do Banco do Brasil, vem do Banco Mundial”.

Mas não, o governador apresenta, o Líder reúne a tropa e vamos aprovar por cima de tudo. Calma, se o projeto é bom defenda ele aqui e vamos enriquecer o debate do Parlamento. O Parlamento nada mais é do que o debate das ideias, aqui ninguém briga, aqui ninguém se esmurra, às vezes, é bem verdade, os sentimentos se exaltam, mas aqui foi feito justamente para os argumentos fluírem, para que o

deputado Zé Neto venha aqui e diga que esse é o melhor projeto do mundo porque o governador Rui Costa é o melhor do mundo, e por ser o melhor do mundo a gente tem que aprovar. E não é bem assim. Ele tem que explicar por a mais b por que a Casa tem que votar.

Porque eu tenho a certeza que alguns membros, até da minha Bancada de Oposição e do Governo, não tenham conhecimento total do projeto de lei que a gente está debatendo aqui hoje. Convido o Sr. Zé Neto, ou que ele convide outro membro da sua Bancada, para que venha aqui e explique o que é o Bahiainveste e essa captação de recursos para qual eles querem autorização da Assembleia Legislativa.

É isso aí que eu tenho a dizer e agradeço ao Sr. Presidente pelo retorno dos meus 9 minutos que foram realmente perdidos na discussão das questões de ordem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado José de Arimateia. (Pausa).

Na ausência do deputado José de Arimateia, com a palavra o deputado Heber Santana. Na hora em que eu chamei o deputado José de Arimateia, ele não estava, chamei duas vezes. Com a palavra o deputado Heber Santana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Heber Santana, o deputado José de Arimateia não estava presente, não pode. Só pode permutar, deputado Heber, se ele estivesse presente.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Eu queria que o senhor me fizesse um esclarecimento: com o rigor de V.Ex^a dirigindo os trabalhos desta Casa, eu queria que ficasse esclarecido aqui qual o tempo que o deputado terá para chegar à tribuna após a sua chamada? Qual o tempo que V.Ex^a está dando regimentalmente? Porque eu acho, diante de tudo o que aconteceu hoje aqui... Porque o colega demorou 40 segundos para chegar à tribuna, V.Ex^a não deixou ele falar! Ele perdeu 20 minutos de discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Alan, independentemente de qualquer questão, é preciso o deputado, pelo menos, estar presente. Eu não posso adivinhar que o deputado vai entrar depois de 10 ou 20 segundos. O deputado não estava presente, fiz duas chamadas. Indefiro a questão de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Heber Santana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas...

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado José de Arimateia. Tenho que seguir o que está no Regimento.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, não dá para interromper o orador para pedir questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu vou dar uma questão de ordem ao deputado José de Arimatéia, depois ao deputado Rosemberg e, em seguida, aos deputados Paulo Rangel, Leur e Adolfo Viana. Eu só posso deferir ou indeferir o que está no Regimento. Isso não está no Regimento, era um acordo de Lideranças. Se os Líderes, deputados Zé Neto e Leur Lomanto, não chegam a um consenso, a mim cabe deferir ou indeferir o que está no Regimento. Não tenho alternativa.

Questão de ordem, deputado José de Arimatéia.

O Sr. José da Arimateia:- Sr. Presidente, para ser sincero, quando V.Ex^a chamou meu nome, eu não ouvi. V.Ex^a chamou muito rapidamente. Além de ter chamado rapidamente, eu não ouvi. Eu estava na sala do cafezinho, e o colega me disse que não era a minha vez. Seria a vez de Luciano Ribeiro.

Eu estive ali e fui um dos primeiros a me inscrever. Até falei com Sandro Régis, que estava presidindo, quando eu me ausentei, dizendo que no momento que chamasse meu nome, fizesse uma permuta, porque eu estava, naquele momento, na Associação

Baiana de Medicina, numa reunião com os familiares de pacientes que estão com problema de saúde mental. A ABM está apoiando o movimento contrário ao fechamento dos hospitais psiquiátricos. Eu fui convidado para esta reunião, falei com o deputado Sandro Régis, quando estava presidindo que eu iria à reunião, mas voltava para usar a palavra. Eu me inscrevi, falei com o deputado quando saí. V.Ex^a é testemunha que falei, poderia fazer a permuta para que eu possa usar a fala. Quando cheguei, a nossa amiga disse que já estava próximo ao meu nome. Verifiquei e vi que era o deputado Luciano Ribeiro que falaria. Fui à sala do cafezinho e estavam chamando pelos nomes. Eu estava chegando, mas disseram que V.Ex^a tinha chamado aceleradamente. Eu não escutei.

Gostaria que V.Ex^a considerasse que eu estava inscrito, o deputado Sandro Régis está sabendo porque estava presidindo. Eu gostaria de falar, é um momento importante. Gostaria que V.Ex^a fizesse a inversão, já que ele está na tribuna, mas que eu tivesse o direito de usar a fala nos meus 20 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, esta Casa hoje entrou numa situação de insegurança regimental. Não temos nenhuma condição de dar prosseguimento a esta sessão. Se o presidente viajou, teria que ter deixado alguém aqui, a Mesa Diretora poderia se reunir agora, para tomar uma medida em relação ao que vem acontecendo, sob pena desta Casa virar motivo de anarquia, de risos.

Eu proponho, a minha questão de ordem, se V.Ex^a não quiser assim proceder, é que V.Ex^a encerre esta sessão porque nós não temos como continuar nessa situação.

Isso nunca houve aqui nesta Casa, eu já fiz oposição... Porque hoje não vai se terminar esta sessão do jeito que está, não termina nem hoje, nem amanhã porque o presidente não tem condições de dirimir questões de ordem. Está havendo aqui algo inédito, isso chama-se insegurança regimental. Talvez isso até sirva para que a gente altere esse Regimento o mais rápido possível.

Então, se o presidente Coronel ainda estiver aqui – estão dizendo que ele está na China, não sei se ele viajou –, a Mesa Diretora há de se reunir. Eu estou colocando aqui um ponto de vista pessoal, particular, mas não vejo esta sessão terminando de uma forma ordeira, de uma forma razoável, como se deve proceder numa Casa parlamentar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Vou conceder as questões de ordem para os que estão inscritos, mas apenas para dizer ao deputado Paulo Rangel que, mais uma vez, cabe a esta presidência deferir ou indeferir o que está no Regimento. Se existia um acordo entre as lideranças, de determinado assunto, não cabe a esta presidência opinar. Discordo de V.Ex^a, porque o próprio Regimento diz, e V.Ex^a como regimentalista sabe que, na ausência do presidente, assume a presidência os outros membros da Mesa Diretora, de acordo com a ordem. Eu acho que esta presidência tem condição, sim, de dar continuidade à sessão. Agora, isso não está no Regimento. Então, cabe a esta presidência... aí sim, sob pena desta sessão ser questionada se não procedermos com o que está no Regimento.

Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, vamos respeitar a alternância, falou o deputado Paulo Rangel e, agora, um deputado de Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Darei questão de ordem a todos que estão inscritos. O deputado Rosemberg será primeiro, depois o deputado Adolfo e, depois, V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria ponderar com os deputados, pois não acho que devemos encerrar a sessão. Acho que devemos dar continuidade à sessão. Acho que é normal, acho razoáveis todas as inscrições, é o papel da Oposição fazer obstrução. Sem nenhum problema, estamos acostumados com isso aqui. A minha questão é que eu acho deselegante um deputado estar na tribuna e um outro deputado interferir a fala dele por causa de uma questão de ordem. É uma questão de deselegância.

O art. 235 do Regimento diz que nos casos omissos do Regimento é o Plenário que delibera. Então, está escrito, é o Regimento, está aqui no art. 235: os casos omissos nesse Regimento serão resolvidos pelo Plenário. Obviamente, se essa coisa continuar nesse formato, o presidente pode à luz do art. 235 consultar o Plenário para o encaminhamento sobre essa questão.

Mas, independentemente disso, eu queria ponderar com os colegas deputados que não tem nenhum problema, eu acho que a obstrução aqui pode ser feita pelas inscrições, dá tempo de todos se inscreverem e falarem até amanhã. É uma questão de

elegância, é deselegante um colega nosso estar falando, e nós chegarmos e interromper a fala para fazer uma questão de ordem quando poderíamos fazer a questão de ordem após o término da fala do orador.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu pedi questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Vou conceder aos deputados Adolfo Viana, Leur Lomanto Junior, Joseildo Ramos, Sandro Régis e Alan Sanches, a todos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas a dúvida é sobre isso, presidente. Estou querendo ajudar, não quero tomar a palavra de ninguém, não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, uma vez que a palavra me foi concedida, eu queria pedir a V.Ex^a, baseado naquilo que ouvi do deputado José de Arimateia,... Estava a observar que ele se encontrava praticamente na porta da entrada deste Plenário quando V.Ex^a chamou o deputado Heber Santana. V.Ex^a primeiramente chamou o deputado José de Artimateia, que se encontrava ali na porta, mas V.Ex^a não deu oportunidade de chamá-lo pela segunda vez. Nesse sentido, queria pedir a V.Ex^a que respeite a ordem dos inscritos, porque o deputado José de Artimateia tem realmente um discurso importante para fazer na noite de hoje, e estamos aqui ansiosos para ouvi-lo.

O deputado Joseildo Ramos está questionando se a sua postura em relação a essas concessões de questão de ordem são legais ou ilegais. Eu considero que são legais, acho que o presidente está fazendo de maneira assertiva, acho que todos devem, neste momento de dúvida, opinar para que a gente possa chegar aqui a um resultado final que seja satisfatório para o bom andamento dos trabalhos aqui na Casa.

Então, eu queria pedir ao deputado Joseildo Ramos, que é o Líder do Partido dos Trabalhadores, que emitisse a opinião dele. Mas eu gostaria de ouvir também, se possível, todos os líderes de Bloco aqui no Plenário. Vejo aqui o Líder do PMDB e do Democratas. Eu, como Líder do PSDB, vejo que o presidente está tomando uma postura correta e o parabenizo. No início fui contrário, mas agora eu percebo que o Regimento Interno da Casa não veta essas questões de ordem. Portanto, quero parabenizar o presidente. Gostaria muito de pedir aos Líderes partidários, incluindo os Líderes do Governo e da Oposição, para que eles possam opinar com relação a esse procedimento que está sendo adotado pelo competente presidente e amigo Alex Lima.

Mas, antes de finalizar a minha questão de ordem, queria que V.Ex^a, como presidente desta sessão, avaliasse a situação do nobre parlamentar José de Arimateia. Ele pede uma inversão na tribuna com o deputado Heber Santana, o qual tenho certeza de que não irá se opor ao pleito feito pelo parlamentar, que tem hoje um pronunciamento importante a fazer. Eu, particularmente, estou ansioso para vê-lo, na tribuna, mandando essa mensagem, que eu tenho certeza que vai ajudar todos nós a decidirmos como vamos votar esse projeto tão importante para o Estado da Bahia. Eu agradeço a V.Ex^a.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Darei a questão de ordem a V.Ex^a, meu conterrâneo, deputado Joseildo Ramos, depois da questão de ordem do Líder da Oposição, o deputado Leur Lomanto Junior, grande presidente da Associação Desportiva Jequié-ADJ.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Agradeço a questão de ordem e, na oportunidade, eu quero parabenizar V.Ex^a pela condução dos trabalhos nesta noite de hoje. V.Ex^a tem realmente demonstrado ser um grande regimentalista. Acima de qualquer acordo, acima de qualquer fato, nós temos que respeitar nesta Casa o que está escrito no Regimento. Nesse sentido eu parabeno V.Ex^a pela decisão de acatar a questão de ordem que foi solicitada tanto pelo deputado José de Arimateia quanto pelo deputado Pablo Barrozo, que solicitou, utilizando o que está escrito no Regimento, no art. 227, que diz que o parlamentar pode, sim, fazer a verificação de quórum mesmo que o orador esteja na tribuna.

E quero dizer ao deputado Paulo Rangel que estou aqui há três mandatos e esse instrumento que está escrito no nosso Regimento, de realizar questão de ordem com orador na tribuna, foi amplamente utilizado, aqui, pela Oposição, à época, antes de eu estar no meu mandato de 2006. É só pedir o testemunho ao próprio Carlos, secretário-geral da Mesa Diretora, como as notas taquigráficas do passado. Então esse instrumento é regimental, legal, foi amplamente utilizado pela Oposição, antigamente, aqui nesta Casa. E a Oposição resolve utilizar de forma legal e regimental hoje através do deputado Pablo Barrozo e do deputado José de Arimatéia.

Por sinal, quero também registrar o apelo feito pelo deputado Adolfo Viana, no sentido de que o deputado José de Arimatéia já estava adentrando o Plenário em direção à tribuna desta Casa para fazer o seu pronunciamento. Eu tenho certeza, pelo que eu conheço do meu ilustre colega deputado Heber Santana, de que ele não vai se opor de forma nenhuma a fazer essa permuta e ceder o horário para que o colega deputado Jose de Arimatéia possa fazer o seu brilhante pronunciamento, como nós já estamos aqui acostumados a ouvir nesta Casa. Ele tem informações importantes para serem trazidas a este Plenário, na noite de hoje, acerca de ações realizadas pelo prefeito ACM Neto na área da maioria, acerca de projetos importantes que foram aprovados pela Prefeitura de Salvador, tem assuntos importantes a serem tratados na área de saúde. Quero assim parabenizar o deputado José da Arimatéia, que é um defensor da área de saúde nesta Casa e já estava ansioso para utilizar a tribuna quando foi cortado por V.Ex^a – que vinha numa condução brilhante nesta noite de hoje –, impossibilitando o meu querido amigo deputado José de Arimatéia a utilizar a tribuna nesta noite.

Queria, também, aqui, concordar com a solicitação do meu amigo deputado Paulo Rangel, do Partido dos Trabalhadores, de que, se há de haver uma mudança, é uma mudança no Regimento e, se existe a possibilidade e o desejo de que se façam algumas mudanças no Regimento, nada melhor do que, nesta noite de hoje, já às 21h00min, que nós encerremos essa sessão, para que amanhã a Mesa Diretora possa se reunir – e V.Ex^a faz parte dela – e comece uma discussão, um debate amplo para que possa haver uma mudança no Regimento Interno desta Casa.

Então, concordo totalmente com o apelo, com a solução encontrada e a sugestão do deputado Paulo Rangel, que falou em nome da Liderança do Governo. E eu falo em nome da Liderança da Oposição. Então solicito a V.Ex^a que encerre a sessão e essa questão seja tratada amanhã, na Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos. Depois o Líder do Governo, deputado Zé Neto.

O Sr. Joseildo Ramos:- Veja bem, confesso que esta é uma das sessões mais criativas. Quero parabenizar os amigos e companheiros da Oposição pela criatividade... Também do deputado, mas muito mais de V.Ex^{as}.

Sr. Presidente, do art. 225 até o 228 há a essência do que é a questão de ordem. Multiplicaram as questões de ordem, quando, na realidade, só existe a possibilidade de duas: de quem levanta e de quem contradita, mais nada. E V.Ex^a precisa deferir ou indeferir, não sucessivamente proliferarem questões de ordens.

Então, isso aqui é regimental, arts. 225 ao 228, quando V.Ex^a, se quiser, pode recorrer ao Plenário.

Só queria dizer isso. Façam a obstrução, tudo direitinho, mas vamos definir as questões de ordens, se ainda subsistirem. Porque todas elas foram diluídas nos diversos textos colocados aí nas sucessivas questões de ordens.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Joseildo Ramos, vou dar uma questão de ordem ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Queria pedir a V.Ex^a que dê sequência a esta sessão ouvindo as pessoas.

Gente, sinceramente, acho o seguinte: sou de um partido, vocês de outros. Também tem gente do meu partido que fala umas coisas que não entendo. Agora vou dizer uma coisa que, para mim, é muito simples, decidi na minha vida, há quase 20 anos, fazer política. Sou advogado, tinha uma vida tranquila, mas decidi, por vocação, fazer política.

Agora, vamos nos colocar um pouco no lugar da sociedade. Isso aqui custa caro! E não me refiro somente ao custo financeiro; custa caro do ponto de vista do valor que tem o Poder Legislativo para o Estado da Bahia. Às vezes, acho que pensamos estar num lugar onde pode tudo, que é uma brincadeira, que vamos levar... Não pode, gente. Vocês têm de fazer obstrução, façam, está correto. Aqui também tem coisa que não entendo, mas o apelo que faço a V.Ex^a é que façamos o jogo jogado. Tem obstrução, tem gente inscrita? Mas vamos cumprir o Regimento, vamos continuar a sessão.

É verdade, Leur, o que lhe disse outro dia, quando estávamos discutindo o que aconteceu com o País. Temer chegou lá, o PMDB, mas eu te disse que quando o meu mal for velho o seu será novo. Não disse para te agredir, foi para te dizer que enquanto estamos pensando aqui que a disputa só é essa, não é.

Nosso País está passando, talvez, por uma das piores dificuldades da sua história. Estamos vivendo um momento que não sei se... A classe política – esta

classe política – está sendo desmoralizada e não está entendendo que tem de reagir trabalhando, mostrando as coisas que podem ser melhoradas na sociedade.

Isso que estamos fazendo aqui, esse lenga-lenga não está ajudando em nada. Peço à minha Bancada e a V.Ex^a para nos concentrarmos um pouco no jogo da política, diria, um jogo bem jogado.

Peço a V.Ex^a que dê continuidade às inscrições que estão na lista. Vamos continuar a sessão e tocar a vida.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Zé Neto, infelizmente a sua Bancada resolveu fazer obstrução junto com a Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu fui citado também, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero dizer, como ex-Líder da Oposição e como membro da Mesa, que V.Ex^a conduz esse assunto de forma correta.

O art. 227-A diz que, após 30 minutos do último pedido de questão de ordem, qualquer deputado pode pedir novamente. Existiu um acordo no passado, que veio do Líderes Paulo Azi, Elmar e também comigo com o Líder Zé Neto para que se preservasse o tempo de quem estava na tribuna. Mas o Regimento diz que nada impede de um parlamentar, na tribuna, ser interrompido para se pedir a verificação de quórum.

Então, quero dizer a V.Ex^a que, se houver um acordo entre o Líder Leur e o Líder Zé Neto sobre esse assunto, quando eu assumir a Presidência irei atender esse acordo de Lideranças. Mas, se os Líderes não me comunicarem oficialmente, agirei exatamente como V.Ex^a, agirei conforme o Regimento da Casa. (Palmas) V.Ex^a está coberto porque, como presidente, tem que obedecer à sua *Bíblia*, e sua *Bíblia* é o Regimento da Assembleia Legislativa da Bahia. O art. 227 lhe protege, a não ser que haja um comunicado oficial dos Líderes da Oposição e do Governo chegando a um consenso e comunicando que irá se preservar qualquer orador na tribuna e, após, se pedirá a verificação de quórum.

Então eu quero dizer a V.Ex^a que, agindo dessa forma, não faz favor nem ao Governo nem à Oposição, V.Ex^a cumpre o seu papel e a sua obrigação de exercer o Regimento da Assembleia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Indefiro a questão de ordem do deputado Adolfo Viana,...

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- (...) por mais apreço que tenha e também pela ânsia de ouvir o deputado José de Arimateia, mas o mesmo não estava presente.

Passo a palavra ao orador deputado Heber Santana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Presidente, questão de ordem. Eu fui citado, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Heber Santana, pelo tempo de 20 minutos.

Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a havia anotado, presidente. Eu fui citado pelo deputado Zé Neto, presidente, aí fica difícil!

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, questão de ordem, art. 86. Art. 86, questão de ordem, presidente!!

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu fui citado pelo deputado Zé Neto e gostaria que V.Ex^a me concedesse uma questão de ordem, presidente! Aí V.Ex^a não está...

O Sr. Pablo Barrozo:- Art. 86, questão de ordem, presidente!!!

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Mas eu fui citado!

O Sr. Pablo Barrozo:- Eu havia solicitado a V.Ex^a, art. 86, que não tem nada a ver com o assunto que estava sendo citado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- As questões de ordem já foram concedidas. Ouvi até mais do que o que o Regimento manda, ouvi quatro deputados de Oposição, ouvi quatro deputados do Governo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Eu tinha requerido a V.Ex^a, e V.Ex^a tinha anuído, feito um gesto para mim.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu indeferi a questão de ordem do deputado Adolfo Viana, ouvi todos os parlamentares, agora, gente, vamos ter o bom senso também porque nós não podemos fazer das questões de ordem uma obstrução...

O Sr. Pablo Barrozo:- Eu também sou parlamentar, presidente, V.Ex^a não me ouviu...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu sei, eu ouvi V.Ex^a, inclusive essa discussão se iniciou com a questão de ordem de V.Ex^a, eu dei...

A Sr^a Luiza Maia:- Eu também vou querer questão de ordem. Questão de ordem aí, presidente.

O Sr. Pablo Barrozo:- A minha questão de ordem é simples. Presidente, eu não gastarei mais de 10 segundos na minha questão de ordem, baseado no art. 86. Eu peço a V.Ex^a, já se passaram 30 minutos, a discussão se iniciou às 20h41min, já tem 33 minutos, eu peço a V.Ex^a a verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Que seja dado... Queria até pedir a quem está me ouvindo para descer logo, para não perder tempo, já vir descendo para o Plenário, pessoal. Eu vou pedir os 15 minutos e já peço a vocês que desçam para o Plenário para gente não perder mais tempo, peço também que a gente tente otimizar a boa disputa. Fazer obstrução faz parte do jogo, tranquilo, mas acho que a gente às vezes não se dá conta da nossa... Por isso é que nós estamos fragilizados, acho que nós temos que ter um

pouquinho mais de respeito por nós mesmos. Esse tipo de coisa... Quem está de fora, assistindo, não está feliz, não está satisfeito com... O que custa isso para a sociedade, a gente estar aqui? Não tem sentido, gente. Vamos ter um pouquinho mais de cuidado com nós mesmos.

Sinceramente eu não estou falando com o sentimento de Líder, não, eu estou falando com o sentimento de cidadão, de quem está aqui na Assembleia, de quem quer ter orgulho de estar fazendo parte de um tempo na política, mas está difícil. Vamos nos dar... A gente liga a televisão, só vê coisa ruim, aí depois vem todo um processo que faz tudo para gente ser dizimado mesmo. O que querem é a porteira aberta para entrar e levar tudo, como já estão levando aí, a esculhambação que está na política. E como melhorar isso, gente? Vamos ajudar a melhorar isso.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro a questão de V.Ex^a, peço que zere o painel e faça contar o tempo regimental de 15 minutos. Quero pedir ao deputado Pablo que registre a presença, pela questão de ordem, e às Sr^{as} e Srs. Deputados, que se façam presentes porque há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, gostaria de aproveitar esse tempo para convidar os colegas para virem debater tantos assuntos importantes que nós temos nesta Casa esta noite. Aproveitar também pra dizer, fazendo uma referência ao que o deputado Zé Neto colocou aqui, que realmente nós passamos, na política, um momento difícil e nós precisamos passar por esse momento sem extremos, sem 8 ou 80, sem a divisão do País como alguns pregavam, usando o bom senso. Óbvio que essa questão que foi colocada hoje, a questão de você pedir uma questão de ordem com o orador falando, com o bom senso e com o tempo será resolvida. O bom senso resolverá isso.

Mas esse era um movimento e um objeto que nós da Oposição tínhamos para obstruir, visto que há uma lacuna no Regimento que permite isso. Quando levantamos isso, alguns deputados mais antigos disseram que havia um acordo entre deputados, mas a maioria nem está mais nesta Casa, nós não somos obrigados a saber. Nós somos obrigados a saber sobre o Regimento, e o pedido foi feito justamente em cima do Regimento. Inclusive, para não ser deselegante, eu tive o cuidado de colocar e de conversar com o deputado que estava na tribuna que eu iria fazer esse questionamento, assim como farei com todos que estiverem, esta noite, ali na tribuna usando os seus 20 minutos. Assim que derem os 30 minutos, que antes era um acordo, que fez parte do Regimento, como esse poderá fazer também, nós iremos fazer.

Inclusive, o choro é livre, deputado, estamos aqui para obstruir. Não há argumento que vá destruir a obstrução. Podem falar da política nacional, do momento que a política está vivendo. Esse apelo não é válido hoje. O que precisamos, realmente, é trabalhar, trabalhar pela Bahia e votar projetos importantes. Não é o que está acontecendo hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum do deputado Pablo Barrozo. Convido todas as Sr^{as} e Srs. Parlamentares a se fazerem presentes.

Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.
(Verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Já há 21 Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Heber Santana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, peço atenção quanto ao tempo, porque no painel não está colocado devidamente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Restabelecido o quórum, peço que zere a contagem do tempo para o deputado Heber Santana. O deputado falará pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas que nos assistem através da *TV Assembleia*, estamos tendo uma tarde-noite bem movimentada, bem agitada, com muitas discussões, muitos temas sendo debatidos neste Plenário.

Já refletimos e aprendemos um pouco sobre a Bíblia, em referência ao novo painel que temos aqui; já falamos também um pouco, de maneira muito pertinente, inteligente, especialmente os deputados de Oposição que aqui falaram, chamando a atenção da necessidade que esta Casa tem de participar das discussões em favor de um melhor sistema, que possibilite uma travessia segura frente ao desastre que vivemos recentemente.

Inclusive, sobre esse tema, um dos aspectos que, deputado Hildécio, vejo que vale a pena refletirmos nas discussões da Comissão é a obrigação de que os passageiros registrem o nome quando adentrarem as embarcações, visto que temos 19 mortes confirmadas, mas também o caso de uma adolescente que está desaparecida. Foi levada pela tia até a embarcação e ainda não foi encontrada.

Como não há registro, ela precisou formalizar o desaparecimento. Isso acontece por conta dessa falta de controle, o qual em outros tipos de transporte se faz necessário. O transporte rodoviário tem esse aspecto, o viário também. Portanto, é importante que possamos de fato refletir, pensar, propor ideias e soluções que tornem o sistema mais seguro e numa condição que ofereça melhor qualidade aos seus usuários.

Mas nós estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, analisando o Projeto de Lei nº 22.292/2017. E me cabe aqui já uma crítica. O deputado Luciano Simões falou um pouco sobre isto, disse que infelizmente as discussões dos projetos aqui não acontecem como deveriam acontecer, já que especialmente os de interesse do governo do Estado chegam a esta Casa e não têm a sua tramitação feita como deveria ser. Não passam o tempo necessário nas comissões para aperfeiçoamento e discussões e são trazidos de forma afobada para o Plenário, sempre na expectativa de

atender ao mando do governador para que esta Casa aprove algo que é de seu interesse.

É lamentável que a Assembleia não participe ativamente desses debates. Aí, quero discordar do que foi dito agora há pouco aqui, em momentos como este inclusive, no qual estamos neste Plenário estendendo, conversando assuntos que são de interesse da sociedade, e isso é também trabalhar. Mas não é apenas isso. Creio que todos os parlamentares aqui, até independentemente da posição ideológica de ser Governo ou Oposição, têm as suas atividades também. E é importante, deputado Alan Sanches, que tenhamos momentos como este de discussão dos projetos para que eles tenham uma tramitação adequada, as suas discussões esgotadas, sejam aperfeiçoados nas comissões específicas e cheguem ao Plenário já com todo o debate realizado, até para que aqui a votação em si possa ser mais rápida. Essa demora é porque mais uma vez o projeto é trazido pra cá sem se ter o cuidado de ter passado pelas comissões necessárias.

Este projeto altera a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015. Vejam que essas leis que são votadas assim muito perto do recesso já me trazem uma certa preocupação. Não sei como é aqui, porque aqui é governo. Mas lá na Câmara, que é oposição, o PT sempre chama isso de calada da noite afastando a participação da sociedade. Mas, enfim, tal lei criou o Bahiainveste, e a ideia da presente lei que nós estamos discutindo agora é alterar pontos importantes dela.

E me chama muito a atenção o fato de que a ideia de alterar o terceiro artigo da lei é justamente para permitir que a Bahiainveste seja sócia majoritária com a aprovação da Assembleia. Primeiro, essa sutileza respeitando a legislação vigente. Mas não deve nos enganar o fato de, para se consolidar, necessitar a aprovação desta Casa para que tal medida seja adotada. Isso não quer dizer muita coisa, porque infelizmente temos aqui 21 deputados de oposição, todos eles combativos, meu Líder Leur Lomanto, mas o interesse do governo prevalece. Eles têm maioria absoluta: quando querem, aprovam. E fica então a reflexão sobre qual a intenção por trás disso, que objetivo está por trás desta mudança na Bahiainveste, possibilitando inclusive a possibilidade, sendo redundante, de a empresa ser majoritária.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HEBER SANTANA:- Já darei, meu Líder.

Ora, nós estamos numa discussão, e aí, sim, cabe refletir sobre o momento em que o País compreende que o Estado deve reduzir a sua participação. Percebemos que o tamanho dele se avolumou de tal maneira que as necessidades básicas da população não são atendidas. A reflexão que a sociedade faz hoje, o desejo dela é que o dinheiro público seja utilizado na melhoria da educação, da saúde, da mobilidade urbana, e não na ampliação de espaços. Com qual objetivo?

Ora, enfrentamos agora um processo que culminou com o *impeachment* da presidente Dilma, que tem toda uma discussão em função do seu vice eleito por quem nela votou, Michel Temer. Todo esse debate em torno disso mostra como eram utilizados os espaços públicos, as empresas públicas como cabides de emprego. Será que é mais essa a intenção? Porque de uma pesquisa que fiz, de debates que realizei

procurando saber qual a capacidade da Bahiainveste, quais os benefícios que ela tem trazido para o Estado da Bahia, não consegui ainda obter resultados.

Então, ficamos sem saber qual é a real intenção. Enquanto o Estado deve reduzir a sua participação, permitindo a livre iniciativa, permitindo que o capital privado atue na geração de emprego e renda e, como disse, que o recurso público seja investido nos itens mais necessários à melhor qualidade de vida, vemos uma posição do Estado da Bahia no sentido contrário.

Também fazemos uma reflexão, porque o nome é Bahiainveste e não vemos, não percebemos investimentos por parte desse governo. O que esse governo faz, como já disse... um governo medíocre, se preocupa apenas em passar na média, em malmente pagar os salários dos seus servidores, em pagar uma parte dos seus compromissos – ainda que outros, não –, pensando que cumprir apenas as suas obrigações é algo que merece elogio por parte da sociedade baiana.

Portanto, tudo que estamos vivendo aqui, o papel da Oposição, mesmo entendendo – como muitas vezes querem colocar aqui – o processo, o jogo político, é também garantir que tal iniciativa por parte do governo do Estado não seja em benefício próprio, não seja em benefício dos interesses do governo, porque os interesses que devem prevalecer e os interesses que estamos dispostos a defender aqui são os interesses do Estado.

E não é votando de maneira açodada, precipitada que esses interesses do Estado vão prevalecer. É importante que seja feita essa reflexão...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte.

O Sr. HEBER SANTANA:- Já lhe darei um aparte, deputado Leur. (...) é importante que seja feita essa reflexão nesta Casa. Ora, quando se fala da necessidade de que nós venhamos a nos aproximar mais, a interagirmos melhor com aquilo que é a vontade da opinião pública, é justamente discutir melhor as propostas que aqui são trazidas. Não é dizendo amém só porque é governo. Isso não é papel.

O nosso papel aqui como legisladores, fiscalizadores do Executivo é participar dessas discussões. E que os deputados de Governo nos tragam os argumentos que mostrem que é melhor votar a favor. Eu posso até, Líder, estar enganado, mas estou sendo mal informado pelos deputados do Governo. Eu não vi nenhum deles subir aqui para defender o projeto. Nenhum deles subiu aqui para dizer qual o benefício, qual a intenção que o governo do Estado tem com essa ação...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. HEBER SANTANA:- Se não defende, se não traz essas expectativas daquilo que é o desejo do governo do Estado com essa oportunidade de se tornar majoritário nas empresas, coisa que pela lei original não é permitida, como é que quer que a gente simplesmente concorde?

Com o aparte o deputado Leur Lomanto e, em seguida, o deputado Hildécio.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre colega, deputado Heber, gostaria de agradecer a V.Ex^a o aparte e poder, em rápidas palavras, adentrar ao seu

pronunciamento que, com muita lucidez, traduz de forma cristalina o sentimento da Oposição nesta Casa a respeito desse projeto da Bahiainveste.

V.Ex^a é muito feliz quando cobra, por parte do governo, primeiro: quais foram os grandes investimentos que a Bahiainveste trouxe para a Bahia desde a sua criação no ano de 2015? Se não me engano, absolutamente nada. Ou seja, essa dúvida que V.Ex^a traz, esse questionamento que V.Ex^a traz, o porquê do governo, de forma açodada, trazer esse projeto para esta Casa com mudanças no Bahiainveste, nos faz pensar: será que nós não estamos aprovando aqui mais uma alteração para que se torne, se aumente um cabide de empregos? Será que esse órgão está funcionando realmente?

Pelo que V.Ex^a colocou e pelo o que eu também tive oportunidade de pesquisar, desde 2015, qual foi a grande indústria que foi implementada na Bahia? Muito pelo contrário: o que o governo da Bahia fez nesses últimos anos foi gastar dinheiro com festas, por exemplo, para anunciar que a Jac Motors seria implementada na Bahia, com lançamento de peDr^a fundamental, com benefícios, isenções fiscais e com tudo que o governo teve direito para poder anunciar em sua rica propaganda espalhada por toda essa Bahia. E cadê a Jac Motors? Absolutamente nada.

Então, isso tem sido a marca desse governo. V.Ex^a, presidente, que me escuta com tanta atenção, isso tem sido a marca desse governo do PT ao longo desses 11 anos: promessas e promessas e promessas e nada sai do papel. O governador Jaques Wagner se elegeu prometendo que iria fazer a ferrovia Oeste – Leste; se elegeu prometendo que iria fazer o Porto Sul; se elegeu prometendo que iria fazer a ponte Salvador – Itaparica, que estava estampada no jornal *Bahia Econômico*, que teria até data de inauguração em 2013. E absolutamente nada de concreto. E já se passam 2 anos, quase 3 anos do governo do governador Rui Costa, que vem dando continuidade a esse governo das promessas e das obras inacabadas. Essa tem sido a realidade. E, mais uma vez, o governador Rui Costa viaja para passear na China e tenho certeza que não vai trazer nada de concreto para o povo da Bahia.

Então, eu parabenizo V.Ex^a pela lucidez do pronunciamento que realiza nesta noite de hoje, traduzindo, de forma fidedigna, o sentimento de toda a Oposição nesta Casa.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. HEBER SANTANA:- Muito obrigado, deputado Leur Lomanto, nosso Líder da Oposição, incorporo o pronunciamento de V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Heber Santana, V.Ex^a foi muito feliz neste seu pronunciamento, quando V.Ex^a foi no âmago da questão do projeto de lei que está sendo discutido e, certamente, será votado e aprovado pela maioria dos deputados que temos aqui na Base do Governo.

E, apenas para reiterar o que V.Ex^a analisou, também, quanto o nosso Líder, deputado Leur Lomanto, e a gente percebe que o governo da Bahia está indo na contramão da modernidade da administração pública, quando ao invés de enxugar a sua máquina para enfrentar e atacar os problemas básicos da população, sobretudo

daqueles que mais precisam do serviço público, que é exatamente as áreas de saúde, educação e segurança pública, o Estado resolve criar possibilidade de ser majoritário numa empresa chamada Bahiainveste, que, como aqui já foi dito, nada de investimento nós temos visto, no nosso Estado da Bahia, no últimos anos.

Aliás, o que a gente tem visto, na verdade, é o governo da Bahia ir atrás de negócios da China, negócios que a gente não enxerga, que a gente não vê, a não ser, como falou aqui o deputado Leur, as promessas vazias, a exemplo da Ponte Salvador – Itaparica, a exemplo da FIOOL, a exemplo do Porto Sul e a exemplo de tantas outras promessas que terminam caindo no vazio. Mas, eles têm uma eficácia tão grande em transformar essas promessas em realidade, porque daqui a pouco nós mesmos, da Oposição, estaremos aqui ditando que essas promessas foram realizadas.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a pela oportunidade, pela lucidez desse pronunciamento de V.Ex^a.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. HEBER SANTANA:- Deputado Hildécio, eu incorporo também o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento e reiterar o que foi dito aqui anteriormente. A preocupação que nós temos, o desenho que está sendo feito, parece-me que a preocupação de espaços perdidos e a busca de soluções para acomodar mais pessoas se enxerga através da possibilidade da Bahiainveste ser sócia majoritária de empresas e, através disso, fazê-las de cabides de emprego, prejudicando a gestão das mesmas, inchando ainda mais o Governo do Estado, que já não tem condições plenas de funcionamento, não tem plenas condições de trazer os investimentos necessários que a Bahia precisa para sua melhoria.

E aquilo que deveria ser perseguido de uma maneira intensa por parte desse governo, que é um modelo de gestão pública mais eficiente, um modelo de gestão pública mais eficaz, vemos, infelizmente, uma movimentação na contramão.

Portanto, Sr. Presidente, quero reiterar o que já foi dito aqui, até por deputados do próprio governo, que fazer uma votação dessa forma, conduzida assim, uma votação com muitas dúvidas, com muitas perguntas por parte da sociedade baiana não respondidas, com preocupações sobre o que será feito com o recurso público...

Há um detalhe também, é preciso saber onde esse dinheiro vai ser investido. Quem é que vai vender a sua empresa, de que maneira a Bahia investe vai usar o dinheiro na aquisição de espaços, ações e porcentagens de participação para ser maioria na empresa?

Eu sei que quem viver verá os próximos passos, e estaremos atentos aqui como agentes fiscalizadores para – se, de fato, confirmar-se esse projeto, eu espero que não –, observar com muito cuidado como essa alternativa será utilizada pelo governo do Estado.

E o meu pedido, Sr. Presidente, aquilo que realmente apresento, é que possamos deixar essa votação para um outro momento. Como disse, até mesmo deputados do Governo concordam com isso, que não se maturou o suficiente o projeto, a discussão para que possamos ter aqui, nesta tarde, já nesta noite, a votação desse projeto.

Eu quero, Sr. Presidente, inclusive, reiterar a necessidade, que foi dita aqui, de fazermos a reforma do Regimento, porque se apresentou aqui um fato que, para alguns, foi novo, foi uma quebra de acordo sobre aquilo que vinha sendo constantemente utilizado e aplicado nesta Casa. Faz-se necessário uma reunião da Mesa, uma convocação de uma comissão especial para que seja feita uma reforma do Regimento Interno. Assim como há necessidade, deputado Luciano Ribeiro, de aprovação da PEC que dá mais legitimidade ao exercício dos deputados estaduais, tirando esse impedimento burocrático das nossas ações para que possamos trabalhar de maneira efetiva sempre, sempre em favor do nosso querido Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Alan Sanches pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, boa noite a todos os Srs. Deputados e Deputadas. Como V.Ex^a não me concedeu a questão de ordem naquele momento, V.Ex^a fez suas escolhas, fiquei com o braço quase duro, mas V.Ex^a não me deu, queria levantar o contraditório contra o deputado querido, por quem tenho muito apreço, deputado Zé Neto, e o que fazemos hoje aqui é trabalhar. Valorizo aqui, deputado Heber, esse mandato que me foi concedido duas vezes. Isso é trabalho...

O Sr. Heber Santana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) Já são quase 10 horas da noite e trazemos isso para que o governo possa repensar essas atitudes com essa Bahiainveste que desde 2015 não traz nada. Agora como Heber colocou muito bem, o que está por trás disso? Querer o controle majoritário da Bahiainveste? O que ela fez e o que vai fazer?

É a mesma coisa das viagens do governador Rui Costa. Deve levar muitas pessoas a seu reboque, muitas pessoas sendo convidadas e o que trouxe efetivamente para o Estado da Bahia? Novamente o engodo da venda da ponte Salvador – Itaparica, são várias eleições querendo vender isso. Mas essa ponte só sai com o prefeito ACM Neto. Porque esse, sim, sabe fazer, já mostrou. Não adianta ficar tentando vender fumaça, porque não vai. Pode viajar para a China, para o Japão, para a Coreia, para onde for, mas não sabe fazer. Já mostrou que não sabe. Lembro que Sergio Gabrielli contratou uma consultoria que pagou milhões e que não serviu para nada, quando poderia estar pagando cirurgias para o povo. O que aconteceu? Nada, virou fumaça. Na verdade, é uma ponte da mentira. Então, deputado Zé Neto, quando V.Ex^a questiona o que é trabalho, depende da escolha de V.Ex^a. Esse trabalho da Oposição, hoje, é para que o governo volte a repensar as suas atitudes.

Queria aproveitar a presença do presidente da Casa, deputado Angelo Coronel...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) vou seguir o Regimento, V.Ex^a está inscrito depois dos deputados Heber Santana e Adolfo Viana.

Deputado Leur Lomanto, peço a sua atenção. Foi selado um acordo aqui entre o presidente da Casa, deputado Angelo Coronel, em junho, e o governador do Estado. V.Ex^a transmitiu a conversa que teve com o presidente da Casa dizendo que queria desbloquear e que o governador deu a sua palavra ao presidente desta Casa. Foi isso que aconteceu e que V.Ex^a trouxe para a reunião dos 21. Disse que até o dia 31 de julho estaria efetivando as emendas. Mas o governador é mesquinho, o governador não quer cumprir o que está na lei, na Constituição. Eu não quero favor do governador, eu não peço favor ao governador. Se ele quiser fazer, ele faça. Ou ele vai cumprir a lei ou ele é um fora da lei. Ou ele vai pagar ou ele vai dar o calote. Quem dá calote, é caloteiro. Isso tem que ficar claro para esta Casa e para a Bahia.

Ele não está sendo mesquinho com o deputado de Oposição, ele está sendo mesquinho com os municípios da Bahia. Porque ele persegue, sim, é mentira quando diz que é democrata. É mentira. Ele persegue os municípios que estão com os deputados da Oposição. Ele persegue, sim, quando os municípios da Oposição não recebem as emendas, não recebem as ambulâncias. Seus municípios receberam, deputado Prisco? Seus municípios receberam, deputado Luciano Ribeiro? Seus municípios receberam, deputado Adolfo? Não receberam, porque ele persegue, ele é mesquinho, ele não é democrata. Então, quando ele persegue... porque ele é do PT. Esperava alguma coisa a mais de um cara que é do PT? Se o cara é PT, vamos esperar alguma coisa? O homem é do PT, como a deputada Fátima Nunes diz que ele é do PT.

Se espera alguma coisa diferente de alguém que é do PT? Se a senhora quiser, se inscreva. Deixe de ser mal-educada, deputada.

Sr. Presidente, assegure meu tempo.

O Sr. Soldado Prisco:- Tem que restituir o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, tem que restituir mais 5 minutos para o deputado Alan, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Gostaria de pedir à deputada Fátima Nunes que respeitasse o deputado Alan Sanches, que está usando o seu horário regimental para proferir o seu discurso. Cada interrupção que acontecer – seja o deputado Alan ou qualquer outro –, mandarei voltar de 5 minutos para 1 minuto.

O Sr. Soldado Prisco:- Estava 16 minutos ali, Sr. Presidente, tem 14 minutos. Não foi restituído o tempo. O tempo parou ali, tem que ter restituição do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Prisco, quem tem que solicitar é o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu solicitei a restituição.

O Sr. Soldado Prisco:- Ele tem que solicitar, estou apenas falando. Estou em frente, por isso estou vendo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, por favor, continue o discurso.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Sandro Régis, gostaria que V.Ex^a pudesse restituir o meu tempo, porque a deputada está cortando o meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Alan, continue, por favor. Serei benevolente com V.Ex^a no final.

O Sr. ALAN SANCHES:- Então, tudo bem. Não sei como um deputado, que está utilizando o seu tempo... me inscrevi aqui, esperei todo mundo falar, mas a deputada Fátima Nunes não permite que eu fale. Parece que quando falamos a verdade, incomoda. Ai, fica gritando. Vá se inscrever, deputada, seja educada e se inscreva regimentalmente que o horário será seu. Se quiser também poderá pedir um aparte a qualquer um dos deputados.

Como estava falando, voltando aqui ao raciocínio, as emendas são dos municípios, não são dos deputados, mas a mesquinhez, a antidemocracia do governador Rui Costa, do PT, não permite que ele faça isso. Então, ele persegue. Se um município não é do PT ou de um aliado, ele persegue; ele não vai liberar, porque ele é ruim. Então, ele pensa: “Ou município ou está comigo ou não vai ter nada, é pão e água. E olhe lá se eu der o pão, é só água.”

Inventou agora, primeiro pede que se façam, com as emendas impositivas, as indicações; só pode isso, só pode aquilo; e todo mundo se vira para cumprir o rito legal que a Secretaria de Relações Institucionais solicita. E o que acontece? Vai para a reunião no outro dia e diz: “Olha! Eu tenho um engodo para vocês.” Eu vou ter um engodo, deputado Arimateia, vou fingir que vou enganar essa rapaziada toda, vou pedir para escolherem três poços para vocês furarem onde quiserem.

Eu não quero! Fiquem com seu poço, porque isso é mais uma mentira, um engodo. O poço é seu! Se saísse, queríamos, mas é um engodo.

Agora, vêm com outra mentira, dizendo que até dezembro pagariam. Que dezembro? Era no ano passado, no retrasado, 2015, 16, 17... E o que acontece? Vem com o engodo do poço, porque vai poder dizer: “Oh! A água veio salobra e não deu para furar.” Daí, coloca alguém para avaliar. Mas o engodo não colou com a Oposição, e não vai colar porque a palavra já foi quebrada diversas vezes, e não existe acordo.

Eu quero falar, inclusive respeitando a ausência do deputado Paulo Rangel, que tem que parar com esse negócio de acordo de 1930. Ou faz acordo, aqui, nesta legislatura ou não tem. E eu já defendi que não terá acordo. Com mentira não tem acordo. Faltou com a palavra, e vai faltar sempre, então, não tem acordo. Eu espero que ele esteja ouvindo, porque Paulo Rangel precisa acabar com isso. Não há acordo de 1930 aqui, nesta Casa. Nós iremos seguir o rito regimental.

Respondendo também ao deputado Rosemberg, que está aqui ao lado, acompanhando, quero dizer que o Regimento é claro: nos casos omissos, omissos, recorre-se ao Plenário. Mas não o entendimento que um tem ou outro tem! O que Rosemberg estava propondo aqui é que viesse para o Plenário, porque ele tem a Maioria, com 42 deputados, e decidiria. Mas isso não é caso omissos. O caso está claro: a cada 30 minutos poderá ser solicitada a verificação de quórum.

Se você permite que faça com o colega que está ou não na tribuna, é outro problema, mas não existe acordo para isso, que não pode ser colocado para o Plenário para decidir se vai pedir com o deputado na tribuna ou não. Mude o Regimento para que quer fazer: decidir no Plenário. Faça a mudança do Regimento, colocando a Comissão de Reforma para funcionar.

O Sr. Heber Santana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Com o aparte o deputado Heber Santana.

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Gostaria de pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Heber Santana:- Eu queria me licenciar enquanto...

O Sr. Soldado Prisco:- Preserve o tempo, Sr. Presidente... Queria que pedissem para verificar meu tempo. Segurar meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O tempo é para questão de ordem e verificação de quórum. Depois, havendo número ou não, o tempo do deputado Alan será restabelecido.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, pois não.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente...

O Sr. Joseildo Ramos:- Vá, Zé Neto, você pediu, tudo bem.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja deferido o tempo de 15 minutos para que seja restituído o quórum de permanência da presente sessão, e eu já chamo ao Plenário as deputadas e os deputados que estão nos gabinetes, no cafezinho, que estão nos diversos compartimentos da Casa – também os que estejam na biblioteca, pesquisando, estudando, fazendo reflexões, para que possam comparecer ao Plenário da nossa gloriosa Assembleia Legislativa.

O deputado Alan me citou na fala dele. Eu quero apenas dizer a ele que o que eu disse foi, exatamente, o que ele tentou dizer ali, e disse que eu disse o que eu não disse. Mas eu vou esclarecer o que eu disse. O que eu disse foi exatamente que nós não podemos fazer da disputa uma coisa que possa achincalhar o relacionamento. O Regimento, as próprias normas da sociedade, existem para nos dar a segurança de que temos regra. É assim em tudo na vida. Na religião também é assim. O pior momento que a humanidade vivia foi quando Cristo veio à Terra exatamente para dizer que é preciso ter regras de convivência humana.

E essas regras também existem no trabalho, na família, na política e na Casa Legislativa, principalmente, porque nós somos os legisladores. Somos nós que

estamos aqui hoje discutindo a criação de normas para o Estado. Portanto, se nós somos legisladores, nós não podemos pegar o Regimento da Casa e, simplesmente, jogar para cima porque estamos aqui numa disputa ou numa peleja política. Eu queria esclarecer isso para que fique bem claro o meu posicionamento, e que a gente possa conduzir a noite e a disputa com as regras. Eu acho que é isso que é o mais correto. E que é nisso que nós devemos, inclusive, servir de exemplo. O Poder Legislativo deve servir de exemplo.

Queria convocar os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, por favor, para a gente não perder tempo e já ir fazendo a aferição do painel para que possamos dar frequência e reconduzir a normalidade à nossa sessão nesta noite. Gostaria de que se zerasse o painel, por favor, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Gostaria de que se zerasse o painel e se colocasse o tempo regimental de 15 minutos. Há uma verificação de quórum pedida pelo deputado Soldado Prisco e contraditado pelo Líder do Governo, deputado Zé Neto.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, na sala de imprensa, nos seus gabinetes, na biblioteca, por favor, compareçam à sessão.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quórum restabelecido, 21 Srs. Deputados.

Retorno a palavra ao deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Dando continuidade a meu tempo, quero conceder o aparte ao deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Deputado Alan Sanches, V.Ex^a, que é um deputado combativo, que tive o privilégio de ter como colega, como já mencionei nesta sessão, como vereador, e não só como vereador, mas como presidente da Câmara na época, e hoje tenho esse privilégio de tê-lo como colega aqui, deputado também, vejo V.Ex^a sempre preocupado com os destinos da Bahia. Assim V.Ex^a faz especialmente na sua área de atuação, na sua profissão, na área de saúde, questionando a forma de como esse Governo trata a saúde do nosso povo. O mesmo sentimento que V.Ex^a tem em relação a isso, porque, quando faz questionamentos, quando chama atenção de que uma regulação não funciona bem, de que pessoas estão morrendo esperando apenas a possibilidade de serem transferidas, por uma questão burocrática... Assim como V.Ex^a tem a preocupação com a vida das pessoas, tem, da mesma forma, a preocupação em relação aos temas que estão sendo discutidos aqui, em especial essa matéria que trata da Bahaiinveste.

A preocupação que devemos ter com a nossa atuação aqui é de que o dinheiro público, algo tão valioso, algo tão suado, num País, num Estado que tem uma carga tributária tão grande, não venha a ser utilizado de maneira açodada, ferindo os não só os princípios éticos, morais, mas também, ferindo o desejo e a busca da melhor qualidade de vida da população baiana.

Portanto, é esse o papel que a Oposição cumpre aqui, e V.Ex^a consegue trazer isso de maneira sóbria, transparente, refletindo sobre os mais diversos temas que

afligem o nosso Estado e também pensando e dando ao seu discurso o norte para que a ação desta Casa, ação de nós enquanto deputado da Oposição possa refletir esse sentimento e trazer realmente benefícios à população.

É o que nós desejamos. A discussão não pode se dar, as questões que são colocadas não podem se dar como se fossem algo menor, simplesmente como alguns dizem aqui: “Acaba com isso, para com isso”. Não, nós temos responsabilidade com este Estado, com os eleitores que nos confiaram, inclusive, estar desse lado do jogo, do lado da Oposição. Estando na Oposição, vamos, sim, cobrar do Governo do Estado para que suas ações não sejam como nós estamos pensando. Será que essa tentativa é apenas mais uma tentativa de ampliar o cabide de emprego desse governo, que malmente paga as suas contas, será?

O Sr. ALAN SANCHES:- Com certeza.

O Sr. Heber Santana:- Então, essa terá que ser a nossa reflexão, por isso que esse projeto não deve ser votado dessa maneira e por isso que o trabalho que V.Ex^a faz é tão profícuo nessa tarde.

O Sr. ALAN SANCHES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e digo ao deputado Zé Neto que tem diferença e discordância de pensamento do que é trabalho. Para ele o que fazemos hoje não é trabalho; mas a obstrução faz parte do Parlamento. Quando se faz essa obstrução, nós estamos fazendo com que o governo do Estado possa repensar as suas atitudes, possa maturar. E digo ao deputado Zé Neto que, toda vez que ele trazer para aqui os projetos que não tenham sido discutidos, eles serão discutidos à exaustão nesta Casa.

O Sr. ALAN SANCHES:- Com o aparte o deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes:- Deputado Alan, eu queria parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e dizer que discordar não é não trabalhar. O que nós estamos fazendo aqui, hoje, é discordar da postura do atual governo do Estado da Bahia. Um governo que, como bem disse V.Ex^a, não consegue cumprir com os compromissos feitos, que não honra a sua palavra. Então, nada mais eficaz do que estarmos aqui lembrando ao governo que palavra dada é para ser cumprida. Afinal de contas, a palavra dada de um governo de Estado significa a credibilidade do Estado da Bahia. Esse governo e esse Poder Legislativo têm o poder e a obrigação de zelar. Se temos emendas impositivas, elas precisam ser cumpridas; porque ao não cumprirem estão tirando a credibilidade do nosso Estado. Fica uma desordem. O estado da Bahia fica sem credibilidade.

No ano passado, o governo resolveu caçar incentivos fiscais dados aos empresários – e caçou. Com a sua ampla Base governista retirou incentivos fiscais dados a empresários. Quer dizer, já fica difícil empresário hoje vir para a Bahia, por conta de um acordo que foi quebrado por parte do governo. E nós, parlamentares, que deveríamos aqui fortalecer a credibilidade do nosso Estado, temos o que a dizer? Que é um Estado que não respeita a decisão judicial; que é um Estado que não respeita as leis produzidas nesta Casa Legislativa; que é um Estado que não cumpre com as suas obrigações. Então, eu quero parabenizar V.Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento e dizer ao deputado Zé Neto, a quem tenho respeito e estima, que nós não estamos deixando de trabalhar. Muito pelo contrário, nós estamos aqui trabalhando e vamos

entrar a madrugada, para dizer ao governo que nós da Oposição não aceitamos um Estado sem credibilidade. Queremos que este Estado, o Estado da Bahia, seja um Estado cumpridor de leis e cumpridor dos seus compromissos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. **ALAN SANCHES**:- Obrigado, deputado. Incorporo o aparte de V.Ex^a e passarei a palavra ao deputado Leur Lomanto que me solicitou um aparte.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Agradeço o aparte a V.Ex^a, deputado Alan Sanches, meu querido colega e amigo, V.Ex^a sempre com essa voz firme e forte mostrando as suas convicções e o seu ponto de vista acerca de temas importantes no nosso Estado.

E V.Ex^a faz uma cobrança legítima com relação ao pagamento das emendas impositivas aos municípios baianos, que é de direito, como V.Ex^a colocou muito bem, está escrito na lei, na nossa Constituição, aprovada por esta Casa, que é lei e obrigação por parte do governador de honrar o que está escrito na lei com o pagamento das emendas impositivas. Infelizmente, o governador Rui Costa não tem cumprido com o que está na lei. Essa é a pura realidade.

Eu me associo à cobrança de V.Ex^a com relação ao acordo firmado nesta Casa, neste Parlamento, pelo presidente Angelo Coronel, meu querido amigo, e pelo governador Rui Costa.

Aqui já se passaram 60 dias desde que foi realizada a última sessão do semestre legislativo passado, na qual o presidente, do alto dessa Mesa Diretora, telefonou ao governador Rui Costa e o mesmo ouviu das palavras do próprio governador Rui Costa que as emendas que são direito dos parlamentares, todas elas, tanto do ano de 2015, 2016, seriam todas elas quitadas até 31 de julho. Já estamos no dia 29 de agosto de 2017 e absolutamente nenhuma sinalização por parte do governo com relação à quitação dessas emendas parlamentares. Pelo jeito, o que tem ocorrido, e o que ocorreu, é o que acontece de praxe neste Parlamento.

Pelo que sinto da Base governista, que já se encontra toda ela aqui apta para votar os projetos do governo do Estado, acontece o que sempre vem acontecendo: o governo paga as emendas impositivas dos deputados governistas – vejo até aqui a felicidade do meu querido deputado Carlos Ubaldino, que já deve ter todas as suas emendas aplicadas... Não? Também não? No pastor Carlos Ubaldino eu confio, tem toda a legitimidade, ele também está dizendo que nem eles ainda foram atendidos com o pagamento das emendas impositivas.

Então é realmente decepcionante para nós parlamentares, que estamos cheios – só para concluir, deputado Alan – de demandas em nossos municípios nas áreas de saúde e educação. E o governador Rui Costa tem de entender, deputado Rosemberg, que ele não está prejudicando os deputados; está, sim, prejudicando os municípios da Bahia, que estão ávidos necessitando de melhorias de infraestrutura, de estrada, de saúde, de educação, de moradia. E isso vai de encontro às reais necessidades dos municípios baianos.

Então eu me associo nessa cobrança que V.Ex^a faz hoje. Que se cumpra a lei. Emendas impositivas não são para deputado, são para serem aplicadas nos

municípios da Bahia. Parabéns, mais uma vez, pelo seu brilhante pronunciamento nesta noite de hoje.

O Sr. ALAN SANCHES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, Líder Leur.

É um governo mesquinho, perseguidor. Volto a dizer que a credibilidade desse governo fica em xeque. V.Ex^{as} e as pessoas que nos acompanham, imaginem, se ele mente para esta Casa, se ele perde a credibilidade com 63 deputados quando não cumpre um acordo feito com o presidente da Assembleia Legislativa, ele vai manter a palavra com o cidadão da Bahia? Jamais! Jamais! Aí temos de questionar a palavra de um governador do Estado dada a um presidente da Assembleia Legislativa da Bahia.

Sempre gosto de lembrar – e acho que isso já ficou bastante sedimentado – de que as emendas impositivas não são para o benefício de nenhum deputado. São, sim, para o benefício daqueles municípios que os escolheram como representantes; municípios, no caso, que estão com o nosso prefeito ACM Neto. Por isso, ou seja, porque são de outro lado político, ele não paga. Mais de 300 ambulâncias já foram distribuídas, mas quem é prefeito da Oposição não recebeu nem receberá nada. Porque o governador é mesquinho, é antidemocrático. Ele quer dar esse calote em todos os partidos que não estiverem com ele. “Só vou pagar aos prefeitos que estiverem no meu bloco”, é o que ele diz, mas não adianta, não adianta chantagem, não adianta perseguição porque essas pessoas que gostam da Bahia continuarão, sim, lutando para que a gente tenha uma Bahia cada vez melhor.

E eu tenho certeza que esse povo, esse meu Deus que me escuta nesta noite de hoje não vai permitir que a Bahia tenha novamente um governador que vá perseguir o Estado da Bahia, que vá perseguir as minorias, porque essa mesquinhez ficará muito clara nas próximas eleições.

Eu queria concluir, nobre deputado Sandro de Oliveira Régis, V.Ex^a que às vezes tem essa mão pesada, inclusive como Oposição, mostrando o seu rigor na apuração, eu queria concluir dizendo o seguinte: agradeço a Deus por estar nesta Casa hoje, não me renderei, não me renderei a essa pressão do Sr. Governador mesquinho, que não tem credibilidade, que perde a credibilidade com esta Casa a partir do momento que assume o compromisso, que dá a sua palavra... Os municípios estão esperando, mas ele, por ser mesquinho, por ser perseguidor, não paga as emendas impositivas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Presidente (Sandro Régis):- Há sobre a Mesa um Requerimento:

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2017.

Deputado Zé Neto.”

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, para a aprovação desse Requerimento gostaria de solicitar uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quem pediu questão de ordem aí?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, eu queria pedir a V.Ex^a que, no tempo regimental de 25 minutos, convocasse todos os deputados para que se façam presentes aqui neste Plenário. Deputado Adolfo Viana, é comum nesta Casa se aprovarem os requerimentos de prorrogação de sessão sem verificação de quórum, mas o deputado fez uma inovação nesses 7 anos em que participo desta Casa aqui. Fez realmente uma inovação em pedir verificação de quórum para um requerimento de ampliação que é tradicional na Assembleia, e sempre fica a parte dos debates preservada.

Queria então convocar, pedir, chamar todos os deputados e deputadas para que se fizessem presentes aqui, porque há um pedido de verificação de quórum. E pediria também, Sr. Presidente, que V.Ex^a marcasse os 25 minutos e convocasse pelas campainhas e pelo microfone para que se façam presentes ao Plenário os parlamentares para darem continuidade à votação do requerimento de prorrogação da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel, marquem 25 minutos.

Há uma solicitação de quórum de votação para a prorrogação da sessão por 600 minutos.

Os Srs. Parlamentares que estão na Biblioteca, no restaurante, na sala do cafezinho, na Tribuna de Imprensa, nos seus gabinetes, por favor, venham ao Plenário.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

(Verificação de quórum de votação.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria só de um esclarecimento de V.Ex^a. Gostaria de saber onde consta, no Regimento Interno desta Casa, que ao pedir uma verificação de quórum de votação se tem que ter 25 minutos. Eu entendo que o quórum tem que estar presente no Plenário.

O Sr. Zé Neto:- Pelo amor de Deus.

O Sr. Adolfo Viana:- Qual artigo do Regimento mostra que tem esse tempo determinado para aguardar os senhores parlamentares?

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois, não. Por favor, Sr. Carlos Machado, aqui ao meu lado.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu vou encarar isso como uma brincadeira. Eu acho que deve ser uma brincadeira.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me respeite, deputado. Eu não estou aqui para brincadeira não. Eu estou, aqui, trabalhando.

O Sr. Zé Neto:- A uma altura dessa do campeonato... estávamos aqui na Assembleia, eu cheguei à Assembleia... isso aqui tem formulações que é preciso que tenhamos compreensão. O deputado vai se deslocar para o Plenário, tem que estar no Plenário? Ele não pode ir no sanitário? Não pode estar na Casa? Isso não existe em nenhum Plenário do mundo. Inclusive esse debate nós já fizemos aqui por muitas vezes. Nós já vencemos esse debate aqui várias vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O que o deputado Adolfo perguntou é se está no Regimento da Casa a questão dos 25 e dos 15 minutos.

Eu estou convocando Carlinhos Machado, que é o procurador jurídico da Casa, para me dar essa informação. Eu como presidente, neste momento, tenho que ser regimentalista e tenho que exercer a função do Regimento. Se tiver no Regimento será respeitado, se não tiver eu não vou acatar. Carlinhos Machado, por favor. Se não tiver, vou atender à solicitação do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero que estabeleça o tempo de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O tempo já foi estabelecido e está contando.

O Sr. Adolfo Viana:- O tempo já está contando. É um tempo irregular, inclusive, na minha ótica.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O tempo está contando.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, estou no meu tempo, ainda.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O tempo de V.Ex^a, deputado Zé Neto, encerrou.

(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Vá, deputado Zé Neto, fale.

O Sr. Zé Neto:- Eu só quero lembrar que nós somos Maioria. Eu prefiro que a gente resolva as coisas no Plenário com prudência.

O Sr. Adolfo Viana:- Sob ameaça nós não trabalhamos.

O Sr. Zé Neto:- O microfone não está funcionando, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Adolfo Viana, vai querer a questão de ordem ainda ou vai retirar?

O Sr. Zé Neto:- Por favor, o som não está funcionando.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Som para o deputado Zé Neto, por favor, senão ele vai enfartar.

O Sr. Zé Neto:- Não, não vou enfartar não.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Carlos Machado, por favor, assessoria técnica aqui.

(Pausa)

Vou aguardar o deputado Zé Neto falar. Deputado Zé Neto, por favor, use a palavra.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu acho que a gente tem que ter cuidado, e até peço ao presidente Angelo Coronel que assuma o posto da presidência, porque a gente está chegando num nível que eu acho que eu quero falar com o presidente da Casa, que está aqui do lado. Quero falar com o presidente da Casa o seguinte: nós somos Bancada de Maioria. Hoje já tivemos alguns problemas aqui, Sr. Presidente, com relação..., eu quero o presidente da Casa e o presidente em exercício. Eu acho que os acordos não estão sendo cumpridos e hoje foi a tarde toda nisso. Eu estou chamando a atenção para que a gente evite uma ruptura maior. Vocês são Oposição, uma Bancada menor.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu aqui estou como presidente, não como Oposição.

O Sr. Zé Neto:- Uma Bancada menor. Eu acho que a gente tem que ter apenas prudência, para a gente não esticar muito a corda, porque eu nunca vi nem esse debate aqui na Casa. Eu estou pensando que o debate era porque era 21 minutos, porque 21 são 15 e o debate que eu estava pensando era esse, de ser 15 ou 25 minutos. Depois que fui me dar conta que nem é esse, é outro.

Eu estou chamando a atenção do deputado Adolfo Viana, que, aliás, tem uma percepção do que eu estou dizendo, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista formal, do ponto de vista dos costumes da Casa e do relacionamento da Casa, para não puxarmos a corda demais e depois fazermos uma outra coisa.

V.Ex^a está lembrando que somos Maioria aqui, na Casa. De repente, vocês sendo Minoria, estão achando que estamos brincando com o quê? “Agora não vai ter mais tempo para chamar, o deputado tem que estar aqui, no Plenário”. Pelo que estão dizendo, o deputado deve estar no Plenário permanentemente. E o presidente em exercício diz que se não estiver no Regimento, como estão vendo, vai exigir que todo mundo, agora, fique no Plenário permanentemente. Não há mais o tempo de locomoção dos gabinetes para cá.

Eu estou pedindo a V.Ex^a para termos prudência, estamos aqui num processo que não é fácil, para não virar uma coisa que vai chegar a um nível... porque, aí, vai ser problema. Acho que temos que ter só cuidado com isso, porque V.Ex^{as} são

Oposição. Eu respeito a Oposição. Como Líder da Maioria, eu digo que respeito a Oposição, como respeito as tradições desta Casa, como respeito as formalizações desta Casa.

Eu acho que em certos debates temos que ter, pelo menos, pudor. Em certas coisas perdemos o pudor da política. Eu não me lembro nem de ter existido na Casa esse debate, tamanha é a convicção do que já existe de prática nesta Casa. Eu nem me ative a olhar o Regimento, porque nunca vi esse debate. Vou até dar uma olhadinha agora, porque não estou lembrando direito.

Agora, não existe essa discussão de ser chamado aqui para atender a um interesse momentâneo da Oposição. Eu acho que vocês têm que jogar o jogo político. Não joguem o jogo do tudo vale, do oba-oba, porque isso entristece a quem está assistindo e só vamos criar um desgaste que não vai ser bom para a Casa. Vamos jogar o jogo tranquilo, numa boa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, primeiro, quero dizer a V.Ex^a que esta Presidência tomou o cuidado de verificar no Regimento a pergunta do deputado Adolfo Viana, que é legítima.

Adolfo Viana, vou responder, aqui, a V.Ex^a. Resolução de nº 1.749, de 22 de fevereiro de 2017, art. 2º: (Lê) *“Fica acrescido no Art. 227-A o parágrafo único: uma vez levantada a questão de ordem para verificação de quórum, são fixados os seguintes prazos para comparecimento dos deputados ao Plenário. Até 15 minutos quando a verificação for solicitada para continuar a sessão; até 25 minutos quando a verificação de quórum for destinada a votação de proposição; e até 15 minutos quando houver pedido de verificação de quórum para votação no âmbito das comissões, em sessão plenária”*.

Então, deputado Adolfo Viana, V.Ex^a está sendo respondido aqui: está previsto no Regimento. Foi deste ano, mas não consta nos regimentos mais antigos da Casa.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, o que não pode ser admitido, nesta Casa, é que qualquer questionamento feito pela Oposição, seja visto e respondido por parte da Bancada governista, com tom de ameaça, dizendo: “Ah, nós temos a maioria. Se não fizerem desse jeito, nós vamos usar a maioria para mexer no Regimento Interno da Casa.” Nós não vamos trabalhar aqui sob nenhum tipo de ameaça. Afinal de contas, temos um Regimento, deputado Zé Neto. O que estamos pedindo é que o Regimento seja cumprido. Entendemos que o Regimento é a bíblia desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu compreendo dessa forma também, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- E olhe que esta Casa agora tem bíblia!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já que o Regimento, deputado Rosenberg Pinto, é a organização dos nossos trabalhos, o deputado Adolfo Viana foi muito feliz ao questionar sobre o Regimento.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria solicitar aos Srs. Deputados que se encontram na Casa, que adentrem no Plenário e registrem as suas presenças. Nós precisamos de mais quatro presenças. Solicito que compareçam ao Plenário os Srs. Deputados Nelson Leal, Luiza Maia, Neusa Cadore, Manassés, deputada Ivana.

Sr. Presidente, estamos vivendo a tarde da jurisprudência. Infelizmente, estamos assistindo à tarde da jurisprudência. O nosso amigo, deputado Sandro Régis, saiu da posição de presidente e já trouxe uma jurisprudência nova.

Peço aos deputados que estão na Casa que compareçam ao Plenário. Faltam quatro deputados para que possamos ter os 32 necessários para o quórum de votação ser restabelecido e possamos votar o requerimento que diz respeito ao prosseguimento da presente sessão. Ainda temos uma sessão calçada aqui, mas queria que pudéssemos resolver esse quórum. Temos em torno de oito minutos restantes, peço aos deputados que estão na Casa que compareçam ao Plenário.

(Continua a verificação de quórum e chamada de votação do Requerimento.)

O Sr. Zé Neto:- Srs. Deputados que estão na Casa e nos corredores, nós ainda temos mais 3 minutos. Acho que quem ainda estiver na Casa... agora, eu queria fazer aqui, deputado Angelo Coronel, um pedido ao deputado Sandro e ao deputado presidente da Casa: hoje muito cedo se encerraram os trabalhos do restaurante.

Quero apenas solicitar que... a situação é que, inclusive, eu não pude sair para me alimentar, porque eu fiquei aqui esperando, e foram dois pedidos de verificação de quórum. Então, eu gostaria de pedir ao 1º Secretário, que é o deputado Sandro Régis... tem quatro deputados que saíram para jantar e estão me dizendo aqui que estão de volta, que estão jantando porque não tinha... essas coisas, eu também... Eu só peço que tenhamos mais cuidado, eu peço ao deputado Sandro Régis que cuide dessas questões...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Zé Neto, V.Ex^a tem uma certa razão, mas será que os quatro...

E os 59 não tiveram esse problema?

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu trabalho dentro da minha humildade, da minha condição e possibilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sim, deputado, V.Ex^a está procurando um problema para resolver o problema da falta de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Tem quatro fora e está faltando um. Tem quatro e tem as situações que já enfrento no dia-a-dia. Agora, cria um motivo a mais para a gente dar... E não foi só isso. É porque, realmente, tem a reclamação. Mesmo os que não estão fora, os que estão aqui reclamaram... eu peço ao deputado Sandro...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Os deputados são movidos a esse combustível, deputado? São movidos a comida por estarem no Plenário? (Risos)

O Sr. Zé Neto:- Não, mas o pessoal reclama, Sr. Presidente, porque, de uma forma ou de outra, tem muita gente que está aqui há muito tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu fico lisonjeado com V.Ex^a preocupado com o estômago deles.

O Sr. Zé Neto:- Eu sei. V.Ex^a sabe que eu me preocupo com o estômago dos deputados também, porque de barriga vazia ninguém fica em pé. Então tem isso. Pronto, alcançamos o quórum.

(Vários deputados comemoram no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Viu aí, deputado, que dois já jantaram tranquilamente? Barriguinha cheia...

Em votação, o requerimento de prorrogação da presente sessão. Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Com os votos em contrário da Oposição presente ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre deputado de Caetité, Luciano Ribeiro, pelo tempo de 20 minutos. Caculé e Caetité são cidades vizinhas.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, este é um retrato de um governo que construiu a sua base no fisiologismo. Um governo que tem na sua base um número expressivo de deputados, mas hoje não conseguiu dar quórum na Comissão Conjunta. Certamente os deputados que lá não foram não foi por impedimento. Não foram por pura vontade, porque é uma base construída não pela ideologia, não por uma programação de governo, não no sentimento...

(Uma deputada se manifesta fora dos microfones.)

V.Ex^a já defendeu demais o governo da senhora. Permita-me, deputada, defender o povo da Bahia. Se V.Ex^a quer um aparte, eu concedo. Está concedido o aparte.

(Uma deputada continua a se manifestar fora dos microfones.)

Está concedido. V.Ex^a quer um aparte? Pode usar. Use o aparte, vamos discutir, vamos debater ideias, não esse fisiologismo que estamos aqui assistindo!

V.Ex^a tem o aparte. Vamos debater! Vamos debater, deputado Fabrício Falcão! Vamos debater, deputado! Vamos falar, por exemplo, do aumento dos servidores públicos que o senhor aqui não defende há 3 anos. Vamos debater.

Por que V.Ex^a não sobe aqui e pede ao governador, deputado Fabrício Falcão, que reveja a questão dos servidores públicos, que estão há 3 anos... É bom o governo? Vamos debater. Concedo-lhe um aparte. Exponha, vou aceitar. Assim não dá para discutir! Com gritos não dá para discutir! Quero discutir ideias, programas, deputado Fabrício! Enfim, qualquer assunto, desde que seja discussão em alto nível.

E o que eu estava assistindo é a um governo com sua base verdadeiramente construída no fisiologismo! No fisiologismo! Os deputados que neste Plenário permanecem, os que deram quórum arrastado, talvez estejam aqui porque acreditam no governo ou no programa dele. Mas os que não vieram dar quórum, os que não se encontram nesta sessão para votar este projeto importante na visão, na ótica do governo, é porque certamente estão descontentes, não estão de acordo com os rumos tomados por esse governo e estão cobrando as suas emendas impositivas. E um governo assim nem aqui nem em lugar nenhum pode ser bom para o povo. Governos

têm que ser construídos, e os debates aqui precisam ser elevados em nível de ideias, de soluções para a população.

Não dá, efetivamente não dá, para aqui ficarmos trocando votações por emendas impositivas. E as emendas parlamentares devem ser pagas. Quem não paga o que deve é caloteiro. E confesso: eu, particularmente, sou contra o instituto das emendas. É um desvirtuamento do Parlamento. E o Parlamento foi feito, na tríplice divisão do poder, para podermos legislar, fiscalizar, não para sermos Executivo. Mas elas existem, foram soberanamente aprovadas aqui numa emenda constitucional. A Constituição do Estado as contém.

Concedo um aparte a V.Ex^a. Permita que eu conclua meu raciocínio, minhas ideias. Nossas divergências são políticas. Eu ouvi a senhora. Ouço-a todo dia. Mas a quem quer debater concedo o aparte, deputada. Porém não perderei o meu raciocínio.

Quero aqui, e tristemente digo isto, reafirmar que não é discurso de oposição contra situação, é discurso pelo engrandecimento deste Parlamento.

Esta obstrução que estamos a fazer aqui hoje não é pelo projeto em si, embora encontremos nele distorções que não deveriam estar. Por exemplo, para se criarem ou incorporarem empresas ao patrimônio público, é necessário que se ouça a Casa Legislativa. Este projeto isenta disso.

Nós apresentamos uma emenda que sequer foi comentada pelo relator, infelizmente. Sou Oposição hoje, e posso ser Situação amanhã. Se não eu, a minha linha de raciocínio ou outra pessoa que pode estar aqui. Por isso, esta obstrução tem de ser forte para garantir o seu pleno funcionamento e permitir o debate de ideias para que o Parlamento seja, então, engrandecido e assim possamos ser parlamentares.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concedo o aparte ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos- Deputado Luciano Ribeiro, quero contribuir para este debate. No momento em que V.Ex^a sobe a essa tribuna e fala do atual sistema político no qual vivemos, não me ocorre que exista qualquer relação entre o Executivo e o Legislativo que não se pautem pelo fisiologismo.

A ampliação de maioria, de a até z, não tem um recorte ideológico nos governos que mais primam por essa matéria, mesmo porque a origem desse processo começa com o financiamento da campanha que, inclusive, nos fez estar aqui, na origem. Então eu quero lhe dizer que não só esse governo, mas todos os governos que se estabelecem no atual sistema político estão contaminados em nosso País.

Portanto, não é primazia desse ou daquele governo, são todos governos municipais, estaduais e o governo deste País. Agora é preciso verificar como é que no Congresso Nacional se comportam os deputados baianos para que a gente, pela raiz, evite que continuemos a padecer dessa chaga.

Então eu gostaria de dizer que eu concordo em boa parte, na maior parte, com o que V.Ex^a disse, mas gostaria de estender esse entendimento para todo o sistema e para toda a representação parlamentar em todo o País.

Era só essa contribuição.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu agradeço a contribuição do nobre deputado Joseildo Ramos e quero dizer, nobre deputado, que todas as vezes que me dispus a qualquer jornada, todas as vezes que me dispus a qualquer empreitada, procurei fazê-los sempre, sem nenhuma exceção, conduzido por minha consciência.

Acredito, e sempre agi assim, que todas as vezes que nós estivermos na condição de poder transformar, devemos dar a nossa contribuição. Não devemos acreditar, e eu não acredito, que, por ser apenas um entre 63 deputados, a minha palavra não seja ecoada, que a minha palavra não tenha consequência. Assim o fiz quando fui chefe do Executivo, permiti que o Legislativo agisse de acordo com as suas consciências e defendendo os meus programas de governo de forma livre e consciente, que, por feliz coincidência, coincidiam com os pensamentos da maioria do Parlamento.

Se aqui sou um entre os 63, a minha palavra nunca será em vão, a minha palavra aqui é como o beija-flor que no incêndio leva a sua gota d'água, e outros dizem: a sua gota d'água não apagará o incêndio da floresta, mas ela está fazendo a parte dela.

Faço a minha parte e faço porque acredito, efetivamente, no que estou dizendo. Jamais digo aquilo que não acredito. Da vida particular, eu trouxe o que aprendi para a vida pública e só continuarei na vida pública enquanto liberdade tiver de poder fazer exatamente o que penso, de conduzir as minhas ações com a liberdade da minha consciência, de conduzir as minhas ações tendo a liberdade e tendo a capacidade de discutir com os iguais e com os contrários, com a capacidade de permitir que as divergências de pensamento, as divergências de ideias não sejam empecilhos para se criar, para se construir aquilo que é o ideal, mas, ao contrário, sentar e construir com as próprias contradições que a divergência impõe, construir aquilo que é o ideal para a sociedade.

Ora, a nossa vida é curta. Poucos têm a felicidade de estar aqui podendo representar uma fatia, uma parcela da comunidade. Logo, logo nós passaremos; logo, logo aqui não estaremos, mas devemos deixar, assim que penso na minha vida, um legado de retidão, de pensamentos que constroem, um legado de pensamentos do qual, no futuro, os seus filhos, os seus netos, os seus descendentes possam ter orgulho. Se erramos, e erramos muito, devemos errar por convicção de que estamos certos, é assim que conduzo a minha vida.

Por isso que esta obstrução que estamos a fazer é uma obstrução, porque a Oposição entende que um dos princípios do Parlamento é, primeiramente, manter a sua integridade de independência. Um outro princípio do Parlamento, Sr. Presidente Angelo Coronel... E V.Ex^a foi aqui eleito com os nossos votos e com a confiança da Oposição de trazer a esta Casa a independência de que ela precisa. Nós acreditamos e assim o elegemos. Precisamos... E aqui, quando se fala em reunião conjunta, quando se faz, é a mesma coisa dos regimes de urgência porque nas comissões conjuntas a discussão não passa de fantasia.

Os projetos precisam, claro que não são todos, em alguns são necessárias a urgência e as reuniões conjuntas, mas na sua maioria a regra deve ser a de que o

projeto passe, normalmente, por cada comissão, e isso, Sr. Coronel, não está a ocorrer nesta Casa. Nós precisamos fazer valer o que esta Casa.

Nós precisamos fazer valer o que esta Casa aprovou, as emendas impositivas, o governador precisa cumprir. Precisa fazer com que se cumpra porque é um débito, é uma obrigação, é impositivo, porque se ficarmos no fisiologismo, repito, construído à Base governista, os que são hoje beneficiados, amanhã serão vítimas, tenho certeza disso. Serão vítimas da prepotência que hoje o governo arrogante e caloteiro, que não paga as emendas impositivas que este Parlamento, soberanamente, fez incluir na nossa Carta Magna estadual.

É preciso ter respeito pelas leis. Brigamos aqui hoje tanto, Líder Zé Neto, pelo Regimento Interno, que é uma regra interna. V.Ex^a se indignou tanto por algumas subversões ao Regimento Interno...

O Sr. Zé Neto:- Subvenções.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Subversões. Saiu dele. Não, subversões, desvio do Regimento Interno, e concordo com V.Ex^a porque sou legalista, acho que se deve cumprir o Regimento Interno. Mas assim como acho que se deve cumprir o Regimento Interno, quero que V.Ex^a também entenda que o seu governador, o governador da Bancada governista, da Bancada fisiologista, deve também cumprir o que deve.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Com a palavra o nobre Líder Leur Lomanto. Com muito prazer, ouço V.Ex^a, deputado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Luciano Ribeiro, agradeço a V.Ex^a pelo aparte. V.Ex^a sempre contundente nos seus pronunciamentos, e não poderia ser diferente na noite de hoje, traz aqui a sua colaboração para este debate a respeito desse projeto. E V.Ex^a traduz muito bem a forma de pensar da Bancada de Oposição.

O que a Bancada de Oposição vem nesta noite é mostrar ao povo da Bahia que queremos debater os problemas deste Estado. Nós queremos discutir com os parlamentares da Bancada do Governo os problemas que vem enfrentando o Estado da Bahia. Mas aqui o que podemos assistir, na verdade, foi o discurso de uma voz só, pois a Bancada governista parece envergonhada por ter que defender esse governo indefensável.

V.Ex^a abordou diversos temas no seu pronunciamento, mostrando as fragilidades desse governo e também que a Base do Governo dá demonstração clara na noite de hoje de que é a bancada do amém. Bastou o governador, com o seu secretário de Relações Institucionais, realizar uma reunião e acenar – somente acenar, pois o próprio deputado pastor Carlos Ubaldino disse que absolutamente nada com relação às emendas impositivas foi definido por parte do governo –, bastou um pequeno aceno para que a Bancada do Governo já esteja toda aqui, a dizer amém aos projetos oriundos do Poder Executivo.

Então, parabenizo V.Ex^a por esse discurso sempre firme, que é uma característica de V.Ex^a neste Parlamento, utilizando sempre debaixo do seu braço esse que é o livro que temos que respeitar nesta Casa, que está acima de tudo e de todos, que é o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Bahia. Mais uma vez, adentro ao seu pronunciamento e faço questão de parabenizá-lo por essa brilhante intervenção nesta noite de hoje.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço a intervenção do nobre Líder, deputado Leur, e a incorporo ao nosso pronunciamento.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concedo aparte ao deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches:- Nobre colega deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a traz, aqui, de uma forma muito clara, que não se trata hoje aqui... Acho que a maioria dos pronunciamentos foi através das emendas impositivas dos municípios. É melhor que coloquemos sempre assim, que não se trata aqui de oposição ao governo, mas se trata, sim, de um respeito a esta Casa – um acordo firmado com o presidente da Assembleia e com o governo do Estado.

O governador do Estado empenhou a sua palavra, deu a sua palavra. Eu volto a dizer: se ele falta à palavra com esta Casa, se ele falta à palavra com o nosso presidente da Assembleia, quem é que vai poder confiar mais num governador desses?

Muito obrigado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o aparte do nobre deputado Alan e também o incorporo ao nosso pronunciamento.

Para finalizar, caros colegas, quero dizer que tudo que aqui foi dito, tudo que aqui estamos a fazer nesta noite é para trazer uma contribuição ao Parlamento baiano, trazer uma contribuição, sim. Aqui devemos estar, sim, toda semana, todas as terças, a discutir os problemas da Bahia, que são muitos, são graves, e podermos trocar as nossas divergências para construirmos uma Bahia melhor para todos.

Boa noite.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, questão de ordem, art. 86.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente. Art. 86, verificação de quórum para continuidade da sessão.

(O deputado Zé Neto diz que ainda não tem tempo.)

Tem, sim, 25 minutos da outra, mais 20 minutos, 45 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Zé Neto, vamos lembrar que houve os 15 minutos da polêmica do quórum, e com mais 20 minutos do deputado Luciano fechou 35.

O Sr. Zé Neto:- É depois que se encerra a contabilização.

Sr. Presidente, sempre foi depois que se encerra a contabilização. Encerrou-se há 20 minutos. Não tem sentido isso, eles acabaram agora há pouco, inclusive, isso já está acomodado, os 15 minutos não se contabilizam.

Só para esclarecer: se tivesse acabado a sessão, tchau. Não acabou, conta a partir dali, depois que se encerrou o processo de aferição.

Então, estou pedindo que ele... 20 minutos... Ele mesmo, o deputado Prisco, agora há pouco...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Houve dois oradores.

O Sr. Soldado Prisco:- Dois oradores, Sr. Presidente, além dos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Só teve Luciano. Da próxima, V.Ex^a pode pedir.

O Sr. Soldado Prisco:- Com os 10 minutos do outro, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não houve, não, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Tom Araújo.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, o Regimento fala de 30 minutos do pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Só teve 20, do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Soldado Prisco:- Da hora em que a gente pediu! Foi há 45 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- 22h48min, o computador acabou de confirmar, não fechou, não.

Concedo a palavra ao deputado Tom Araújo.

Na ausência, concedo a palavra ao deputado Sidelvan Nóbrega.

Concedo a palavra ao deputado Zé Neto.

Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa.

Concedo a palavra ao deputado Luciano Simões.

(Um Sr. Deputado informa que o deputado Luciano Simões já falou e que agora é o deputado Sandro Régis.)

Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Estou seguindo, deputados, a ordem do nosso presidente que estava aqui na Mesa, Sandro Régis. Tenho de seguir o que encontro aqui

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a será atendido, porque sei que o conteúdo da sua comunicação é muito forte, por isso precisamos ouvi-lo.

Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, sei que há uma grande apreensão e uma necessidade de informações por parte de todo o Parlamento e de toda a classe política com relação à reforma política a ser votada no Congresso Nacional.

Eu tive uma informação agora... Gostaria, primeiro, de parabenizar o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, o Fufuca, que parece primo do deputado Sandro Régis...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É todo o deputado Sandro Régis! Deve ser parente próximo.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Parece. Deve ter um parentesco.

Pois bem, o deputado Fufuca colocou de forma clara, hoje, na reunião do Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, que a reforma política irá a votação amanhã.

Então, essa é uma informação da mais alta importância, já que o presidente em exercício colocou de forma bastante clara que, independentemente de aprovar, de não aprovar, ele irá colocar em votação todos os temas polêmicos dessa reforma, como cláusula de barreira, fim das coligações, distritão. E amanhã saberemos, enfim, qual será a regra do jogo para as próximas eleições no nosso Brasil e na nossa Bahia.

Acho que é uma informação de grande relevância para toda a classe política.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Retoma a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta noite esta Casa...

O Sr. Luciano Simões Filho:- Um aparte, nobre deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a será atendido. Um aparte ao deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Noto que o deputado Luciano gostou desse microfone no pedestal. Significa que está treinando para ir para o Congresso Nacional.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Deputado Sandro Régis, primeiro, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, seguindo sempre o Regimento. E agora, no seu pronunciamento, está fazendo muito bem o que fez nos dois primeiros anos desta legislatura, quando foi Líder da Bancada da Oposição.

Agradeço o aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Nobre deputado Luciano Simões Filho, vou pedir ao deputado Sandro Régis que incorpore ao pronunciamento dele esse aparte, com esse conteúdo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Por sinal, um dos mais importantes que já vi nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos nesta noite o Líder do Governo, Zé Neto, querer intimidar a Bancada da Oposição quando fazíamos qualquer questionamento em relação ao Regimento. Quando se levantava algum questionamento sobre o

Regimento, o Líder do governo, se achando porque tem maioria, usava da chantagem emocional para querer intimidar a Bancada da Oposição.

Eu não sou Líder da Bancada da Oposição, sou muito bem representado pelo Líder Leur Lomanto Junior, mas quero dizer ao Líder do Governo que em nenhum momento suas intimidações irão calar a nossa boca. Quero dizer ao Líder do Governo que não é porque ele acha que tem maioria que a sua vontade pessoal irá passar por cima do Regimento desta Casa.

Quero dizer ao Líder do Governo que não é com esse discurso dele, que deve ser usado em Feira para intimidar os seus correligionários, que ele irá intimidar a Oposição na Bahia. (Palmas)

O deputado Zé Neto precisa saber que da mesma forma que ele chegou a esta Casa, ou seja, com voto, a Oposição também chegou. Precisa saber que da mesma forma que ele representa os baianos, nós também representamos.

Então, deputado Zé Neto, tenha certeza...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, recomponha o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Nobre deputado Sandro, gostaria de fazer um apelo a V.Ex^{as}. Vamos manter a tranquilidade na Casa, eu sei que o deputado Sandro está exaltado, está emocionado...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não, não estou, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) está emocionado, talvez, com a votação amanhã, da nova lei eleitoral...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Engano de V.Ex^a. V.Ex^a não pode falar por mim, nem por meus sentimentos. Eu estou, de sã consciência aqui, dizendo que o deputado

Zé Neto, o tempo todo, esta noite, tentou intimidar a Oposição. Eu não estou aqui nem emocionado e nem fora de mim. Eu estou normal, em sã consciência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, deputado Zé Neto, eu peço que V.Ex^a se contenha para evitar essa briga com a Oposição.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, parabéns ao nosso ex-Líder, que tem por nós um grande respeito, a nossa liderança hoje é o deputado Leur. Parabenizo V.Ex^a pela colocação. E com certeza a Bancada de Oposição não vai ser intimidada nesta Casa por ninguém. Não é por ter maioria, não é por ser da Base do Governo que vai cair a intimação. Nós estamos no Parlamento, e o Parlamento tem que ser respeitado. O Parlamento não pode ser jamais prostituído do Executivo, o Parlamento tem que ter independência. O questionamento do deputado Adolfo foi pertinente ao Regimento desta Casa, como o de qualquer deputado pode ser feito.

Então, parabenizo V.Ex^a pela sua colocação, por mostrar que os deputados da Bancada da Oposição também tiveram votos para serem eleitos, independência para estar aqui nesta Casa. Não vamos aceitar que o Líder do governo venha intimidar a Bancada de Oposição. O que estamos fazendo aqui estamos vendo na Câmara de Vereadores de Salvador, a mesma coisa: o papel do Parlamento, que é o papel normal de obstrução.

Então, agradeço e parablenizo V.Ex^a pela oposição que sempre fez – quando esteve na Liderança e agora– com essa verdadeira coerência do seu posicionamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Obrigado, deputado Prisco.

Com o aparte o deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Deputado Sandro Régis, para além do bom humor necessário para que nós possamos encarar uma jornada de trabalho, especialmente hoje... Todos os dias assim é, mas especialmente hoje, que se iniciou às 9 horas da manhã, com as reuniões das comissões, e estamos aqui até às 11h14min em debates intensos... Para além disso, V.Ex^a foi muito feliz, está sendo muito feliz no pronunciamento que está fazendo; porque V.Ex^a com a sua fala, restabelece a ordem necessária para o bom funcionamento desta Casa. É inadmissível, com todo respeito que se possa ter a posição do deputado Zé Neto como Líder do governo nesta Casa, é inadmissível que utilize do expediente da ameaça, da tentativa de constranger a Bancada de Oposição, que está fazendo seu trabalho aqui. E o nosso trabalho não é porque tiramos o dia, hoje, para criar dificuldade para o governo. Não é isso. Estamos preocupados em saber como o governo vai utilizar desse expediente, de poder ser majoritário através da Bahiainveste. Como o governo vai utilizar esse expediente? Será que vai ser apenas, como eu já disse, para ampliar o cabide de emprego? Quem será beneficiado com os recursos que a Bahiainveste utilizará?

Portanto é muito oportuna a ação da Oposição, visto que como lembrou o deputado Luciano Simões Filho, o projeto chega a este Plenário sem tramitar pelas comissões, como deveria, sem as discussões que seriam necessárias para todo o processo de aperfeiçoamento do mesmo se desse.

Dessa forma, V.Ex^a está de parabéns, tenha certeza que tem o apoio de toda a Bancada de Oposição que não será intimidade por nenhuma ameaça. Continuaremos fazendo o nosso trabalho a favor da Bahia.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o seu aparte e quero aqui dizer que no momento em que o deputado Adolfo Viana faz um questionamento sobre uma dúvida que pairava em nossa Bancada em relação a alguns pontos do Regimento, usa o microfone e diz que tem a maioria. Ou seja, intimidando e achando que pode mudar o Regimento pela sua vontade própria.

Só que não é assim, não, deputado Zé Neto. V.Ex^a não é porque tem 42 deputados que pode mudar o Regimento como quer, tem que passar pela Mesa Diretora, tem que ter um consenso de líderes, tem que passar pelas comissões. Se V.Ex^a está tendo dificuldade para colocar 32 Srs. Deputados para votar um requerimento para estender uma sessão, não é a Oposição que vai facilitar a sua vida. A Oposição está aqui no seu papel de questionarmos e acharmos tudo o que não certo, buscarmos os nossos direitos para fazer as proposições.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Há um adágio popular que diz: “Quem foi rei sempre será majestade”. V.Ex^a, em tempo oportuno, veio em ajuda ao nosso Líder e mostrou

que V.Ex^a continua um líder firme na defesa dos interesses e ideais dos deputados de Oposição. Nesta tarde de hoje, vimos de tudo, inclusive, o deputado Zé Neto, com a habilidade costumeira que lhe é peculiar, tentou derrubar uma decisão da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, à qual eu presido, quando decidimos constituir uma audiência pública para a próxima terça-feira com o intuito de discutir a problemática antiga e histórica da travessia Mar Grande – Salvador.

Por isso V.Ex^a foi muito oportuno, com a sua firmeza de sempre, quando demonstra que a Bancada de Oposição continua firme na defesa dos interesses do povo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Muito obrigado, deputado Hildécio.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, solicito verificação de quórum (art. 227-A) para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, peço apenas que preserve meu horário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, contraditando a questão de ordem, quero que seja feita a chamada nominal e seja utilizado o tempo regulamentar, buscando chamar os deputados que se encontram na Casa, nos seus gabinetes, no restaurante pois existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Pediria que contassem o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Peço que o operador zere o cronômetro e conceda 15 minutos para que os deputados convocados adentrem ao Plenário.

Atenção, Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum do deputado Prisco, referendado pelo deputado Joseildo Ramos. Gostaria que V.Ex^{as} que se encontram em qualquer recinto desta Casa compareçam ao Plenário para o quórum de continuidade da presente sessão.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, ocorreu-me que chegou o lanche, a merenda para os deputados, e nós temos os funcionários. Acho que todos devem estar preocupados se há lanche para os funcionários. Porque, às vezes, o funcionário estava preparado para trabalhar até às 19h, 20h e, se está entrando pela madrugada, nós que temos a responsabilidade, temos que estar preocupados com os funcionários da Casa, sim. Gostaria que V.Ex^a atentasse para isso porque não é bom,

nós, deputados, já termos lanchado e os demais funcionários que trabalham, sim, você pode não ter comido, mas eu vi comida ali para o deputado. Estou, na verdade, querendo saber se os nossos companheiros, os funcionários também foram contemplados com o lanche ou a janta, temos que ser justos.

Estou pedindo que se porventura alguém que deveria fazer e se esqueceu, providencie o lanche para os funcionários que estão nesta sessão com a mesma importância de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Sargento Isidório, acredito que a uma altura dessa a diretoria administrativa deve ter providenciado, suprimindo essa lacuna do restaurante fechado, para que todos possam lanchar nesse horário.

Há quórum para a continuidade da presente sessão. Restabeleço a palavra ao deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Grande Líder, deputado Sandro Régis, gostaria também de parabenizar V.Ex^a pelo belo pronunciamento que faz na noite de hoje. V.Ex^a devia depois dar um aparte ao deputado Marcelo Nilo, parece que ele quer fazer uso da palavra. Pode se inscrever, deputado, estão abertas as inscrições.

Quero parabenizar V.Ex^a, porque o deputado Zé Neto ameaça a democracia com a sua gigantesca base governista. Precisamos dizer a ele que a Minoria desta Casa que está defendendo a coisa correta, é a Minoria desta Casa que está defendendo que o governador do Estado da Bahia cumpra com as leis feitas neste parlamento. A Bancada governista está a dizer amém ao Poder Executivo, enquanto essa aguerrida Bancada de Minoria está querendo que a lei seja cumprida. Afinal de contas se a lei não for para ser cumprida, o que estamos fazendo aqui? Para que deixar este parlamento funcionando? Ou se cumpre a lei ou se fecha esta Casa.

Então, deputado Sandro Régis, V.Ex^a numa noite iluminada mostra ao deputado Zé Neto que não basta ter maioria, precisa ter a coerência. E a sua bancada composta por 42 parlamentares está também querendo que o governador do Estado cumpra as emendas impositivas. Afinal de contas, eu vejo aqui diversos parlamentares que rodam pelos 417 municípios da Bahia e têm compromisso com as regiões menos favorecidas, e que através de suas emendas impositivas poderiam levar benefícios diretos para quem mais precisa.

Isso só será possível se o governador do Estado da Bahia tiver a grandeza de cumprir a palavra que foi empenhada ao presidente Angelo Coronel. É esse o debate que esta Casa precisa fazer. Não dá para ficarmos, aqui, aplaudindo o Governo do Estado da Bahia como se estivesse tudo às mil maravilhas. Se formos para a área de segurança, é um caos; a área de infraestrutura, outro caos.

Se falarmos aqui dos direitos que os parlamentares têm de levarem benefícios diretos a quem mais precisa, podemos voltar a 2014 e ver que o governo nunca cumpriu sua obrigação, nem nunca fez, deputado Sandro Régis, o dever de casa de pagar as emendas impositivas.

Vejo o presidente desta Casa, deputado Angelo Coronel, desconfortável. Claro que o presidente está desconfortável, porque ele empenhou sua palavra para o cumprimento das emendas impositivas, mas se o governador não cumpre a palavra dele o presidente fica sem ter a possibilidade de cumprir a sua. E aí, vamos desmoralizar, mais uma vez, o Parlamento da Bahia. Aqui, nós fizemos e aprovamos a lei, mas o governador insiste em não a cumprir. E eu vejo a falta de unidade nesta Casa para fazer com que a coisa aconteça da maneira correta.

É lamentável ver grandes parlamentares na Bancada governista e perceber que, neste momento, eles têm que ficar omissos, pois ninguém pode dizer nada para não contrariar o governador do Estado da Bahia. É uma pena, porque, neste momento, ao fazerem isso, V.Ex^{as} estão ajudando a desmoralizar o Estado da Bahia, porque desmoralizar esta Assembleia é desmoralizar o Estado da Bahia.

Portanto, parabéns a V.Ex^a pelo lúcido discurso que faz na noite de hoje.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

E quero aqui dizer, deputado Adolfo Viana, que tenho quatro mandatos nesta Casa, sendo três na Oposição. Eu acho que sou o único deputado com mandato, desde a minha época, que perdeu o governo e nunca cedeu a capricho algum para aderir ao governo.

Graças a Deus, nas urnas a minha votação é maior do que a de muito deputado que diz amém ao governo.

Na eleição passada, eu tive quase 84 mil votos, sendo deputado de oposição. Isso é o reconhecimento da população baiana ao parlamentar que chega a esta Casa não para servir ao chefe, mas para servir à Bahia, servir a quem lhe creditou o voto de confiança nas urnas.

O Sr. Tom Araujo:- Um aparte, deputado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Tom, e depois, o meu Líder, deputado Leur.

O Sr. Tom Araújo:- Quero parabenizar o deputado Sandro Régis pelo trabalho que sempre desempenhou nesta Casa, ele que foi nosso Líder aqui, na Assembleia

Mas quero, aqui, na presença do nosso presidente Angelo Coronel, ele que foi eleito e está fazendo uma transformação na Assembleia... mas sei que V.Ex^a deve estar constrangido.

O ex-presidente, deputado Marcelo Nilo, por diversas vezes entrava nessa discussão se deveria assumir ou não perante os deputados o que o governo falava em relação às emendas. Nunca vi o deputado Marcelo Nilo assumir o compromisso com as Bancadas, tanto de Oposição como de Governo, do cumprimento dessas emendas. E eu tenho certeza...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Tom, só uma ressalva. O deputado Marcelo Nilo, quando tratava desse assunto conosco, dizia: “Eu falo por mim, não falo como governo, porque não cumpre”.

O Sr. Tom Araujo:- (...) que é por conta da falta de credibilidade que tanto tinha o governador Jaques Wagner, como tem o governador que aí está, Rui Costa.

E sei que V.Ex^a deve estar-se perguntando: onde é que eu fui me meter ao avalizar a palavra desse governo, que, na verdade, não é governo, é desgoverno. E lhe digo isso, Coronel, estou no meu 2º mandato e espero que não precise o secretário da Serin, Josias Gomes, vir aqui e sentar com bancada de deputado para assumir compromisso. No passado, César Lisboa, esteve aqui, sentou com a Oposição, conversou com os deputados, reafirmando que queria cumprir porque o governador dera a palavra.

Então, deputado Sandro, eu quero parabenizar a V.Ex^a e dizer que a Oposição tem sido tolerante com o governo. Em vários momentos, eu acho, a Oposição foi benevolente por acreditar na palavra de um governo que... para mim, governo que não cumpre aquilo que assume é um governo ilegítimo, porque aqui estão os deputados que são representantes dos eleitores da Bahia. Então, não faz sentido algum: um governo ao não cumprir um compromisso que assumiu está descumprindo é com a Bahia, e não com a figura de cada deputado.

Parabéns, deputado Sandro Régis. Quero dizer a V.Ex^a que era até julho. O secretário agora está dizendo que é até dezembro. Não sei o que V.Ex^a tem a dizer diante da declaração do secretário da Serin.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o discurso de V.Ex^a.

Com a palavra o nosso Líder da Bancada, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Meu nobre e querido amigo, deputado Sandro Régis, agradeço o aparte de V.Ex^a, que tem demonstrado na vida pública que política tem que ter lado. E V.Ex^a sempre se portou em todos os seus mandatos com coerência, honestidade, honradez. E não é à toa que V.Ex^a foi um dos deputados mais votados da Bahia, com cerca de 90 mil votos. E V.Ex^a volta a abordar um assunto de extrema importância não só para os parlamentares de Oposição. O assunto que trazemos a esta Casa, quase que diariamente, é o respeito ao Parlamento baiano, meu nobre presidente, Angelo Coronel. E o governador Rui Costa insiste em desrespeitar os deputados estaduais da Bahia.

Ora, já ouvi aqui, inúmeras vezes, o presidente Angelo Coronel dizer: “Se não quer pagar emenda impositiva, aproveite sua ampla maioria da sua base parlamentar e revogue a lei, aprove outra, diga que essa lei não serve”. É isso que tem que fazer.

Agora, desrespeitar uma lei aprovada pela ampla maioria, pela unanimidade desta Casa, que foi a das emendas impositivas, que tivemos a honra de aprovar, e agora não querer cumprir?!? Ora, é desrespeitar o Parlamento baiano. Não podemos e não vamos concordar com isso. Enquanto voz tiver, estaremos aqui a cobrar, Sr. Presidente, que o governador Rui Costa respeite o Parlamento baiano. A Oposição já entrou com um requerimento, tanto no Tribunal de Contas do Estado como no Ministério Público, cobrando que o governo cumpra o que está escrito na lei. Não iremos descansar, vamos cobrar aqui, todos os dias, a todo momento, que o governador cumpra com a lei.

Quero fazer um apelo, mais uma vez, a V.Ex^a, que tem demonstrado boa vontade em cobrar do governador Rui Costa. Já se passaram 60 dias desde que, do alto dessa Mesa Diretora, V.Ex^a telefonou para o governador Rui Costa e ouviu dele que até o final de julho todas as emendas dos Srs. Parlamentares seriam quitadas e pagas, tanto do ano de 2015 quanto do ano de 2016.

Infelizmente, 30 dias já se passaram e não houve nenhuma, absolutamente nenhuma sinalização por parte do governo do PT.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, para finalizar, eu quero deixar um recado bem claro ao Líder do Governo. Não será com sua pressão e intimidação que deixaremos de cobrar os direitos, não dos deputados de Oposição, mas dos deputados desta Casa, porque lá em Brasília todos os deputados, sejam do PT, do PCdoB, do DEM, do PSDB, têm as suas emendas impositivas pagas. Só aqui na Bahia que este desgoverno não cumpre o que promete a esta Casa. O que comprometeu o presidente, porque o presidente foi o grande avalista da palavra do governador Rui Costa.

O governador Rui Costa, com essa atitude, descredencia o presidente para, em qualquer outra conversa com a Oposição, falar em nome do governo. Porque o governo de Rui Costa – que não cumpre a palavra com esta Casa nem com o Parlamento – é a sequência do governo Jaques Wagner.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quero falar aos nobres deputados de Oposição que comungo com V.Ex^{as}. Vou continuar cobrando as emendas. Infelizmente, a caneta não é minha para pagá-las.

Reitero: se não quer pagar, mande revogar a lei. Como está é que não pode ficar. Comungo com vocês. Vou ficar até o último dia como presidente cobrando o que nos é de direito. Ninguém está pedindo favores. Inclusive, se o nosso secretário das Relações Institucionais estiver nos ouvindo, nos assistindo, está dado o recado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, deputados presentes nesta Casa, pessoas que nos assistem através da *TV Assembleia*. Ouvi todos os depoimentos aqui, Sr. Presidente, e fico me perguntando onde está o Parlamento na Bahia. Ele está desmoralizado totalmente por este governo, que só faz mentir desde que assumiu o governo da Bahia até hoje. Vi deputados da Base do Governo enaltecendo a ética, a moralidade desse governador. Não sei qual, porque é um governo que descumpre tudo, mente para todo mundo, está aí claramente.

O presidente do PT foi ao *site Bahia Notícia*, após a denúncia que a gente fez e está sendo investigada, dizer que a gente estava desprestigiada com os servidores públicos. Mas eu dei o recado e estou dando aqui novamente, sei que ele está ouvindo: Everaldo, quem está desprestigiado com os servidores públicos é o seu governador, que mentiu, enganou e cometeu estelionato eleitoral. Acabou com o

financiamento da Conder, algo histórico para todos os funcionários públicos, para todos os servidores públicos. Esse governo suspendeu, sem previsão de retorno... E desafio qualquer deputado do Governo a dizer aqui que é mentira, porque nenhum deputado do Governo tem moral para dizer aqui que é mentira e defender esse governo perante os funcionários públicos. Aumentou o e piorou Planserv. Em toda a Bahia, estão as reclamações todas. Aumentou o Planserv e piorou! E eu o desafio a convocar uma audiência pública, nesta Casa, deputado. Vamos convocar uma audiência pública e chamar os servidores.

(Deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Quando foi? Não, você não faz parte, não, porque você administra. Você sobe à Presidência e assume. Eu desafio V.Ex^a e todos os deputados dessa Casa. Eu desafio! Eu não participo, não, vou sentar lá atrás. Vou deixar os servidores falarem. Desafio V.Ex^a! Proposta demais aqui.

O Sr. Leur Lomanto:- Presidente... Deputado Zé Neto, deixe o deputado Prisco falar...

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Eu desafio V.Ex^a! Só discursar daí de fora...

O Sr. Leur Lomanto:- Dê um aparte para ele, dê um aparte para ele, Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- É isso, suba aqui e venha falar do plano, venha falar que o governador não suspendeu a Conder; venha falar que o seu governador não tem 3 anos com o salário abaixo do mínimo, engando os servidores públicos da Bahia. Sobe aqui e fala isso. Eu lhe concedo o aparte, Zé Neto. Venha aqui falar. Venha aqui falar deputada, também, que está dizendo que o prefeito de Camaçari é covarde porque cortou o salário dos servidores. O seu governador Jaques Wagner cortou o salário dos professores quando fizeram greve aqui...

O Sr. Zé Neto:- Um aparte, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Concedo-lhe o aparte.

Quando fez greve aqui e cortou o salário dos servidores. Esse é o governo que não tem moral para falar.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro, agradeço a V.Ex^a o aparte e digo-lhe que passei essa semana lendo diversos relatórios sobre planos de saúde no Brasil e, do ponto de vista particular, sobre planos de saúde na Bahia. Dos públicos no Brasil, disparado, lá longe, bem longe, em primeirão está o Planserv, que deve ter o que melhorar, sempre se tem o que melhorar, mas é o melhor plano público do País. Hoje, na Bahia, não sei se V.Ex^a está acompanhando, só nos últimos 2 anos, desapareceram do mercado mais de 30 planos, e no Brasil há um verdadeiro vendaval em relação aos planos privados.

Quero dizer-lhe que, se V.Ex^a tiver o que propor para o Planserv, não precisará ser feita nem audiência pública. Eu quero que V.Ex^a proponha o que tiver a propor para melhorar o Planserv, especialmente do ponto de vista da sustentabilidade do plano, porque V.Ex^a é prova viva de que nós, na última alteração que foi feita, acatamos uma emenda da Oposição, e esta Oposição votou por unanimidade nas últimas alterações feitas pelo Planserv.

Portanto, mais uma vez, digo a V.Ex^a que, se tiver alguma proposição positiva para o Planserv, não precisa de audiência pública, não: me traga que faço questão de encaminhá-la para que possamos processar e discutir com V.Ex^{as}. O que nós queremos é a cada dia um Planserv mais forte.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Tudo bem, V.Ex^a. Só que não votei favorável, não. Eu fui contra, e provo. Na aprovação do Planserv, o governo retirou do plano 13.721 dependentes agregados. A Oposição apresentou emenda para que eles fossem mantidos; vocês mantiveram, mas deram um aumento de 100%, inclusive ilegal, ferindo o Código de Defesa do Consumidor. Nós entramos com uma Adin, que está no Tribunal de Justiça, com o 9º relator, que já se julgou incompetente para julgar e se afastou. Foi aprovado por vocês, aqui nesta Casa, um aumento de 100% aos agregados de 24 a 35 anos. Nós apresentamos propostas, mas vocês não acataram: foi votado e aprovado 100% de aumento aos agregados – aumento, reajuste.

(Deputados se manifestam fora do microfone.)

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Eu votei contra. Não foi aprovado por unanimidade, não. Pode verificar que 100% de aumento não foi, não. Nós pedimos para não ter esse aumento, pedimos para manterem os agregados no plano, porque o projeto original veio retirando eles do plano. Vocês colocaram 100% de aumento, e foi votado aqui nesta Casa.

Este governo já tem 3 anos com o salário abaixo do mínimo. Os policiais militares estão recebendo R\$ 9,00 de auxílio alimentação, com o que não dá para comer nem uma quentinha, para o serviço de 24 horas. São R\$ 9,00 para 24 horas, desse governo aí.

Então, vamos colocar as coisas claras nesse sentido. Inclusive, fui um dos membros da Oposição que foi contrário a esse acordo que o presidente avalizou. Não contrário ao presidente, porque eu sabia que esse governo não iria cumprir e deixaria o presidente desta Casa nas condições que ele se encontra hoje.

Uma lei aprovada nesta Casa, como falou o nosso Líder Leur Lomanto, por maioria, por unanimidade, esse governo não respeita. Não respeita o presidente do Poder Legislativo, um Poder independente, a quem esse governo vai respeitar?

Estive vereador juntamente com o deputado Heber Santana, que é testemunha que o prefeito ACM Neto colocou R\$ 1,5 milhão – não foi R\$1,3 milhão, não, foi R\$ 1,5 milhão – e pagou todos os vereadores, Oposição e Situação naquela Casa. Cumpriu rigorosamente, independente de projeto.

Eu estava aqui no dia da votação quando os deputados da oposição nos chamaram para uma sala ali ao lado da Comissão de Agricultura, e o presidente ligou para o governador. Ele deu a palavra dele de que iria pagar até o dia 31 de julho. E eu avisei: “Não vai pagar. Nós sairemos desmoralizados dessa situação, porque o governo vai desmoralizar esta Casa.”

Como falou aqui o deputado Hildécio Meireles: “Nós não estamos pedindo de cuia para ninguém, não.” Nós estamos querendo que cumpra uma lei que foi aprovada por um Poder constituído. Esse Poder tem que ser respeitado, não pode ser trocado por emenda, porque não é uma troca, é lei aprovada e lei se cumpre. Aliás,

esse governo não cumpre lei, esse governo não cumpre ordem judicial. Quem vos fala aqui tem 11 decisões do Poder Judiciário para ser reintegrado, mas esse governo não cumpre ordem judicial. Provo isso a quem quiser.

O Sr. Heber Santana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Concedo um aparte ao nobre deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Deputado Prisco, V.Ex^a sempre combativo – vereador que foi também nesta cidade, tive o privilégio de ser seu colega lá e agora aqui também –, sempre trazendo reflexões importantes nos mais diversos temas, tratando da Saúde, tratando da Segurança Pública.

V.Ex^a chama a atenção da dificuldade que esta Casa tem de cooperar melhor com o desenvolvimento do nosso Estado, em função da metodologia aplicada pelo governo que aí está. Governo que tenta fazer moeda de troca com aquilo que deveria ser republicano, institucional. Porque se na Câmara não era dessa forma, ou seja, a emenda lá não era impositiva, apenas a palavra do prefeito ACM Neto era suficiente para que houvesse um relacionamento harmônico, produtivo em favor de Salvador, neste Poder, mesmo com o respaldo da lei que torna a emenda impositiva, a dita palavra do governador - sujeitando inclusive o presidente desta Casa ao constrangimento que o próprio deputado Angelo colocou neste Plenário - não é suficiente para que honre os seus compromissos, porque o que S.Ex^a quer é fragilizar esta Assembleia para que nestes momentos de oportunismo venha, inclusive com os deputados da base dele, fazer com que suas ações sejam voltadas ao interesse apenas do governo do Estado, e não ao da Bahia.

Portanto, V.Ex^a é muito feliz na sua fala. E quero destacar a competência com que faz isso e dizer que estamos apoiando o seu discurso. Não só o nosso mandato, como também a Oposição integrando essa luta.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Muito obrigado, Excelência.

Quero colocar para o deputado Zé Neto que não preciso fazer palanque eleitoral com os servidores públicos nesta Casa, não, pois o governo de V.Ex^a me prendeu duas vezes, me colocou quatro processos, e eu tive 108 mil e 41 votos sem precisar de palanque eleitoral, sem precisar de máquina! Estava em casa, preso! Mas fui eleito com 108 mil votos, o terceiro mais votado na Bahia, inclusive com voto nos 417 municípios deste Estado.

Não é o presidente do PT que vai chegar em *site* comprado pelo governo - gastaram o dinheiro - e tentar tirar o voto, a voz da gente, do servidor público, não! Tenha certeza disso! E lá ele falou que pediu o direito de resposta, mas nem esse direito foi dado à gente. Só que vamos continuar combatendo este governo que está aí, porque não cumpre com aquilo que prometeu. Os servidores públicos pagaram amargamente por estar com uma boa parte dos sindicatos que apoiaram este governo do Estado, que está aí fazendo o que está fazendo: viaturas sucateadas! Comprou viaturas?! Não se comprem viaturas! Elas são alugadas! Não tem viaturas, elas são reposição! Reaproveita as que tem. Tem 159 cidades na Bahia sem viaturas! As delegacias sucateadas! Todas as delegacias, a maioria delas, sucateadas! As unidades

da Polícia Militar caindo aos pedaços! Foram gastos 300 milhões aqui no CAB, no “caixote de vidro”, para colocar o secretário que está há 12 anos no poder, enquanto as unidades da PM...

E desafio esta Casa, mais uma vez - já fiz esta solicitação na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública -, a visitar as unidades pra ver as condições! O deputado Adolfo Viana, que tem também ciência, é membro desse Colegiado e vê lá os reclames de todos os servidores e de toda a população da Bahia nesse sentido.

Concedo um aparte a V.Ex^a, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Prisco, V.Ex^a traz diversos assuntos na noite de hoje, mas sobre este específico da segurança pública, que tem tudo a ver com o mandato que desempenha nesta Casa Legislativa, vale ressaltar que realmente existem muitas viaturas, mas várias delas sucateadas. Só que, como bem disse V.Ex^a, são alugadas, e algumas das empresas que alugam já estão com mais de 12 meses sem receber, ou seja, mais um calote do governo do Estado. O secretário da Fazenda Manoel Vitória esteve aqui na Comissão. Fiz um questionamento a ele, que me disse que não havia mais do que 3 meses de atraso. Tive o cuidado de ir verificar isso, e existem empresas com 12, 10, 6 meses, ou seja, como é que uma empresa vai dar manutenção aos veículos em que a polícia roda se ela não recebe em dia e tem a sua vida financeira sufocada pela má gestão do governo da Bahia?! E talvez esse seja um dos fatores que contribuem para o nosso Estado ser um dos mais violentos do Brasil.

Então, parabênzo o orador pela coragem! É natural que o Líder do Governo, deputado Zé Neto, se oponha a tudo aquilo que você coloca aí, deputado Prisco, até porque a sua fala é uma defesa direta dos interesses dos baianos e, principalmente, dos servidores públicos. Aliás, os mesmos que este atual governo utilizou o contracheque nas suas propagandas pré-eleitorais. Mas hoje ele já não tem mais a mesma condição de fazer aquela propaganda, justamente porque, se der voz aos servidores públicos, estes dirão tudo aquilo que estão sentindo. E o que eles estão sentindo é muito desprezo por um governo que só fez desprezar o funcionalismo público do Estado da Bahia.

Parabéns a V.Ex^a!

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Muito obrigado, Excelência. Incorporo com certeza o seu aparte.

Está provado o quanto os servidores públicos vêm sofrendo neste governo em todas as categorias: Saúde, Educação, Poder Judiciário e, principalmente, a área da Segurança Pública. Das 10 cidades mais violentas do Brasil 7 são na Bahia!

Ontem, um bairro foi fechado, o que virou rotina em Salvador! Toda semana tem um bairro fechado, ônibus incendiado, carro tocado fogo! Hoje, enquanto a gente está aqui discutindo, o Bonocô teve carro tocado fogo! Agora há meia, uma hora, se vocês fossem passar por lá, não passariam porque uma facção criminosa está fechando o Bonocô! E cadê esse governo?! O que é que ele tem feito na segurança pública?!

Em todas as cidades da Bahia a violência rege! Em Feira de Santana teve um massacre no presídio com 13 mortes! E qual foi a providência deste governo?! Nenhuma! E mais duas mortes agora, recentes!

O serviço penitenciário neste Estado está totalmente acabado, sucateado! Os presídios em frangalho total, desabando, sem equipamento, sem pessoal, sem nada. E esse governo vive só da propaganda tamanho G.

Se esse governo pegasse todos os recursos que gasta em propaganda e gastasse nas prioridades, que são a segurança pública, a educação e a saúde, eu tenho certeza que tanto os servidores públicos quanto todas as categorias estariam com uma voz diferente.

Chame os servidores públicos desta Casa, faça uma audiência pública, eu desafio. Eu estarei fora desta Casa no dia em que a audiência acontecer, não faço questão de estar aqui, não, porque os servidores públicos vão falar o que esse governo está fazendo. Esse mesmo governo tentou calar a nossa voz várias vezes, e não perdemos nenhuma ação judicial porque crime algum a gente cometeu.

Fico aqui imaginando o presidente Angelo Coronel, em quem eu votei, confiei na palavra do presidente. Nada contra o ex-presidente desta Casa, deputado

Marcelo Nilo, que teve a coragem, num processo criminal aberto contra mim, de ir lá e testemunhar a nosso favor, no Tribunal Federal.

Mas confiei na palavra do presidente, na independência desta Casa e continuo acreditando. Por onde ando na Bahia, o respeito a V.Ex^a é muito grande, vejo vários comentários sobre V.Ex^a em todos os lugares, inclusive no meio dos policiais, que me perguntam se V.Ex^a é mesmo coronel, tamanha a penetração que V.Ex^a está tendo na Bahia, tamanho respeito.

Eu fico a me questionar como esse governo trata V.Ex^a. Como V.Ex^a coloca todo dia, eu espero que essa independência continue, mas, nisso, eu espero uma posição até mais dura de V.Ex^a. Entendo o papel de V.Ex^a, onde está, mas, dessa cadeira de que está, V.Ex^a ligou para o governador, foi para uma sala nossa lá, e o governador prometeu e não cumpriu. E por onde a gente passa, as pessoas começam a perguntar: “E aí, Prisco, como está o presidente da Assembleia? O que foi prometido, o que foi cumprido e não foi cumprido? E qual a posição que esse presidente vai tomar? Aquela Casa terá autonomia? Aquela Casa estará livre realmente? Aquela vai respeitar a Casa dos projetos votados naquela Casa?”

Eu fico a me perguntar, presidente, V.Ex^a sabe da admiração que lhe tenho, desde o primeiro dia que me procurou, eu disse que votaria em V.Ex^a porque queria uma mudança nesta Casa. Nada contra o ex-presidente, que já falou aqui que nunca avalizou acordo com governo porque não cumpria. O ex-presidente falou abertamente para todos os membros da Oposição e repetiu aqui de novo que jamais avalizaria porque ele não cumpria.

E V.Ex^a, mais uma vez, tentou cumprir, e ele não cumpriu, assim como deputados da gestão passada, na qual eu não estava... o secretário veio aqui, fez uma reunião e disse que iria cumprir e mais uma vez não cumpriu. Então quem é o caloteiro da história? Quem é que dá calote no povo baiano? Porque ele não está

dando calote na Bancada de Oposição, não, está dando calote no povo baiano, porque é lei, e essas emendas serão destinadas para o povo da Bahia. E é assim que este governo trata o povo da Bahia: com enganação, com mentira, com estelionato eleitoral.

Se esse governo não respeitou V.Ex^a, que é um deputado sério, de vários mandatos nesta Casa, que tem uma história política... Inclusive viajei semana passada para Brasília com o Líder de V.Ex^a, que é o senador Otto Alencar, e ele teceu um monte de elogios a V.Ex^a e ao crescimento que V.Ex^a está tendo. Eu fico a me perguntar: se esse governo trata V.Ex^a desse jeito, que fez um acordo, avalizou a palavra e não cumpriu, onde é que fica a Bancada de Oposição? Inclusive fui voto vencido, na maioria esmagadora fui voto vencido.

V.Ex^a também foi testemunha quando foi falar com o governador sobre o projeto de isenção de armas, e ele mesmo disse que se saísse de outro deputado até aprovaria, mas desse deputado eu terei dificuldades. Mas ele não tem que pensar em mim, não, ele tem que pensar nos policiais militares, nos policiais civis, nos agentes penitenciários e nos bombeiros. A arma na Bahia hoje é a mais cara do Brasil, 41% é de imposto. Se esse governo tivesse decência e moral, ele cederia isenção para os policiais, como prometeu a V.Ex^a também.

Eu espero que ele tenha pelo menos a decência de atender os heróis que estão tombando todos os dias, já foram 19 assassinados este ano, exatamente por não ter dinheiro para comprar uma arma, esse governo não quer dar nem a isenção de armas para os policiais porque o projeto saiu de minha autoria.

Mas nós vamos continuar cobrando, e eu tenho certeza que V.Ex^a vai honrar a palavra que deu, porque nós confiamos em V.Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao deputado Hildécio Meireles, penúltimo orador inscrito.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, querida deputada Luiza Maia, que está aqui, já quase às 0h00min, com toda disposição, demonstrando a força da mulher brasileira, baiana e camaçariense.

Sr. Presidente, discutimos aqui, hoje, bastante, o problema da travessia Mar Grande – Salvador, que culminou, na última quinta-feira, com um trágico acidente que ceifou várias vidas de baianos e baianas. Vamos prolongar essa discussão, inclusive, meu caro deputado Heber, na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, na próxima terça-feira, porque eu faço questão de que deputados e deputadas que não fazem parte daquela Comissão, também participem deste debate da próxima terça-feira, porque este é um assunto, é um tema de relevância e que nós, membros desta Casa, temos a responsabilidade de discutir à exaustão, no sentido não de condenar ninguém, porque nós não somos juízes, mas, sobretudo, de contribuir para a construção de dias melhores para aqueles baianos e baianas que mais precisam do serviço público do nosso Estado.

Discutimos também aqui e, justiça se faça, puxado por V.Ex^a, deputado Heber, o teor do projeto de lei que se pretende votar aqui, hoje, que é o projeto de lei que trata da Bahiainveste, quando o governo do Estado da Bahia, na contramão do que é mais moderno no que diz respeito à administração pública, volta a querer ser majoritário, em uma empresa, meu caro deputado Zé Raimundo, que, eu diria, de fantasia. Bahiainveste é um nome de fantasia, porque, infelizmente, o que nós temos visto em nosso Estado é, exatamente, a fuga de empreendedores, a fuga de empresários, com isso diminuindo a possibilidade da criação de emprego e renda em nosso Estado.

Mas, eu queria, meu caro deputado Prisco, aproveitar aqui este momento para trazer a este debate deste final de noite mais uma característica desse governo da Bahia, liderado pelo governador Rui Costa, governo que descumpre a lei, governo que não considera esta Casa, governo que desrespeita o Parlamento baiano, que não reconhece esta Casa como um Poder legítimo.

E eu acabo de descobrir, meu caro Líder, deputado Leur Lomanto, mais uma característica deste governo que é a mentira, é o governo que prega a mentira. E prega a mentira repetidamente.

O Sr. Soldado Prisco:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- E todos nós sabemos que, infelizmente, a mentira repetida aos nossos ouvidos se tornam verdade.

E eu, a semana passada, olhando uma matéria do secretário da Fazenda do governo da Bahia, no jornal *A Tarde*, não tive oportunidade naquela semana de fazer comentários sobre esta reportagem. E só agora, a esta hora da noite, me surge esta oportunidade.

O secretário da Fazenda, que, aliás, quando vem a esta Casa para apresentar os resultados financeiros e orçamentários dos quadrimestres, a palavra dele é o suprasumo da verdade. A palavra dele, nesta Casa, é como se fosse o reflexo da pura realidade. E ele vem aqui com uma manchete que diz que o Estado investiu no primeiro semestre deste ano um montante de 1 bilhão, 24 milhões, 687 mil e 46 reais.

Mas ele não tem a humildade, como de resto todo esse governo, de mostrar aos baianos a origem desses recursos. Aliás, ele quer comparar o Estado da Bahia com o Estado de São Paulo, quando diz que a Bahia é o segundo Estado que mais investe no Brasil. E diz ainda que a Bahia é um dos poucos Estados que mantêm a folha de pessoal em dia, o que é mais uma mentira.

São poucos os Estados no Brasil que não pagam em dia. E pagar a folha, pagar ao funcionário em dia, não é nenhuma coisa extraordinária. Ao contrário: é o normal. Vejam a que ponto nós chegamos em nossa Bahia, onde pagar o funcionário em dia passa a ser uma virtude anormal.

Mas...

(Manifestação no Plenário.)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, estou com a palavra. Eu vou provar aqui, deputado Zé Neto, eu vou provar aqui – eu, que não votei com o

presidente Temer, vou provar aqui que ele tem sido uma mãe para a Bahia. Essa é que é a verdade. O governo golpista em que vocês votaram tem sido uma verdadeira mãe para a Bahia, deputado Marquinho Viana, e sabe por quê? Porque desse R\$ 1,24 bilhão o governo federal mandou para o nosso Estado, neste primeiro semestre, R\$ 438 milhões. O governo federal mandou para o Estado da Bahia, neste primeiro semestre – avalizou, melhor dizendo –, mais R\$ 254 milhões.

Desse valor de investimento, de R\$ 1,24 bilhão, saíram dos cofres do Tesouro do Estado apenas R\$ 170 milhões. Mas mesmo assim, este governo autoritário não tem a humildade de reconhecer que o governo golpista tem ajudado ao nosso Estado talvez mais ainda que na época do governo da presidente cassada Dilma Rousseff.

Mas vejam, a televisão na Bahia não para de fazer propaganda do metrô. E como eles são hábeis e bons de publicidade!. Aliás, não têm pena de gastar recursos públicos com publicidade. Desse volume de R\$ 1,24 bilhão foram gastos no sistema metroviário de Salvador, cerca de R\$ 509 milhões. Desse valor, R\$ 329 milhões têm origem no Orçamento da União. Mais de 70% do que é investido no metrô de Salvador.

Dos cofres do Estado, meu caro deputado Heber, apenas R\$ 30 milhões de operações de créditos, também autorizados pelo governo da União, mais R\$ 148 milhões. Portanto, este é o governo da mentira, este é o governo de quem não tem humildade para reconhecer as ajudas que recebe do governo federal.

O Sr. Heber Santana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Com o aparte o deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Nobre deputado Hildécio, V.Ex^a é sempre muito preciso e traz informações que dão a transparência necessária para entendermos o que tem ocorrido com este governo. Permita-me trocar em miúdos o raciocínio que o governo do Estado tem estabelecido, por exemplo, em relação ao metrô.

É como você contratar uma empresa para a construção da sua casa e após o término, aquele que executou a obra dizer que é o dono da casa. É como você convidar alguém para lhe ajudar a bater a laje, e dia desses, estive ali em Boa Vista de São Caetano e estava tendo um mutirão para se bater mais uma laje. É como você convidar todas aquelas pessoas para uma feijoada e a comida não ser suficiente. Todas elas também são donas daquela laje, daquele imóvel que foi batido, porque a obra foi executada pelas pessoas e, não, por quem estava financiando a obra. É justamente isso que tem acontecido em relação ao metrô.

E eles são tão hábeis, deputado Hildécio! Isso se fossemos elogiar-los! Se observamos, poderemos ver que eles agem, na verdade, de má-fé. Nas publicidades que eles fazem, V.Ex^a pode observar, eles usam 100% do trabalho do governo do Estado da Bahia. Já está feio eles dizerem que é uma obra do governo do Estado! O governo é apenas responsável pela execução da obra. A obra do metrô tem sido financiada com os recursos do governo federal. Assim como essa, muitas outras obras, que até são importantes, mas, a origem dos recursos é do governo federal. Como já tenho dito aqui, e V.Ex^a reiterou mais uma vez, esse governo é medíocre, ele quer ser elogiado por malmente cumprir as suas obrigações.

Portanto, V.Ex^a está de parabéns. Acredito que esse é um debate que vale a pena, especialmente dessa forma detalhada que V.Ex^a fez. Ampliamos esse debate às comissões, mais vezes aqui no Plenário, para trazer a realidade para a sociedade baiana, que nós temos um governo de fachada, um governo de propaganda, que quer se apropriar de obras que não são suas.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Solicito, Sr. Presidente, verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, contraditando a questão de ordem, gostaríamos de lembrar aos Srs. Deputados que se encontram no recinto da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia que há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Gostaria que V.Ex^a fizesse a chamada nominal e colocasse, na prática, o tempo regulamentar previsto no Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a será atendido, deputado.

Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão solicitada pelo deputado Prisco e referendada pelo deputado Joseildo. Os Srs. Deputados que se encontram no cafezinho ou qualquer dependência desta Casa compareçam ao Plenário.

Solicito ao nosso operador que marque 15 minutos para que os deputados possam chegar ao recinto, preservando assim os 4 minutos restantes do tempo do deputado Hildécio Meireles.

(Verificação de quórum.)

Há quórum para a continuidade da presente sessão.

Restabeleço a palavra ao deputado Hildécio Meireles pelo tempo restante de 4 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero reafirmar para V.Ex^{as}, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados da Base do governo, imagino como a verdade dos números pode machucar, pode doer. Mas de agora em diante vamos ter que ser rígidos com a verdade, sobretudo, no que diz respeito às questões financeiras e orçamentárias do governo da Bahia.

Vamos, deputado Joseildo Ramos, oportunamente aqui discutir a política de subsídios deste governo – sobretudo quando se trata do próprio sistema metroviário, são números absurdos –, da mesma forma como o governo tratou a questão dos subsídios da Arena Fonte Nova, é algo estarrecedor. Nós vamos trazer aqui à baila para esta Casa a discussão desses números, em momento oportuno.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Tenho a honra de ceder a V.Ex^a o aparte solicitado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Quero agradecer o aparte que V.Ex^a me concedeu. Quero pontuar algo na sua fala, na fala de outros que me apartearam, em cima da questão do metrô. Nós que convivemos aqui em Salvador não temos dúvida do que era aquela estrutura que nos envergonhava. Lá fora da Bahia, aquilo era chamado de “ferrorama”, de “metrô calça curta”. Um metrô que, além de nos envergonhar, consumiu R\$ 1,1 bilhão. E muitos políticos baianos terão de se justificar por causa dessa situação.

Quero dizer a V.Ex^a que foi muito difícil convencer o nosso governo, que na época era o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da viabilidade do próprio metrô nas circunstâncias em que ele existia, envergonhando todos os baianos. Isso tudo começou junto com as forças políticas que hoje guardam sintonia com a Oposição, à qual V.Ex^a pertence.

Mas o que foi desafiador nesse processo? Se fez um bom projeto, Jaques Wagner botou debaixo do braço e foi ao presidente. Aí o atual prefeito de Salvador – e isso é mérito dele, eu reconheço –, percebendo que aquele “ferrorama”, no seu colo, ia ser somente problema, colocou à disposição de Wagner, que tinha um bom projeto alternativo na mão.

Obras impossíveis, como a Via Expressa, que V.Ex^a conhece, outra obra estruturante, a Rótula do Abacaxi, o Complexo Viário 2 de Julho e o projeto de mobilidade com a 29 de Março, a Gal Costa, enfim, uma revolução na Bahia!

Então é muito desespero não querer verificar que isso é verdade. E metade da publicidade do prefeito de Salvador gira em torno da obra do metrô.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Para concluir, presidente.

Eu não discordo de V.Ex^a. Discordo apenas que o governador, deputado Joseildo, não tenha a humildade, que V.Ex^a teve aqui agora, para reconhecer o mérito do prefeito de Salvador, que teve a sensibilidade de perceber que, pelo tamanho da obra, teria de ser tocada, de fato, com o governo. Não discordo em ponto nenhum de V.Ex^a, apenas lamento que o governador não tenha essa humildade.

Presidente, eu só queria fazer uma observação: o meu tempo era de 10 minutos e meio, e quando foi retomado ficaram apenas 4. Mas eu me dou por satisfeito e vou parar aqui, até porque o nosso Líder maior, o Líder da Bancada da Oposição mais aguerrida do Brasil, vai encerrar estes pronunciamentos da noite de hoje, para que a gente possa, em seguida, verificar o quórum e, se for o caso, votar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao último orador inscrito, deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estamos nesta noite a discutir o projeto encaminhado a esta Casa pelo Exm^o Sr.

Governador Rui Costa que trata de aprimorar algumas disposições do Bahiainveste. E eu gostaria de tecer algumas considerações sobre esse projeto.

Primeiro, faço o seguinte questionamento ao Líder do Governo, deputado Zé Neto: o que de concreto e de grande investimento foi realizado no Estado da Bahia através desse órgão? O Bahiainveste, que foi criado nesta Casa no ano de 2015, não trouxe absolutamente nada de investimento para o Estado da Bahia...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Conceda-me um aparte, Excelência.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- V.Ex^a está inscrito.

(...) Isso comprova que, basicamente, a criação desse órgão foi para apadrinhar correligionários políticos. Porque é público para todos... E volto a fazer este questionamento: qual foi a grande indústria, o grande investimento realizado pelo governador Rui Costa neste seu mandato de governador? Absolutamente nada. E não se justifica estarmos a esta altura da noite, já passando da meia-noite, a discutir um projeto de um órgão que, na verdade, não é necessário para o desenvolvimento do nosso Estado, porque existe uma secretaria de Estado específica na área de indústria, comércio e mineração.

Ora, comprovando aquilo que o próprio deputado Heber Santana já trouxe aqui no seu pronunciamento, que esse Bahiainveste nada mais é do que mais um cabide de empregos do governo da Bahia.

Isso posto, gostaria de trazer, mais uma vez, a esta tribuna, a este Parlamento, algumas considerações relacionadas ao grave acidente ocorrido na semana passada, o naufrágio de uma embarcação que realizava a travessia Mar Grande – Salvador.

Quero prestar, em primeira mão, toda a solidariedade às famílias que perderam seus entes queridos, e a toda a comunidade de Vera Cruz e Itaparica por esse grave acidente que matou 19 pessoas.

Quero dizer que há muito tempo, desde o meu primeiro mandato como deputado estadual, venho, nesta tribuna, neste microfone, defendendo um olhar diferenciado para a Ilha de Itaparica, para a cidade de Vera Cruz, já que esse governo do PT virou as costas completamente para um dos patrimônios turísticos mais belos do nosso Estado, que é a Ilha de Itaparica.

Ainda ontem, ao ler alguns jornais de circulação em nosso Estado, observava o depoimento do prefeito de Vera Cruz, Vinícius, que fazia um desabafo ao dizer – na verdade, fazia um clamor para que o governo do Estado, em vez de se preocupar em gastar fortunas, milhões em estudos de viabilidade, em estudo de impacto ambiental para a construção da tão propagada ponte Salvador – Itaparica, olhasse primeiro para os problemas básicos estruturais que a Ilha de Itaparica e a cidade de Vera Cruz vêm enfrentando. Como os problemas básicos de infraestrutura, de segurança, de emprego, de saneamento, para que assim as pessoas que ali residem, na Ilha de Itaparica, na cidade de Vera Cruz, não tivessem que, todos os dias, ao acordar, às 5h da manhã, deputado Hildécio, tomar seu transporte para poder vir trabalhar ou estudar na cidade de Salvador.

Eu desde de 2006 venho travando esse debate nesta Casa. Antes de se pensar na construção da ponte Salvador – Itaparica temos que pensar nos problemas graves,

sérios que a Ilha vem enfrentando. Sobre as mesmas questões que o prefeito expôs, ontem, nas rádios e jornais da cidade, eu já vinha alertando desde 2006, o ano em que tomei posse aqui na Assembleia Legislativa.

Mas o governo insistiu em virar as costas para a Ilha, em não atender às necessidades essenciais e básicas daquela região. Daí o trágico acidente que ocorreu na travessia. Tragédia essa já previamente denunciada e anunciada por boa parte da população da Ilha, que há muito tempo sofria com as condições das embarcações que fazem aquela travessia.

Da mesma forma é o sistema *Ferry Boat*, que continua prestando um péssimo serviço à população baiana. Inclusive, o governo recentemente aumentou a tarifa do *FerryBoat* sem dar nenhum tipo de contrapartida para o usuário que utiliza esse transporte no seu dia a dia.

Portanto, meu nobre e querido amigo deputado Alex Lima, estranho seria se nós, parlamentares, independentemente de Oposição ou de Governo, não estivéssemos aqui, hoje, a tocar nesse assunto.

E que sejam esclarecidas todas as questões relativas a esse trágico acidente em homenagem às famílias das vítimas, independentemente de quem tenha culpa e de se alguém tem culpa. Mas é preciso que a verdade venha à tona para que se possa corrigir eventuais erros. Porque o que diz a população de Itaparica, o que diz a população de Vera Cruz é que houve, sim, negligência por parte do órgão regulador e fiscalizador, que é a Agerba, que sequer tem um posto de fiscalização em Mar Grande, de onde saem as embarcações.

Ouvirei com atenção, primeiro, o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Nosso Líder Leur, quero lembrar aqui à Base do Governo, eu estava comentando aqui com o deputado Heber, que na Câmara de Vereadores eu era vereador da Base do Governo e fui chamado pelo prefeito, ACM Neto, para votar favoravelmente à isenção do ISS para o Governo do Estado, para o metrô de Salvador.

Disse ao prefeito, Heber é testemunha... Era um acordo com o governador Jaques Wagner, na época, uma troca para a liberação da verba do BRT, que estava retida no governo federal. E Wagner garantiu ao prefeito que lutaria por isso se fosse aprovada a isenção do ISS municipal. Fui o único voto contrário naquela votação, 42 a 1.

E falei ao prefeito, ele não vai cumprir porque é um governo, desde aquela época, caloteiro e não vai cumprir. Você vai abrir mão do ISS e vai perder esse recurso do município para o metrô. E, hoje, eles pregam que o município não fez nada, que o governo federal não fez nada.

Lá atrás, fui vereador e votei em contrário porque sabia que eles não iriam cumprir em relação a isso. Fizeram o metrô, estão fazendo, tudo bem, reconheço, mas tem que lembrar quem foi que isentou o ISS, a verba federal que veio, quem é a parceria...

E lá atrás, mais uma vez, volto a referendar, votei sozinho contra, 42 a 1, está aqui o deputado que é testemunha, porque eu falei que esse governo era caloteiro e

não iria cumprir o acordo àquela época, não iria liberar o BRT, como não liberou, por pirraça política. E eu acertei.

Recentemente, fui chamado novamente pelo prefeito e provei. Falei naquela época que iria ser contra e mesmo assim ele reclamou comigo. Mantive a minha posição. Está provado quem é esse governo que, infelizmente, vive daquilo que Hildécio falou, propaganda, mentira e enganação.

Gostaria, inclusive, de que ele liberasse 10% do dinheiro da propaganda para pagar as emendas impositivas, que são lei, e nem isso ele faz. Eu abriria mão das emendas impositivas, se ele as pagasse, se ele investisse o dinheiro da propaganda na segurança, saúde e educação.

Parabéns, mais uma vez, Líder, por sua colocação.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Eu queria agradecer pelo aparte a V.Ex^a, meu nobre e querido deputado Prisco, e dizer que é público para a população de Salvador o papel fundamental do prefeito ACM Neto para que o metrô virasse uma realidade.

Não precisa ficar gastando fortunas em publicidade, nem ficar discursando, porque a população sabe qual é a verdade. Tanto é que o prefeito ACM Neto reiteradamente tem sido avaliado como o melhor prefeito do Brasil. Ele foi reeleito para prefeito da cidade de Salvador com mais de 74% dos votos e isso mostra que a população de Salvador reconhece o trabalho feito pelo prefeito ACM Neto na cidade de Salvador.

Ouçõ com carinho meu nobre amigo deputado Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:- Deputado Leur Lomanto, quero aproveitar para pedir que V.Ex^a, na qualidade de Líder da Oposição, solicite a atenção do Líder Zé Neto para que, diante do momento que nós estamos vivendo, pois existe a tentativa, hoje, de quem atua no Parlamento de resgatar a credibilidade das Casas Legislativas, tomemos a decisão serena e sóbria de adiar a votação.

Agora, são 30 minutos do novo dia e vai ficar feio para V.Ex^a – atenção para preservar o tempo – vai ficar feio, a manchete do jornal no outro dia de que o projeto que amplia o potencial da Bahaiinveste foi aprovado na calada da noite.

Acho que isso não contribui com o esforço que esta Casa deve fazer para resgatar a confiança da sociedade baiana. O trabalhador comum a esta hora, por mais que queira acompanhar o trabalho desta sessão, tem que acordar cedo no outro dia; o estudante da mesma forma.

É uma posição, vereador Zé Neto, estou chamando todo mundo de vereador, é porque o cargo de vereador muito me honra e não sai do meu coração. Aquela Casa foi uma escola para mim, assim como tem sido esta também.

Deputado Zé Neto, Líder do Governo, é importante que tenhamos aqui uma posição sóbria, como eu disse, deputado Leur, peço que V.Ex^a encampe essa ideia de adiarmos a votação sob pena de que esta casa tenha a sua imagem manchada por estar votando um projeto dessa importância, que ainda não foi esclarecido devidamente, na calada da noite, longe da transparência, ferindo, assim, um princípio da gestão

pública, um princípio ético, um princípio moral, que devemos perseguir com toda estima.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, concordo com a sugestão de V.Ex^a. Sem sombra de dúvida, o mais correto, o mais adequado seria o Líder do Governo, o deputado Zé Neto, ter a consciência que o melhor a fazer seria retirar esse projeto de pauta, primeiro, para que ele pudesse apresentar o que faz a Bahiainveste.

Garanto que se eu perguntar aqui à maioria dos deputados do governo, deputados Alan Castro, Antônio Henrique, o que é que faz a Bahiainveste? O que já trouxe para a Bahia a Bahiainveste? Garanto que V.Ex^a... não sabe responder. Como é que vamos aprovar aqui um projeto de reestruturação da Bahiainveste se os próprios deputados da Base do governo não sabem nem o que é Bahiainveste?

Então faço um apelo, deputado Zé Neto, os deputados do governo não sabem nem o que é Bahiainveste. V.Ex^a não teve nem o cuidado de explicar o que é a Bahiainveste, o que faz a Bahiainveste, o que trouxe para a Bahia de investimentos a Bahiainveste? É uma vergonha! As pessoas que nos estão assistindo aqui estão a perguntar: ora, será que os parlamentares da Bancada do Governo estão votando o que eles não sabem nem o que é?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Ouço, com alegria, o deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Leur, quero parabenizar V.Ex^a por esse brilhante discurso e até fazer um desafio: o deputado de governo subir a essa tribuna e explicar o que significa a Bahiainveste. Se eles fizerem isso, a Oposição, tenho certeza, comandada por V.Ex^a, votará a favor desse projeto. Porque tenho certeza que nenhum deles entende, sabe explicar o que significa exatamente a Bahiainveste...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- E mais, quero saber o que faz a Bahiainveste e o que já fez! Apareceu ali um que diz que sabe! Vamos ouvir o deputado Luiz Augusto.

(O Sr. Luiz Augusto fala fora do microfone.)

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Quero saber de V.Ex^a qual é o papel dessa empresa na Bahia. O que foi que ela trouxe de investimento para o nosso Estado? O que faz e o que fez para a nossa Bahia?

Com o aparte o deputado Luiz Augusto.

O Sr. Luiz Augusto:- Se V.Ex^a for votar a favor, vou explicar direitinho. Agora se for votar contra do mesmo jeito, não adianta eu falar e gastar o meu texto. (Risos)

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Quero saber o que é que essa empresa trouxe para a Bahia até hoje? Qual foi o investimento?

O Sr. Luiz Augusto:- A conta não é essa!

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- E qual é a conta?

O Sr. Luiz Augusto:- Vou explicar: o projeto não está perguntando o que é que trouxe, o que está escrito no projeto é outra coisa. Se quiser explicação, eu explico. A conta é outra. Eu explico, não tem problema nenhum! (Risos)

Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- O que está escrito no projeto aqui é que tem a finalidade de aprimorar as disposições pertinentes à atuação da Empresa Baiana de Ativos S.A (Bahiainveste).

O Sr. Luiz Augusto:- Olha, uma das finalidades da Bahiainveste, a longo prazo, e até no futuro, se ocorrer...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Se ocorrer? Se ocorrer? Esse governo do PT é tudo “se ocorrer”!

O Sr. Luiz Augusto:- Espera aí. Se V.Ex^a deixar eu terminar de falar...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Aliás é se ocorrer, se chover amanhã...

O Sr. Luiz Augusto:- Vocês deixaram eu falar, eu vou explicar! A Bahiainveste da maneira que está, não poderia ter mais de 50% do capital. O que é ocorre com essa mudança, tirando esse artigo nesse projeto? Por exemplo, ela poderia começar uma construção qualquer, por exemplo, a ponte Salvador – Itaparica... um exemplo, poderia começar a obra, montar uma licitação...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Ponte Salvador – Itaparica? Pelo amor de Deus, deputado! Ponte Salvador – Itaparica? Aí é piada!

O Sr. Luiz Augusto:- Calma. Calma. Vocês querem, eu vou explicar!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Só para concluir, Sr. Presidente. Olha o que acabamos de escutar: a Bahiainveste vai ser responsável por fazer a ponte Salvador – Itaparica. Oh, me faça uma garapa, presidente!

Então, concluo, presidente, dizendo que, mais uma vez, o governo traz um projeto ineficaz, inexistente, sem nenhuma necessidade para a população da Bahia.

Nada representa de investimento para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Projeto de Lei nº 22.292/2017.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu solicito de V.Ex^a quórum de votação.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja dado o tempo regulamentar...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Calma, meu Líder, tenha paciência. Pois não, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- (...) Que seja dado o tempo regulamentar para que a Bancada do Governo se estabeleça no Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É visível, já percebi que tem 32 deputados.

O Sr. Zé Neto:- (...) Mas queria, antes da votação, dizer a V.Ex^a e à Oposição que, conflitos à parte, nós temos que louvar a democracia e a boa disputa. A Casa está hoje em trabalho, peço aos deputados que estão na Casa, em seus gabinetes, no cafezinho que compareçam ao Plenário para que possamos fazer com que a nossa Bancada possa votar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, há um pedido de verificação de quórum de votação.

Srs. Deputados adentrem ao Plenário. Marque o tempo, operador.

Segundo o deputado Bira Corôa, em vez de convocar para o Plenário, convocar para o templo, já que aqui virou um templo religioso. Está registrado.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, é para pedir ao deputado Leur Lomanto que marque presença, já ele fez a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Por favor, deputado Leur, que sempre foi presente nesta Casa, dê o quórum de votação.

(Verificação de quórum para votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, já há quórum de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Com os votos contra os da Bancada de Oposição.

PROJETO DE LEI Nº 22.292/2017

Altera os arts. 3º e 13 da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam revogados o inciso I do art. 3º e o § 1º do art. 13 da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Como não há mais matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão. Antes, porém, quero informar aos Srs. Deputados e Deputadas que fica mantido o quórum de hoje para a sessão de amanhã.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.